

MARLENE GUIRADO

**PSICANÁLISE
E ANÁLISE
DO DISCURSO**

MATRIZES INSTITUCIONAIS
DO SUJEITO PSÍQUICO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Guirado, Marlene

Psicanálise e análise do discurso : matrizes institucionais do
sujeito psíquico - Marlene Guirado. — São Paulo : Summus,
1995.

Bibliografia.

ISBN 85-323-0481-8

1. Análise do discurso 2. Psicanálise I. Título.

94-4484

CDD-150.195

Índice para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso : Psicanálise : Psicologia
150.195

MARLENE GUIRADO

**PSICANÁLISE
E ANÁLISE
DO DISCURSO**

MATRIZES INSTITUCIONAIS
DO SUJEITO PSÍQUICO



summus editorial

PSICANÁLISE E ANÁLISE DO DISCURSO —
Matrizes institucionais do sujeito psíquico
Copyright © 1994 by Marlene Guirado

Capa de
Ettore Bottini

Proibida a reprodução total ou parcial
deste livro, por qualquer meio e sistema,
sem o prévio consentimento da Editora.

Direitos desta edição
reservados por
SUMMUS EDITORIAL LTDA.
Rua Cardoso de Almeida, 1287
05013-001 — São Paulo, SP
Telefone (011) 872-3322
Caixa Postal 62.505 — CEP 01295-970

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------|---|
| <i>Introdução</i> | 7 |
|-------------------------|---|

PARTE I

| | |
|---|----|
| 1. Análise do Discurso | 21 |
| 2. O Engenho Instituinte | 31 |
| 3. Polifonia: A Divisão no Discurso | 47 |

PARTE II

| | |
|--|----|
| 4. Retomando as Origens da Questão | 61 |
| 5. Costurando nos Limites do Sujeito | 65 |

PARTE III

| | |
|---|-----|
| 6. Das Matrizes Institucionais do Sujeito Psíquico | 79 |
| 7. Das Especificidades e das Migrações de Conceitos | 99 |
| 8. Esquecer e Fazer “Desesquecer” | 105 |

PARTE IV

| | |
|--|-----|
| 9. Transferências e Transferências | 109 |
| 10. A Dimensão Política na Atuação Profissional em Psicologia | 123 |

Para a Luisa

INTRODUÇÃO

Um jeito de começar um livro é dizer de onde veio a idéia de escrevê-lo. Quem sabe, assim, melhor se convencem, autor e leitor, de sua importância.

Este, em particular, tem uma história difícil de não se fazer contar. Uma história que se confunde completamente com os movimentos de meu pensamento e do modo de inserção que venho tendo na prática profissional de psicologia. Não se preocupe o leitor, que, disso tudo, assinalarei os organizadores centrais e não os fatos...

PSICOLOGIA E POLÍTICA: UMA SOLUÇÃO DE COMPROMISSO

O período de minha formação em psicologia foi assombrado pela militância política. De tal maneira que não consegui me livrar de preconceitos, na aprendizagem dos conceitos psicológicos. O fantasma do aburguesamento rondava especialmente a psicanálise. Não havia como ler e entender, sem o crivo do desprezo por aquilo que falava do indivíduo, até onde podia eu perceber, desenraizado de sua condição de classe. Um pecado, sem dúvida, ao olhar preñado da teoria marxista, tal como se podia ter naqueles idos do início da década de 1970. Salvo algumas áreas que me pareciam menos comprometidas (e não me perguntem por que divisão arbitrária), como

Piaget e psicomotricidade, de resto, fazia parte do jogo negar interesse pelas disciplinas da clínica e mesmo pela pesquisa experimental. Mas, fui traída por algum efeito inesperado das defesas: a matéria em que minha participação era mais elogiada e valorizada, ao lado de Psicologia Escolar, nada mais foi do que Teorias e Técnicas Psicoterápicas...

As atividades políticas a que me dedicava se desenvolviam em comunidades de base, com educação de adultos pelo então proscrito método de Paulo Freire, grupos de teatro, de mulheres, de jovens. Nunca movimento estudantil. Até porque, na mira da ostensiva repressão militar, era melhor que as coisas não se misturassem. Pelo menos, não com as mesmas pessoas cá e lá.

Disso muito levei para a primeira atividade profissional como psicóloga. Trabalhei numa creche-internato conveniada com a Febem por três anos e, nesse tempo, fui gradativamente substituindo o trabalho de bairro por este, fazendo política através do exercício profissional. Movida pelos mesmos princípios, pouco me utilizei de conhecimentos aprendidos na faculdade. Antes, reuni tudo o que sabia sobre educação infantil, sobre exploração nas relações de trabalho e sobre o modo de pensar das camadas populares (ali presentes na clientela e no quadro de funcionários) e tal atuação, com certeza, marcou tudo o que depois viria a produzir intelectualmente e na profissão. Em reuniões sistemáticas de atendentes, que tinham contato direto com as crianças, bem como em reuniões de diretoria interna e externa da creche, discutíamos a qualidade das relações e a distribuição do tempo e do espaço naquela instituição. Sempre em cima de situações cotidianas. E nesse processo, aconteciam mudanças perceptíveis na interação pajem/criança ou direção/funcionários, indicando algo que só mais tarde pude teorizar com mais exatidão: o movimento das representações sobre aquele fazer institucional, sobre os grupos em jogo, sobre o alcance e os limites da atuação de cada um enquanto agente naquelas práticas de criação infantil.

Algo se transformava também no nível das minhas representações sobre política, seus meios e anseios. Ainda sem a devida clareza das discussões e leituras acadêmicas a respeito, dava-me conta desta

possibilidade de lidar com a reorganização das modalidades de relações instituídas e, com isso, fazer política.

O estudo de M. Foucault, algum tempo à frente, vem nomear o que a experiência concreta fundara: micropolítica. Poder como verbo, ação, como exercício de forças de domínio e resistência, regionais, aquém e além do Estado. Produção de “saberes”, igualmente regionais, que não se explicam por completo como dominação ideológica de classe. Relações sociais reticulares que não refletem ponto-a-ponto a ordem econômica.

Em meio a esse cenário das preocupações estruturais, no entanto, desenhava-se o sofrimento das crianças internas. Em realidade, o mote para qualquer intervenção era a alteração das condições de vida de tal forma a, no mínimo, eliminar o que, na indiferença da burocratização dos vínculos ali constituídos, desconsiderava-se da presença delas. Sim. Porque, quando iniciei o trabalho, tudo indicava que, era em nome da limpeza, da higiene, da organização e da caridade que aquela “casa” existia. Inclusive, aquilo não parecia um lugar onde vivessem cem crianças, tamanho era o brilho de pisos, paredes e móveis. Se elas não podiam ser vistas, quanto mais suas alegrias e tristezas...

Alguma coisa, portanto, na linha da subjetividade que nessas relações se construía, estava sempre como alvo de minhas ocupações lá dentro. Mais de perto, alguma coisa na linha dos sentidos e afetos dos “pequenos”, cuja vida se resumia a um confinamento num espaço/tempo/relação dessa natureza.

Posso, com tranquilidade, dizer que foi a intensidade desse contato que gerou o tema de minhas duas teses acadêmicas, mestrado e doutorado. Mais uma vez, o carro-chefe da produção intelectual foi a organização e análise, assim concreta, que eu viesse a fazer. A primeira tese tentava responder à pergunta sobre os efeitos da separação mãe/filho, seguida de internação em instituições totais; e os recursos teóricos e “procedurais”, apoiados sobretudo em Bowlby, apontavam para as explicações psicológicas em contextos sociais diferentes dos que, por hábito de ofício, costuma-se estudar. A segunda, tentava dar conta dos vínculos afetivos imaginados como possíveis para quem, desde a tenra infância estivesse em condições reais (“abandonados”) e/ou virtuais (“infratores”) de internações

desse tipo; ainda buscava elucidar a subjetividade configurada por e nesses vínculos, considerando também o lugar que os agentes institucionais se atribuíam e atribuíam aos outros grupos, nas mesmas práticas. O contexto, no caso das duas teses foi a Febem-SP, uma instituição pública, que estaria representando com mais propriedade o campo geral de ações/representações que atravessam tais “atenções” sociais. Mas, a estratégia teórico-metodológica havia mudado na última pesquisa, traçando, já, as balizas do pensamento que hoje desenvolvo, mesmo nas atuações imediatamente clínicas e que são objeto do presente texto. A elas me dedicarei, com mais calma, adiante. Para o momento, basta assinalar que analisei discursos em entrevistas feitas com internos e funcionários de algumas unidades da Febem, tendo como vetores os conceitos psicanalíticos e os da análise de instituições concretas.

A essa altura (final da década de 1970, início da de 1980), já havia feito as pazes com a psicanálise e estava me “submetendo” a um processo de análise pessoal. Fazia, então, a crítica da ortodoxia forçada dos tempos marxianos, com tudo o que isso significava de orientação do pensar e do fazer a política e a psicologia, conforme anunciei antes. Estudava com afinco Freud, Lacan, Foucault e correlatos. Iniciava minhas atividades de consultório com a mesma paixão e “vontade de saber” de sempre. Ingressava nos Conselhos de Psicologia (Regional e Federal) onde, por eleições sucessivas, à minha exaustão, atuei durante quase dez anos.

Se parece absolutamente singular este percurso, insisto em lembrar que com ele quero pontuar aqui o modo de produção de perguntas de alcance teórico que movem a produção de respostas que não acontecem, senão no vai e vem da prática concreta, que desafia o pensamento a se organizar, articulando o que já domina e incorpora e buscando novos rumos. Ainda que muitas vezes a sensação seja essa mesma, de uma incompreensível singularidade aos olhos de outros. Explico melhor. Com frequência, é complicado dar conta de explicar por que e como se trabalha numa esfera fronteira entre psicanálise e análise institucional. Isto, instrumentando uma escuta e uma fala a cada situação da prática cotidiana da clínica e da produção intelectual. Ora, seria incomparavelmente mais fácil operar sem esses recortes múltiplos e funcionar pela

psicanálise no consultório, pela análise de discurso nas pesquisas acadêmicas e pela análise de instituições nas supervisões institucionais!

Mais uma vez, no entanto, sou ajudada pelas circunstâncias. Aquelas nada circunstanciais, na medida em que contribuo, em muito, para que elas aconteçam. A docência na USP, desde 1976, com disciplinas como Freud, para os segundos anos e Psicologia Institucional para os quartos anos forçam-me a pensar em voz alta e a justificar os arranjos que, a cada passo, vão se dando. Até porque o entendimento dos alunos acusa tanto um Freud quanto uma Psicologia Institucional pouco habituais por aquelas paragens. A cada um desses flagrantes, detona-se nova ocasião para prosseguir pensando oposições e limites irredutíveis bem como superposições inalienáveis entre uma e outra área do conhecimento.

Mesmo nos Conselhos. Uma instituição política cujo objeto é o exercício da psicologia como profissão e, portanto, como serviço prestado à saúde: quer um terreno onde, de dentro, psicologia e política exijam um compromisso de solução para as questões que lhe são inerentes? Pois bem! Então, nada mais adequado que, nessa esfera, promoverem-se ocasiões para que os profissionais se ponham a pensar sobre o tipo de conhecimento que produzem ou reproduzem quando se atêm às tecnologias e às teorias específicas da psicologia enquanto instituição que, por certo, é. À nossa disposição, estavam (e estão) os tradicionais veículos de Congressos e Seminários bem como outros não tão tradicionais como discussões em esferas diferentes, desde usuários dos serviços psicológicos até órgãos da administração burocrático-estatal e dos próprios Conselhos como as Comissões de Ética. Inelutavelmente, psicologia e política, tecendo-se numa só trama...

DO DIVÃ AO COMPUTADOR

Dando um salto no tempo e aproveitando de toda essa trilha os seus pontos de virada, chegamos ao que hoje impõe-se explicar com maior clareza: as relações possíveis entre a análise de discurso que se faz no consultório e aquela dos estudos acadêmicos. Para tanto, teremos que tratar, ainda no nível dos aspectos que transitam de uma escuta a outra (e de um lugar a outro), dos efeitos na posição de

analista. Depois, com mais justeza, poderemos nos deter em pensar a análise do discurso e a psicanálise nas suas convergências e divergências. Tudo para, ao final, propor um modo de pensar o sujeito e a subjetividade no discurso em análise.

*

Costumo afirmar, de viva voz, que o referente institucional atravessa o modo de escuta em minha prática terapêutica. Uma espécie de herança que, claro, não se faz por via sangüínea, muito embora seja esta a impressão que às vezes tenho. Como é isso?

Primeiro, é inevitável considerar que quando alguém nos procura, em nosso consultório para uma psicoterapia, no instante mesmo em que fala sobre o que o incomoda, está colocando-se às mãos e à cabeça de quem se dispõe a atendê-lo. Nada, é óbvio, de que não se possa livrar a qualquer momento. Mas, o fato é que a instituição psicanalítica só se faz a cada situação concreta em que alguém lhe dá crédito no lugar de paciente. A clientela virtual torna-se real e um agente básico aciona, “naturalmente”, sua compreensão a respeito do que ouve, traduz esse discurso nas palavras de que dispõe para... ouvir. Ou seja, vai ouvir uma “queixa” e, nela, poderá estar identificando “angústias”, “sintomas”, “defesas”, “palavras vazias”, “desejo imaginário”, “lembranças possivelmente encobridoras”, “condensações”, “deslocamentos” e, acima de tudo, “transferências”. Ou, quem o escuta não será um psicanalista. Independentemente da escola ou da linha devotada. Independentemente do estilo alcançado. Ou não será um psicanalista. Esta impecável tradução simultânea não falseia qualquer realidade, como se poderia julgar de má vontade. Trata-se da inevitável apropriação pelo discurso psicanalítico daquele que é o discurso do cliente a respeito de si. Na transferência que ele faz dos cuidados de si para que um outro cuide dele, está autorizada a apropriação, ainda que disso não se dê conta qualquer um dos parceiros em questão. É o momento “de largada”. É a instituição psicanalítica se fazendo pela ação imediata de seus atores. É a instauração do jogo cujas regras, como se pode ver, vão muito além, ou melhor, estão muito aquém daquelas conhecidas como “enquadre”. E, por certo, não há má-fé

ou intencionalidade de domínio ou controle de quem quer que seja. O que possa ser nomeado como resistência do paciente ou violência da interpretação do analista, em determinado âmbito, nada mais é do que contingência desse exercício de relação, autorizado e porque não dizer demandado, por quem joga. Índice de insalubridade inevitável quando está em questão exatamente a saúde. Ossos do ofício, para quem queira olhar criticamente para o que faz. Mas, condição *sine qua non* do ato analítico. É o acontecer dessa instituição, sendo assim seu método e objeto garantidos, reproduzidos e legitimados. Nenhum privilégio da psicanálise, diga-se de passagem.

E, como ia dizendo, este é o “contrato” que se credita desde a primeira entrevista. Pensar deste modo é implicar o fazer cotidiano da clínica em sua dimensão institucional. *Com isto e por isto*, fazer a clínica. Não haveria outro modo. Afinal é esta minha profissão e antes produzir em meio a males conhecidos e reconhecidos do que sair atrás de situações livres desses conflitos e contradições. Papai Noel não existe!

Mais ainda: essa apropriação segue, *muda* o seu curso. Não faz barulho ou estardalhaço, exceto em momentos muito especiais, como este da escrita ou como quando me detenho voluntariamente a encará-la. É algo assim como uma certeza silenciosa que atravessa cada gesto ou palavra nos diferentes processos dos diferentes pacientes; porque são efetivamente diferentes, apesar deste pano de fundo comum em que nos movemos. Se não for desta forma, o pensar se torna crítica condenatória, a análise vira julgamento do ato analítico e a paralisação mostra sua face.

Esse entranhamento do recorte institucional, no entanto, talvez seja o que me leve a afirmar que certos modos de fazer a psicanálise incorrem menos no risco de abuso das violências inerentes ao seu jogo. A saber, aqueles cuja tradução simultânea não acontece com o dicionário ao lado. Quero dizer, aqueles que não se apóiam em assinalamentos ou, como se costuma nomear, interpretações, colados da teoria sem quase espaço para a escuta do movimento da fala e dos sentidos do paciente.

Dele (do entranhamento) decorre, ainda, uma marca da escuta que me reconheço tendo: a constante atenção às ambigüidades da

palavra e ao lugar em que se põe o sujeito do discurso, bem como o lugar que, então, atribui ao outro, interlocutor imaginário ou simbólico de sua fala. Atenção à estrutura discursiva, portanto. Mas, esse é outro ponto a ser devida e teoricamente tratado ao seu tempo. Que se possa, agora, apenas demonstrar sua inserção na prática clínica. Uma inserção que, se consegui ser suficientemente clara, supõe o que chamei de atravessamento, ou melhor, supõe o crivo das estratégias de pensamento características da análise institucional.

*

Os dois aspectos comentados, a saber, a magia que se repete a cada início e a cada momento de um processo analítico e o mapeamento de lugares atribuídos e assumidos pelos sujeitos dessa relação mantêm íntima articulação com o que passo, agora, a situar como a questão diretamente afeita à análise de discurso.

É menção corrente, em qualquer modalidade de psicanálise que professemos, que o âmbito de nossa atuação é a fala do paciente. Derivando daí fantasias ou representações, procedendo a cortes ou rupturas, ou simplesmente formulando sentenças interpretativas, o fato é que *nosso campo é o discursivo*. Curiosamente, entretanto, esta menção fica sempre em sua dimensão conotativa, ou seja, parece que a isso não podemos nos referir, senão de forma indireta. Há toda uma mística do trabalho analítico que o põe único no dizer dos analistas. Lidamos com os mistérios do inconsciente e ponto! Se mistério, inexplicável. Então, de quebra, as delimitações de alvo e objeto em torno de termos como fantasia, inconsciente, transferência, identificação projetiva, desejo, falta, renovam o obscurantismo de nossos poderes de transformação. É bastante comum ouvir-se de um orgulhoso analista que seus pacientes mudam (para não dizer que “melhoram”, porque isto revelaria desejos escusos e inaceitáveis em um cioso profissional), sem que seja possível saber exatamente o que os moveu para tanto. Por certo, está suposta a excelência de sua intervenção, mas ela deve permanecer apenas vaidosamente sugerida, para que não se perca o encanto. O milagre da multiplicação. De quê? Da vida e da força desta instituição. Assim, nas representações de todos os afins, garante-se o monopólio sobre este fluido objeto,

o inconsciente. Talvez por isso, se torne tão evidente o estranhamento diante da expressão "análise de discurso", tida como mais afeita a ouvidos científicos que acinzentariam o brilho das mágicas...

Na contramão, há o troco. Nos meios acadêmicos, sobretudo nas pesquisas etnológicas, antropológicas e sociológicas (quantas "lógicas"!), torce-se o nariz para qualquer menção à psicanálise quando se admite trabalhar com análise de discurso. Os motivos dessa reação, numa disciplina que não conheço "de dentro", que não exerço profissionalmente, só os consigo apreender do ponto de vista teórico. Mas, com certeza, devem estar também aí agindo os mecanismos sutis de defesa do âmbito e do objeto institucional. Conforme afirmei antes não é privilégio da psicanálise alimentar a magia reprodutora de forças de suas práticas sociais.

As questões que aqui se colocam, com justa razão e mormente por quem procede às pesquisas científicas e aos trabalhos intelectuais, são de duas ordens fundamentais: (1) a da necessidade de se procederem a recortes, no nível do pensamento, quando do estudo de fenômenos que não se mostrem exclusivamente do domínio de uma ou de outra ciência, como é o caso da fala ou, mais adequado dizer, do discurso; (2) a da necessidade de se definir que sujeito é esse sujeito da fala, isto é, uma vez posto o recorte a delimitar o âmbito das afirmações teóricas que se possa fazer, de onde procede a autoria do discurso, se de um sujeito tido como singular ou de um sujeito sociolingüístico.

Questões de peso, sem dúvida. E, em definitivo, é à busca de resposta para elas que se dedica o presente texto, ao tratar de seu tema-título *Psicanálise e Análise do Discurso*.

Antes disso, no entanto, que me acompanhe o leitor em mais uma digressão. Dessas que, novamente, apóiam-se no que costumamos ver, ler e ouvir, quando alguém tenta articular diferentes campos do saber. Um outro mito, talvez. E este, ferindo frontalmente a insuportável exigência de nos mantermos dentro de "recortes". Com boas intenções, corremos o risco de transgredir esse princípio sagrado da produção de conhecimento.

A idéia de "recortes" está inalienavelmente associada à de que o método produz o objeto que se conhece. Ora, nenhum radicalismo há aqui. De outras maneiras foi tudo o que procurei delinear, até o

momento, em cima de situações absolutamente sensíveis de nossa prática profissional. E, espero ter sido convincente ao ponto de não termos que, agora, recair no lugar comum de certas “reflexões” epistemológicas da relação método/objeto, muito menos provocar o descaso em quem, por um motivo qualquer, tem horror a afirmações categóricas a respeito da relação teoria/realidade. Mas tudo isso está em jogo sim. Não se engane o leitor. Se admito que as “traduções simultâneas”, nas situações terapêutico-analíticas, são apropriações do discurso de um cliente, numa outra ordem, a psicanalítica, estou no mesmo movimento, admitindo que a dor ou o prazer de que trato já o são para esta língua que falo e pela qual posso ouvir. O objeto do conhecimento analítico só pode ser, então, este in/vestido pela psicanálise.

Muitas vezes, ao dizer isto, sinto-me evidenciando o óbvio. E, em certa medida, estou. No entanto, quando escuto alguém comentando que “tudo o que o paciente fala na sessão tem a ver com o complexo de Édipo”, noto que o óbvio não é tão óbvio assim. É, de novo, o passe de mágica das reificações institucionais que entra em ação. A rigor, numa linguagem que não traisse seu porta-voz, a citação deveria cuidar para ser “posso ouvir tudo o que o paciente diz em sessão sob o crivo do conceito de complexo de Édipo”. Ou, para economizar palavras: “posso ouvir o que um paciente me diz *enquanto* complexo de Édipo”. Este termo, *enquanto*, introduz a exata consciência dos efeitos de se operar por recortes na produção de conhecimento. Uma interpretação não pode fugir à regra... Ainda que não chegue a ser pronunciada ao paciente.

Escorregões como esse, com frequência, ocorrem quando se tenta dar conta da “realidade como um todo”. A título de exemplo, um estudo de como o ser humano acaba se tornando um ser da norma, ou, acaba internalizando regras sociais e constituindo uma ética. Quem o conduz (o estudo), recorre às formulações teóricas de Freud sobre o superego; dá-se conta de uma espécie de insuficiência desse autor para suas pretensões de compreender mais ampla e profundamente o tema e, então, vasculha, a mais não poder, o mecanismo de identificação projetiva de M. Klein, fazendo aproximações com o que postulava Freud; mesmo assim, ao gosto e julgamento do estudioso, restam incompletudes; talvez o que diz

Lacan sobre a questão do olhar seja uma saída, *se* devidamente *somado* ao que já esclareceram os outros; e assim por diante. Ora, o que se observa neste processo é que *permanece intacta a idéia de que, no fim do túnel (ou do trem-fantasma), será descoberto o indivíduo ou o sujeito real, substancial e à espera de ser totalmente conhecido*. Como disse antes, munidos de boas intenções, transgredimos princípios que, expressamente e livres do desafio concreto de pensar, declaramos creditar. Nisso, vão para o espaço os votos de produzir nos limites de certos recortes e de reconhecer o engendramento do objeto no método.

Se o leitor já percebeu, é correto: este é exatamente o fio da navalha sobre que transito, quando me disponho a tratar, do divã à escrivaninha (ou, até melhor, computador), o tema da análise de discurso. Os obstáculos a vencer estão na forma de perguntas: sujeito psíquico/sujeito lingüístico?; in/consciente?; relação com o discurso escrito/relação de fala?; significado/significante?; significação/sentido?; psicanálise?; análise de discurso?.

Como se pode notar, a tarefa é de fôlego e está apenas começando...

*

A tese é a seguinte: *guardada a especificidade dos lugares instituídos de analista e paciente nas práticas psicanalíticas, o que aí se faz é análise de discurso*. Isto, se a entendo de uma determinada forma. E mais, *um certo esquema de escuta pode transitar das análises acadêmicas às análises da clínica e vice-versa*.

Há de convir o leitor, que não é pouco propor-se a tal demonstração. Passagens teóricas obrigatórias deverão ser feitas, com o máximo de clareza que se puder. É dessa necessidade que deriva o percurso deste livro.

A *Parte I* apresenta a discussão atual em torno da Análise do Discurso enquanto disciplina do conhecimento, definindo-a nas fronteiras da lingüística, no Capítulo 1. No Capítulo 2, faz-se explícita aquela que considero, em última instância, a fonte de um certo modo de pensar o discurso e sua análise: Michel Foucault. No Capítulo 3, exploram-se os disparadores analíticos de que dispõe a

AD (Análise do Discurso) francesa, todos eles justificados, em pano de fundo, pela polissemia da palavra. Em conjunto, esses três momentos são ocasião para que se configure o discurso como uma estratégia sem sujeito, ou não-subjetiva, como diria Foucault. A idéia é expor razões e motivos de uma espécie de condenação que emana desses territórios para os lados das possibilidades de se falar em singularidade e sujeito psíquico.

Desse tema, trata a *Parte II*. Em dois breves Capítulos (4 e 5), retomo a questão tecida nesta Introdução, para situar o sujeito psíquico tal como se desenha na Psicanálise. O universo do singular, em alguns ditos e escritos, ganha sua dimensão maior.

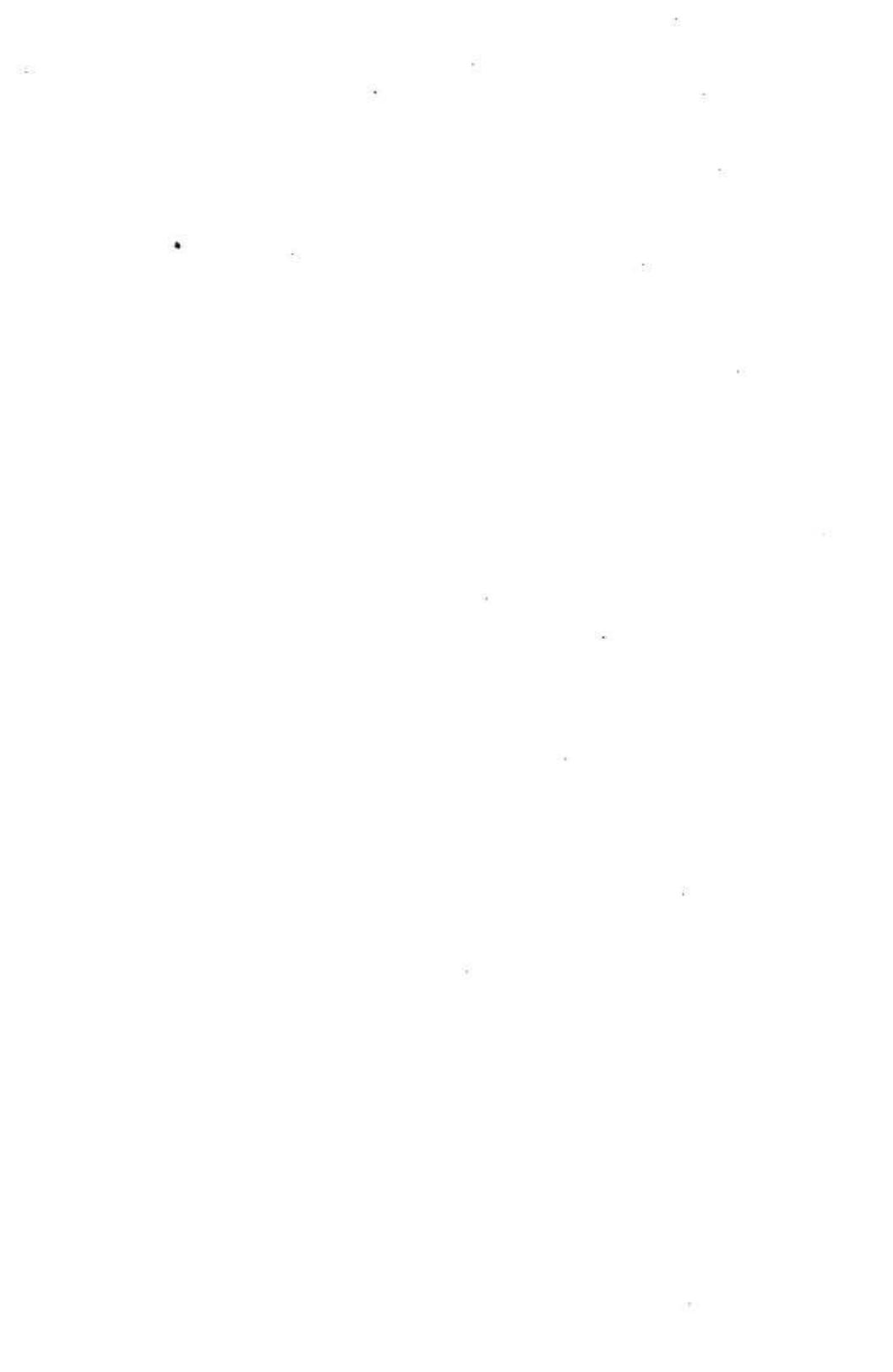
É preciso, no entanto, que de forma assim marcada sejam caracterizados os limites do psicológico, para que se possa apreciar o alcance da perspectiva que apresento e desenvolvo na *Parte III*: a de *um sujeito do e no discurso*. Singular, mas não como estritamente o quer a psicanálise, e sim, como se pode esboçar em pontos de estofo de *representações e afetos*, nas malhas ou nas redes das *relações que se instituem concretamente*. Sujeito que só se pode dizer *psíquico porque institucional* (Capítulos 6, 7 e 8).

Com isto, penso tomar os termos-título do livro, Psicanálise e Análise do Discurso, e fazê-los girar no campo de suas densidades conceituais máximas, até que deslizem para um campo outro. Aquele em que psíquico não é sinônimo de psicanalítico; em que, ainda, a análise do discurso possa supor e visar um sujeito que não seja o da lingüística ou o próprio discurso.

A *Parte IV* instrumenta a estratégia de pensamento ora proposta. Os Capítulos 9 e 10 trazem dois textos escritos por mim há dois anos, onde a psicologia, enquanto exercício concreto da profissão e da reprodução de teoria, é analisada. Em ambos, o leitor atento poderá identificar os movimentos do recorte metodológico que configura este sujeito dos vínculos afetivos nas representações do discurso facultadas pelas e nas práticas institucionais. A título de exemplo, no caso do *A Dimensão Política da Psicologia*, depois de discutir a trajetória da Psicologia Institucional em território brasileiro, comento uma ocasião de supervisão na rede pública de saúde; na qualidade de supervisora, movi a desconstrução de um 'diagnóstico clínico-institucional empírico' de um rapaz como psicótico, no

serviço municipal de saúde, para, a partir de então, constituir as balizas de um novo diagnóstico, isto é, de um outro olhar para as subjetividades em questão naquele momento. É o melhor diagrama do que, espremida pelos inevitáveis limites das palavras, tento até agora demonstrar no plano dos argumentos teóricos.

É só ler.



PARTE I

1

ANÁLISE DO DISCURSO

O propósito deste capítulo está bem aquém do que sugere seu nome. Por um motivo simples: quem o escreve não é lingüista. E, como se verá, este é, dentre as Ciências Humanas, o âmbito da AD (conforme passaremos a designar, doravante, a Análise do Discurso enquanto disciplina do conhecimento).

Como uma interessada no assunto e não como especialista, dedico-me há algum tempo a estudá-lo. Entretanto, no momento de sistematizar a informação e comunicá-la, o domínio ainda não se mostra completo e, para não incorrer na estranha sensação de fazer apenas a locução de um texto compreendido mas não suficientemente assentado, prefiro apoiar-me num dos autores a quem dei especial crédito: Dominique Maingueneau. Sua leitura, em diferentes obras, permite, no confronto com as demais, apreciar uma revisão histórica da produção em AD bem como as tendências que aí se anunciam, identificando a heterogeneidade do campo (as “escolas”), o caráter problemático da definição de seu objeto e a relação de parentesco que estabelece com áreas afins (incluindo a psicanálise).

Maingueneau é professor na Faculdade de Picardie (Amiens, França) e, constituindo a escola francesa da AD, revela a ascendência das idéias de M. Foucault sobre o que se diz a partir dessa escola.

Bons motivos para a escolha: a qualidade visivelmente destacada de seu texto, a seriedade com que trata, na complexidade, o

tema, sua filiação teórica e, por fim, a porta aberta ao estudo das fronteiras com a psicanálise. Nada que elimine os problemas afeitos às nossas pretensões no presente trabalho mas, sem dúvida, um terreno fértil para que se possa continuar pensando.

O livro *Novas Tendências em Análise do Discurso*¹ será, aqui, tomado como referência. Sem mais explicações, resta ao leitor confiar no meu tino...

*

A AD, fundamentalmente no campo da lingüística, é uma área ou disciplina do conhecimento que já se anuncia por tendências, métodos e procedimentos diferentes, desde os que se organizam aos modelos da antropologia, até os que se organizam aos modelos da própria lingüística. Ao ponto de se construírem objetos diferentes conforme a direção seja desenhada por um ou outro deles. Talvez, como aponta Maingueneau, isto se deva à multiplicidade de definições de discurso.

Herdeira da filologia², a AD, sobretudo na França, país amante das ciências da linguagem, estabelece-se por tradição, numa espécie de confluência da conjuntura intelectual e da prática escolar. Desde os primeiros anos de escolaridade até a universidade, o francês “explica texto”, independentemente do tipo ou da estratégia de análise, segundo Maingueneau. Este terreno conduz, inevitavelmente, a uma tal maleabilidade de limites, que é possível dizer que a AD não é filologia nem lingüística, muito embora, por opção de quem a faça e por natureza do discurso em questão aproxime-se, em especial desta última. Mais apropriado seria afirmar que a atravessa.

“Uma vez afirmada a inscrição da AD no espaço lingüístico, é conveniente questionar de que forma ela deve pensar sua relação com a lingüística. (...) é preciso ser lingüista e deixar de sê-lo, ao mesmo tempo (...). Situação de desequilíbrio perpétuo que tanto

1. MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas, Pontes, 1989.

2. Ciência histórica, que tem por objeto o conhecimento das civilizações passadas através de documentos escritos que elas nos deixaram; aquilo de que trata é a busca do sentido contido na palavra escrita e falada.

impede a AD de deixar esse campo, quanto de enclausurar-se nesta ou naquela de suas escolas ou de seus ramos. (...) não é pois uma parte da lingüística que estudaria os textos da mesma forma que a fonética estuda os sons, mas ela atravessa o conjunto dos ramos da lingüística (...).³

Como se percebe, exatamente aquilo que amplia o âmbito desse saber, é o que provoca uma quase diluição de sua densidade e especificidade enquanto disciplina do conhecimento, tanto na escola francesa quanto na anglo-saxã. Esta última, cabe dizer brevemente neste espaço porque a ela não voltaremos, desenvolveu-se historicamente depois, tem *propósitos descritivos* e, por origem e método, liga-se à sociologia, psicologia e antropologia.

Para Maingueneau, a dispersão da AD deve ser considerada não como um desvio ilícito, mas como um sintoma; um sintoma da própria organização do campo da lingüística, que opõe um núcleo forte a contornos que se avizinham com outras disciplinas como as que mencionamos (sociologia, psicologia, história, filosofia, entre outras).

Isto, aliado à dispersão do conceito de discurso, obriga a eleição, também aqui, de recortes teórico-metodológicos. É o que faz esse autor.

Quanto ao termo *discurso*, trabalhará ele com a noção de *formação discursiva* de M. Foucault: "um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma época e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa."⁴

Tempo e estrutura no exercício da enunciação, portanto.

Com esta compreensão declarada, retoma, de vários ângulos, a relação lingüística/AD, especificando-a e apontando para a delicadeza da tentativa de diferenciá-las. "Não existe qualquer harmonia preestabelecida entre os diversos objetos que podem ser propostos pela AD e os recursos da lingüística (...). Frente a um *corpus*, o pesquisador *a priori* não tem razão determinante para estudar um

3. MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências...*, op. cit.

4. *Idem, ibidem*, p. 18

fenômeno em detrimento de outro,(...) nada o obriga a recorrer a um determinado procedimento ao invés de outro. Se, para atingir seu propósito, ele se interessa, por exemplo, pelos adjetivos avaliativos, por metáforas ou por algumas estruturas sintáticas, isto ocorre unicamente em virtude de hipóteses, as quais repousam a um só tempo: (a) sobre um certo conhecimento de seu *corpus*; (b) sobre um conhecimento das possibilidades ao analista pelo estudo de semelhantes fatos de linguagem”.

Ato contínuo, estende o raciocínio.

“Querendo ou não, toda análise implica estas duas ordens de considerações. (...) É preferível, portanto, explicitar da melhor maneira possível as escolhas que, de qualquer forma, somos obrigados a fazer. (...) Não é a presença de hipóteses muito específicas e de pressupostos que é prejudicial, mas a intenção de não utilizá-los ou de fazê-los minimamente. É o fato de levar em conta a singularidade do objeto, a complexidade dos fatos discursivos e a incidência dos métodos de análise que permite produzir os estudos mais interessantes.”⁵

Embora estejamos ainda esboçando um perfil para a AD, já se pode antecipar um cadinho do que este nosso livro pretende afirmar e colocar em discussão. O extrato acima, ponderações de um lingüista, como que autoriza que se aproxime a AD da psicanálise. Ou melhor, que se façam análises de discurso com hipóteses e, portanto, teorias desenvolvidas em outro campo do saber. Faz-se um giro e, no fundo, retira-se a AD de seu território-rei (a lingüística). Mesmo que para tanto seja necessário nomeá-la com iniciais em minúsculas. Aquilo de que não se pode abrir mão é o rigor de pensamento: o esclarecimento dos recortes em que se produz e sua justeza para com a situação em análise.

Reafirmando: “(...) cada *corpus* estabelece problemas específicos. (...) é o resultado da imersão da AD no conjunto das ciências sociais das quais a lingüística faz parte.”⁶

Em outras palavras, é a natureza do material com que trabalhamos, suas condições de produção e o seu entendimento enquanto

5. MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências...*, cit., p.18-19.

6. *Ibidem*, p.20.

fato de linguagem que define a orientação dada à análise de discurso que fazemos.

Aquela que proporemos mais adiante partilha ainda, com Maingueneau, uma certa concepção de linguagem. E, dizer isto é fundamental como estabelecimento de limites dentro dos quais se opera. É preciso “recusar a concepção de linguagem que a entende como simples suporte para a transmissão de informações, em lugar de considerá-la como o que permite construir e modificar as relações entre os interlocutores, seus enunciados e referentes. É a própria noção de “comunicação lingüística” que, desta forma, é deslocada: o fato de que um enunciado supõe um enunciador, um destinatário, uma relação com outras enunciações reais ou virtuais, que esteja atravessado pelo implícito, etc.; tudo isto não é uma dimensão que se acrescentaria posteriormente a uma estrutura lingüística já constituída, mas algo que condiciona radicalmente a organização da língua”.⁷

Como se pode notar, essa afirmação esbarra, novamente, nas possibilidades de se configurar, numa compreensão de linguagem e numa análise do discurso, um sujeito que escapa às grades da lingüística. E, só para marcar o “caminho das pedras” ao leitor que me acompanha no esforço de apresentação da AD, este é um ponto importante para a definição de sujeito psíquico a que, ao cabo da Parte III deste livro, poderemos chegar. Psíquico, afetivo, porque institucional.

Prossigamos com Maingueneau, por ora, detonando o apego aos universais da lingüística: “Na base de todo esse trabalho de redefinição, uma vez mais está sendo questionada uma certa concepção da oposição saussuriana entre ‘língua’ e ‘fala’ e suas diversas transformações terminológicas. (...) já havíamos sublinhado que a constituição da AD supunha uma crítica a esta célebre dicotomia que acabou sendo interpretada como oposição entre um sistema de regras universais e a liberdade de que goza um sujeito ao produzir enunciados contingentes. O conceito de ‘discurso’, ao definir espaços de regularidades associados a condições de produção, visa, ao contrário, a delimitar ‘o que constitui o falante em sujeito de seu discurso

7. MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências...* *op. cit.*, p.20.

(...), o qual, por sua vez o assujeita'. (...) em vez de considerar a enunciação como um acontecimento único que dependeria do domínio da 'fala' e que se apagaria diante do enunciado, único objeto da lingüística, ela distingue os atos singulares de enunciação do esquema geral da enunciação, o qual depende da 'língua', ao mesmo título que as regularidades morfo-sintáticas."⁸

O que de precioso temos até aqui é o mapeamento de uma disciplina cuja especificidade enquanto tal é de difícil definição, na medida em que atravessa outras igualmente versadas na linguagem. Ainda, de maneira mais direta, liga-se à lingüística, sem com ela se confundir. Isto, em termos de método e objeto. Faz também reconsiderações quanto ao sujeito do discurso e ao seu modo de produção. Sendo este "seu", aqui empregado, na exata medida da ambigüidade que nos interessa, no momento. Se é um "seu" relativo ao discurso ou ao sujeito, é uma questão que só depois, com propriedade, poderemos discutir. Aí, conforme afirmei acima, já no contexto que proponho para pensar "subjetividade", mesmo aquela de nossa lida cotidiana nos processos psicanalíticos.

*

Se, de um lado, a discussão do campo da AD nos remete à questão do sujeito, de outro, remete-nos à questão dos condicionantes do discurso.

Assim, os lingüistas e analistas do discurso estão sempre às voltas com a relação entre discurso e realidade sociohistórica. Na verdade, uma espécie de corruptela da relação palavra/coisa. O discurso seria um reflexo dessa realidade ou uma realidade em si? Nesse caso, seria uma "ilusão"? Qual a sua materialidade? Tem um caráter informativo? Ou é um dispositivo de constituição de sentidos e sujeitos?

Difícil livrar-nos de dicotomias tão bem sedimentadas, sobretudo no pensamento moderno, por meio de suas quase incontáveis manobras para descaracterizar perguntas antigas.

8. MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências...*, op. cit., p. 21.

O fato é que, então, pela pragmática⁹, a linguagem é considerada uma forma de ação, um ato de fala indissociável de “uma instituição, aquela que este ato pressupõe pelo simples fato de ser realizado”¹⁰. Mas, a relação de determinação aí suposta não é aquela que habitualmente versamos, não são condições empíricas institucionais que originam o ato de fala e, sim, este ato efetuado é indicador de tais condições reunidas. A pertinência de um ato de fala é dado por sua própria enunciação: aciona convenções que regulam as relações entre estatutos das falas dos sujeitos, distribuem papéis, instituem regras entre “parceiros” na fala.

Se a AD diverge da pragmática não é por qualquer um desses pressupostos acima assinalados, mas pelo estatuto que tem aí a subjetividade, entendida enquanto conjunto de intenções, identidade única e consciência do sujeito falante, numa “psicologização” do fato discursivo. O exemplo que se oferece disto é o trabalho de Goffman, conhecido entre nós, *Manicômios, Prisões e Conventos*. De resto, estão, nesse raciocínio, lançadas as bases para o uso de uma metáfora rica em possibilidades de se trabalhar o conceito de discurso: lugar e cena.

É o que faz Maingueneau: toma o discurso enquanto cena enunciativa. E, como o leitor poderá apreciar nas citações que se seguem, assim acontece um intrincado ir e vir entre os termos sujeito e discurso. Como se um não se definisse sem o outro. Ainda, como se os dois tivessem o mesmo modo de produção. Isto, quando se distinguem.

“Em geral e desde o seu início, a AD prefere formular as instâncias de enunciação em termos de “lugares”, visando a enfatizar a preeminência e a preexistência da topografia social sobre os falantes que aí vêm se inscrever. Um conceito de lugar ‘cuja especificidade repousa sobre esse traço essencial segundo o qual cada um alcança sua identidade a partir e no interior de um sistema de lugares que o ultrapassa’. Este primado do sistema de lugares é crucial se raciocinamos em termos de formações discursivas; trata-se, então, segundo o preceito de M. Foucault, de ‘determinar qual

9. Área do conhecimento voltada para a utilização da linguagem por oposição ao aspecto sintático.

10. MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências...*, op. cit., p.29.

é a posição que pode e deve ocupar cada indivíduo para dela ser o sujeito'. Isto equivale a dizer que a teoria do discurso não é uma teoria do sujeito *antes que se enuncie*, mas uma teoria da *instância de enunciação* que é, ao mesmo tempo e intrinsecamente, um efeito de enunciado.

“Esta instância de subjetividade enunciativa possui duas faces: por um lado, ela constitui o sujeito em sujeito de seu discurso, por outro ela o assujeita. Se ela submete o enunciador a suas regras, ela igualmente o legitima, atribuindo-lhe a autoridade vinculada institucionalmente a este lugar. Uma tal concepção opõe-se a qualquer concepção ‘retórica’: aquela que coloca dois indivíduos face a face e lhes propõe um repertório de ‘atitudes’ e ‘estratégias’ destinadas a atingir esta ou aquela finalidade consciente. Na realidade, para a AD, não é possível definir nenhuma exterioridade entre os sujeitos e seus discursos.

“(…) a noção de ‘encenação’, entretanto, também apresenta perigo. Com efeito, seria preciso não conceber esta cena como duplicação ilusória, a representação de realidades e de conflitos (sociais e econômicos) dados antecipadamente. (...) mas nem por isso ela deve induzir a idéia de que a linguagem constrói ‘cenas’ autônomas, de que, na sociedade, existem apenas efeitos de linguagem. (...). Atualmente a tendência é cada vez maior de questionar esta topografia que coloca o discurso e a ‘realidade’ como exteriores um ao outro, considerando-se a primeira como uma espécie de teatro de sombras. (...). Mas como pensar, a seu modo, a ordem do discurso, se ao mesmo tempo que remete a posições discursivas, não os ‘reflete’ exatamente? De fato, esta é uma dificuldade, já que os lugares sociais só podem existir através de uma rede de lugares discursivos, os quais se apóiam em uma economia distinta. É preciso admitir que a ‘encenação’ não é uma máscara do ‘real’, mas uma de suas formas, estando este real investido pelo discurso. Aliás, se fosse diferente, a AD não teria razão de existir, ela seria apenas um anexo da sociologia ou da história, totalmente dedicada a mostrar como as conjunturas se traduzem em enunciados.

“A AD recusa a concepção que faria da discursividade um suporte das ‘doutrinas’ ou mesmo das ‘visões de mundo’. O discurso, bem menos do que um ponto de vista, é uma organização de

restrições que regulam uma atividade específica. A enunciação não é uma cena ilusória onde seriam ditos conteúdos elaborados em outro lugar, mas um dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem. À AD cabe não só justificar a produção de determinados enunciados em detrimento de outros, mas deve, igualmente, explicar como eles puderam mobilizar forças e investir em organizações sociais. (...) Nada mais estranho à AD do que a imagem de um discurso veiculando 'idéias' graças a diversos 'procedimentos'."11

Acostumados que estamos a pensar em relações de determinações imediatas, de causa e efeito, referentes, intenções, vontade, indivíduo e que tais, podemos nos distanciar de grande parte das proposituras desta AD. O raciocínio nos parece demais retorcido, contorcido e que, se submetido a uma torção de verdade, não daria em coisa alguma. Afinal, certas rochas não minam. E é exatamente esta a impressão que temos: uma explicação rochosa, de vazão e penetração impossíveis. Ainda mais: soa a delírio, sem... referentes, essa história de um discurso despregado da realidade, que não a reflete e que também não tem autonomia absoluta, ou, essa outra história de um sujeito que não é uma pessoa.

E são exatamente essas questões que a compreensão do discurso como cena enunciativa levanta: o discurso guarda uma relação de interioridade com suas condições de produção e, estas, por sua vez, não se traduzem por um sujeito-pessoa-falante (ao gosto das tendências psicológicas), ou por uma estrutura de classes sociais e uma infra-estrutura econômica, imediatamente, deixando-se monopolizar numa totalizante formação ideológica (ao gosto das tendências marxianas). Então, meu Deus, como entendê-lo?

Sem ainda ir à fonte, ou seja, ao que diz Foucault a respeito, tentemos, com o apoio de um outro autor, José Augusto Guilhon Albuquerque, um ensaio de entendimento¹². Este último afirma que as relações materiais — políticas e econômicas — só têm efeitos na ordem das próprias relações materiais, ou seja, na reprodução da

11. MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências...*, op. cit., p.32-3-4, 49-50.

12. GUILHON ALBUQUERQUE, J.A. & RIBEIRO, A., *Da assistência à disciplina: o programa de saúde comunitária*. Depto de Ciências Sociais, São Paulo, FFLCH-USP, 1979, p. 61-2.

existência material e social, e as relações ideológicas (referindo-se aqui a representações, onde inclui os discursos) só têm efeitos na ordem das representações. Há, para ele, entre as representações e as relações sociais, articulações, implicações de antecedência e sucessão lógicas e, não, relações de causa e efeito.

Pode-se depreender daí que quando este e outros autores, com tal orientação, falam em sujeito ou subjetividade “efeito” de relações sociais, estão se referindo ao efeito, ele mesmo, de “reconhecimento” na ordem de lugares dessa que até agora temos chamado de “cena enunciativa” e na ordem de “lugares” da enunciação. Portanto, efeitos num mesmo nível do real; em uma de suas formas, como citamos há pouco com Maingueneau.

É disso que se trata quando se diz que as condições de produção não são exteriores ao discurso, ou que este não é resultado ou produto de algo que está fora dele. É esse mesmo modo de pensar que vai configurar a possibilidade do sujeito de que trata, por sua vez, a AD: este sujeito que assim se “reconhece” a partir de seu lugar na ordem discursiva.

Isto posto, sigamos pelos fios da AD. Agora, tomando em foco as condições constituintes do discurso.

O ENGENHO INSTITUINTE¹

A expressão do título, com a liberdade de uma imagem, presta-se a dizer de *como se constróem os discursos*. Nas palavras de Maingueneau, como se constróem as articulações entre discurso e “condições de produção”.

As aspas, indicando uma suspensão de sentido, uma ambigüidade iminente, dão o tom exato do cuidado que se deve ter ao empregar essas palavras (condições de produção). O risco mais provável é o de reeditar as dicotomias e as oposições dentro/fora (condições de fora produzem o discurso).

A saída é pensar em mediadores. Entre o que e o quê? Entre os textos (discursos) e as classes sociais, por exemplo. Não são estas que, própria e diretamente, “determinam os lugares” numa formação discursiva, que passaria a manifestar aspirações e interesses de categorias tão amplas ou, melhor, abstratas e genéricas. Seria melhor dizer que “o espaço de enunciação, longe de ser um simples suporte contingente, um quadro exterior ao discurso, supõe a presença de um *grupo específico*, sociologicamente caracterizável, o qual não é um agrupamento fortuito de “porta-vozes”.²

1. Tomo esta expressão de empréstimo a David Calderoni, autor da “Dissertação de Mestrado”: *O Caso Hermes. A dimensão política de uma intervenção psicológica em creche. Um estudo em Psicologia Institucional*. São Paulo, IPUSP, 1994.

2. MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências...* cit., p.54.

Um grupo específico, sociologicamente caracterizável, que não seja agrupamento fortuito de porta-vozes. Estes termos são, de outra forma, melhor ditos: *práticas discursivas*, que, por sua vez, podem ser entendidas como “regiões” de uma “formação discursiva”.

O que significa isto? Que se pode compreender que um conjunto de textos, orais ou escritos, são tomados em sua especificidade enquanto produzidos no seio de instituições sociais. Geração dupla ou, então, recíproca: num mesmo movimento constituem-se grupos e discursos.

Um exemplo disto são os partidos e seus discursos políticos. Os primeiros se reconhecem nos segundos. Isto é, um discurso define um partido político, diferencia-o dos demais ou, no mínimo, de outras instituições sociais e, com ele ou por ele, identificam-se os sujeitos das falas partidárias. Tudo se faz no conjunto de práticas de uma forma de Estado determinada e nos ritos particulares dos grupos em questão.

Fica, assim, estabelecida a mediação conceitual entre a categoria abstrata “classe social” e a fala dos sujeitos. O lugar das produções de discurso são estas práticas das instituições; sendo que *lugar*, aqui, não quer dizer, como no sentido habitual da palavra, *causa*.

A origem dessas idéias tem nome: M. Foucault. E este capítulo tem como objetivo esclarecer os termos fundantes de seu pensamento no que diz respeito ao discurso e sua análise. Para tanto, trabalharei mais diretamente um de seus livros: *A Ordem do Discurso*.³

FOUCAULT, CENA E DISCURSO

A Ordem... é uma dessas preciosidades que permaneceu à margem das grandes divulgações. Sem tradução para o português, com difícil localização da versão original francesa de 1970, é pouco citada. Ao lado de um capítulo do *História da Sexualidade I — A vontade de saber*, denominado *Método*, este pequeno texto é dos mais esclarecedores sobre o modo de pensar foucaultiano: suas

3. FOUCAULT, M. *El orden del discurso*. Barcelona, Tusquets Editores, 1980 (edição original, 1970).

vertentes, seus organizadores e as decorrências “procedurais” estão ali, numa intrincada estratégia; talvez para que não se dispare a indevida, apressada, impensada e certamente desejada acusação de “escorregão cartesiano”. O que seria um desrespeito a ambos (Descartes e Foucault) bem como um sinal de desconhecimento profundo do valor que, cada um à sua moda, tem.

Numa aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada a 2 de dezembro de 1970, Foucault, com didatismo e simplicidade, expõe os princípios sobre que repousa sua concepção de discurso, agenciamento e análise, como também, a relação disto com a filosofia, na dupla via de seus débitos a correntes e expoentes, de um lado, e de outro, no lugar que joga o discurso filosófico entre as formações discursivas em seus tempos. No final de sua fala, aponta para os temas que se desenvolverão, com base nesses princípios, durante o curso daquele período de seminários e estudos: os discursos que serão analisados.

*

A aula já se inicia com um “golpe de mestre”. Numa “encenação real”, dessas que afastam para bem longe a classificação de ilusória, como comentávamos há algumas páginas, Foucault se põe no centro do palco acadêmico e dispara um monólogo. Tudo como sói acontecer em cenários desse tipo, em que o sujeito-mestre está sendo ouvido e reconhecido como aquele que tem a dizer, pelos que se reconhecem (com maior ou menor margem de distância de inteligência e brilho que se concedam) na posição de alunos-seminaristas. Ele, insolitamente, fala de inquietudes. Suas? A julgar pelo que a seguir discute (com ele mesmo) sobre sujeito do discurso, não. Ou, pelo menos, não como se poderia imaginar.

Que inquietudes? Aquelas quanto ao que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; quanto à sua existência transitória (do discurso, é óbvio, porque ninguém deveria esperar dele, sobretudo numa tal ocasião, dúvidas existencialistas), destinada a desaparecer com uma duração que não nos pertence. Inquietude por suspeitar da existência de lutas, vitórias, feridas, dominações e servidões, por meio de tantas palavras nas quais o uso

reduz as asperezas. Inquietude quanto ao que há de perigoso nisso.

O “golpe de mestre”, aqui, reside nessa bela metáfora que rouba daquilo que chamamos subjetividade, elementos como inquietação, receio, medo de riscos, insatisfação. Rouba da teoria dos discursos, elementos sobre suas condições de existência. Rouba, ainda, de uma certa forma de pensamento, a idéia de um sujeito disperso, não-pessoa, impotente enquanto tal, no domínio das origens e dos destinos de sua fala. Rouba do conjunto do conhecimento, os temas centrais de um curso. Rouba, finalmente, do teatro, a possibilidade de colocar em cena todas estas marcas, numa convincente realidade discursiva ou, para ser mais rigorosa, numa prática discursiva como a de uma aula. Está tudo aí, a bem da verdade!

E, antes que algum apressado psicanalista se dedique às delícias de interpretar ou analisar o sujeito do inconsciente nesta situação, já que a metáfora está posta, passemos pelos conceitos que este intróito foucaultiano condensa. Até porque muitas mediações teóricas são necessárias para que daí se tente falar em sujeito psíquico e/ou sujeito do inconsciente à moda psicanalítica. Se isto é possível, inclusive, é exatamente a questão-tese do presente trabalho.

*

Em linhas gerais, as *condições de produção do discurso* são organizadas por Foucault enquanto: (a) procedimentos “externos” de controle; (b) procedimentos “internos”; (c) procedimentos de utilização. E, de modo absolutamente intrincado nessa compreensão, trata ele, em seguida, de *princípios de um método de análise de discurso*, sem que em qualquer momento se colocasse como quem produz o que hoje se reconhece como uma área do conhecimento, a AD. Convém ainda chamar a atenção para o fato de ele discriminar, nas últimas páginas, suas pertencas teórico-filosóficas, para, em expresse, eximir-se da nomeação que habitualmente lhe é conferida: a de estruturalista.

DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

“Suponho que em toda sociedade a produção do discurso está

controlada, selecionada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função excluir poderes e perigos, dominar o acontecimento aleatório e esquivar sua pesada e temível materialidade".⁴

*

Os *procedimentos de exclusão* são de três tipos. Interligados, sempre.

O mais conhecido deles é o de *proibição*. Sabe-se que não se pode dizer qualquer coisa em qualquer lugar. Mais importante ainda: verdadeiras malhas interditam, "com naturalidade", algumas regiões do discurso, num certo tempo. A exemplo, sexualidade e política. É "tudo funciona como se o discurso fosse o lugar transparente e neutro em que a sexualidade se desarma e a política se pacifica; no entanto, é aí que se exercem, de forma privilegiada, alguns de seus mais temíveis poderes".⁵ Pelas proibições, pode-se concluir sobre a vinculação discurso/desejo/poder. Lembra Foucault, também, que a própria psicanálise coloca o discurso como objeto do desejo; e que a história sinaliza, sempre, o quanto ele não é apenas a tradução de lutas ou sistemas de dominação, e sim, a ocasião mesma dessas lutas; alvo-poder de que se quer apropriar.

Pode-se depreender, dessas afirmações, porque o termo *externo* foi grifado acima, enquanto procedimento de controle: fica cada vez mais anunciado o domínio discursivo, como algo que não se põe instrumento de outra instância que "diz" por ele. Ele é um domínio de lutas, resistências, dominação e desejo. E é essa dimensão da autonomia do discurso que atravessa as demais colocações de Foucault, seguidas de perto pelos teóricos da AD, nem sempre com a mesma coerência.⁶

Nesse sentido, um outro procedimento, o de *separação e recu-*

4. FOUCAULT, M. *El orden del discurso*, op. cit., p. 11.

5. *Idem*, *ibidem*, p. 12.

6. Vide, entre nós, as publicações de Eni P. Orlandi em — *Discurso e leitura* — e Helena H.N. Brandão em — *Introdução à Análise do Discurso* — que, ao tratar da relação discurso/realidade social, acabam retomando os conceitos de ideologia e classe social como explicação, distanciando-se da ruptura que Foucault marca quando acentua a autonomia da ordem discursiva.

sa, caracteriza-se por criar oposições no discurso. qualificar com elementos discretos cada um desses “subdiscursos”, enquanto de ordens inelutavelmente diferentes destinando um deles à recusa, de forma direta ou velada, pelo elogio desmedido ou pela condenação/marginalização. O exemplo clássico deste processo, nos trabalhos do próprio autor, é a oposição/separação entre razão e loucura.

A *exclusão fundamental*, entretanto, a que atravessa as anteriores e lhe dá estatuto de legitimidade é a *oposição falso/verdadeiro*. É a que mais mascara seu caráter de produzida institucional e historicamente; a que mais *se mostra* não arbitrária e não-violenta. Afinal, a verdade sempre pareceu ser uma ou poucas e, com toda certeza universal, de existência real e captável pelo pensamento ou pela observação, dependendo, em pouco, do momento histórico. Nem é necessário falar dela ou dela suspeitar. Nossa “vontade de verdade”, inclusive, aí está, para atestá-la.

“Assim, não aparece ante nossos olhos mais que uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força suave e incidiosamente universal. E ignoramos, de outro lado, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir.”⁷

Poder e desejo no controle e limitação do discurso.

*

Foucault chama a atenção, em seguida, para uma outra ordem de controles: agora, aqueles exercidos “de dentro”, enquanto efeitos de ordenação, classificação e distribuição, de tal forma que se elimine o “acaso” como produção discursiva. São os *procedimentos “internos”*. Destaca então: (a) comentário, (b) autoria e (c) disciplina, como formas de organização discursiva que regularizam as alternâncias, cimentam as descontinuidades e driblam o casual.

Comentário é entendido, aqui, como uma espécie de nivelamento ou achatamento do discurso, por sua repetição ou reparição nas conversas cotidianas ou nas derivações quase infinitas que podemos fazer de uma mesma formulação. Os textos religiosos, jurídicos e

7. FOUCAULT, M. *El orden del discurso*.. op. cit., p. 20.

mesmo os científicos são situações exemplares. Diz-se o mesmo como diferente. Na verdade, o que há de novo é o (novo) retorno. Cada vez, é como se dissesse pela primeira vez o que já tinha sido dito. Fala-se, sempre, no comentário, “aquilo que já estava articulado, silenciosamente, à distância, em outro lugar. (...) o sonho (...) de uma repetição mascarada: em seu horizonte, não há nada além do que seu ponto de partida; a simples recitação”.⁸ Não há, de fato, acaso que resista! Não, pelo menos, no ponto de se apresentar como tal. Retira-se o perigo quando se emascara a própria repetição.

A *autoria*, Foucault a define em poucas palavras e por comparação: “O comentário limitava o acesso ao discurso por meio do jogo de uma identidade que tinha a forma da repetição e do mesmo. O princípio do autor limita esse mesmo acesso pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do ‘eu’.”⁹

Este princípio nos interessa sobremaneira, pois ele é o que mais de perto aguça nossos fantasmas de sujeito das formações discursivas aproximado do sujeito-pessoa, ou, mais edulcorado, o sujeito-psíquico. Mas é este o ponto escolhido, ao que parece, para “eliminar” as ilusões e as esperanças destes, como nós, aprendizes de feiticeiro, carregados de vontade de verdade...

Autoria é, para Foucault (e para os analistas do discurso), agrupamento do discurso como unidade; é organização de suas significações, foco de sua coerência. Autor não é o indivíduo que fala, pronuncia ou escreve um texto. E... este (autor) que ora nos pomos a conhecer (M.F.), inclui-se na evanescência dessa individualidade quando afirma que seria absurdo negar a existência do indivíduo que escreve e inventa; mas, nesse ato, o que ele faz é *assumir a função de autor: o que escreve e o que não escreve, tudo está prescrito para a função de autor, tal como ele a recebe de sua própria época e tal como a modifica.*

Os “regimes” ou as épocas, ou melhor, o lugar que neles tem a autoria é um argumento importante para afirmar a historicidade desse princípio e deslocá-lo da idéia de sujeitos/determinantes/criadores de seu próprio discurso. Para o discurso científico na Idade

8. FOUCAULT, M. *El orden del discurso.*, op. cit., p. 23-4.

9. *Idem, ibidem*, p. 27.

Média, a autoria era indicador de veracidade; hoje, só se usa como rótulo, uma vez que é o conjunto dos discursos sobre doenças ou medicações que importam e têm autoridade. De qualquer forma, o autor, isto é, a assinatura, é quem dá às inquietudes da linguagem, suas unidades, coerências e inserção no real. Visto assim, longe de ser a autoria o lugar privilegiado da autonomia de pensar e produzir discursos, é lugar de que mais se cobra que o Pai afaste o cálice da desorganização da descontinuidade, da incoerência. Ponta-de-lança do controle do acaso, portanto.

Por fim, as *disciplinas*.

“Disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente de regras.”¹⁰

Diz respeito tanto a objetos, conjunto de métodos, corpo de proposições consideradas verdadeiras; regras e definições, técnicas e instrumentos; uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem queira ou possa se servir dele para a construção de novos enunciados. Diferente, portanto, do comentário. Dispensa-se também a visibilidade da autoria, do autor ou do inventor. O que caracteriza a disciplina é esse terreno das regras de produção, dos métodos, técnicas e objetos. A psicanálise ou a psicologia podem ser consideradas disciplinas quando entendidas dessa forma. Mas, aqui, sobretudo, faz-se o jogo da verdade: se, de um lado, para que haja disciplina é necessário que se formulem indefinidamente novas proposições, de outro, cada uma delas deve estar estritamente no âmbito de uma disciplina; podem ser consideradas verdadeiras ou falsas (este não é o problema, até porque, para que se produza conforme as regras há que se admitir o erro, a refutabilidade de hipóteses), mas tem que estar previamente inscrita *na verdade*. Ou seja, deve estar inscrita num certo tipo de horizonte teórico. Por que os botânicos e biólogos não viram que o que Mendel dizia era verdadeiro? Porque falava de objetos, empregava métodos e se situava num horizonte teórico que eram estranhos à biologia da época. Mendel dizia verdades mas não estava *na verdade* do discurs-

10. FOUCAULT, M. *El orden del discurso*, op. cit., p. 31.

so biológico de sua época. É a polícia das regras aquilo de que se trata aqui.

“No interior de seus limites, cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e falsas; mas recusa, para fora de suas fronteiras toda teratologia do saber. O exterior de uma ciência está cheio daquilo em que se crê.”¹¹

Tudo o que, até o momento, fala Foucault, pode conduzir a pensá-lo como comumente se faz, como um denunciante de toda sorte de coerção, sobretudo daquelas invisíveis a “olho nu”. Ele mesmo, no entanto, em certo ponto do texto, faz a ressalva de que para que se possa dar conta do papel positivo e multiplicador da autoria, do comentário e da disciplina (o que criam) é necessário considerar sua função coercitiva, restritiva.

Feita a ressalva, prosseguimos nos controles.

*

Procedimentos de utilização são uma terceira modalidade de limitação dos discursos (ao lado dos “externos” e “internos”). São condições de enredamento dos indivíduos que falam: ninguém entrará na ordem de um discurso se não estiver qualificado a fazê-lo; nem todas as regiões discursivas são igualmente abertas e penetráveis. Trata-se de impor aos indivíduos um certo número de regras e não permitir desta forma o acesso do resto do mundo a essa fala. Enumerando, para facilitar:

a) os *rituais*: definem comportamentos, gestos, circunstâncias e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixam a eficácia das palavras, seus efeitos sobre o interlocutor; situações religiosas e terapêuticas são exemplares, nesse sentido;

b) as *sociedades de discurso*: seu efeito é conservar ou produzir discursos, mas para fazê-los circular em um espaço fechado, com regras estritas de distribuição que definem inclusive os detentores dessa função distributiva; as situações exemplares vão desde as sociedades secretas até os textos escritos num hermetismo/obscu-

11. FOUCAULT, M. *El orden del discurso*, op. cit., p. 29.

rantismo tal que só alguns “escolhidos” decifram o seu segredo, digo, o seu sentido;

c) as *doutrinas*: que, apesar de tenderem à difusão e não à posse de uns poucos, como no caso anterior, estabelecem limites quando marcam os portadores de suas verdades e de seus discursos, firmando, com isso, sua adesão exclusiva; vinculam os indivíduos a certos tipos de enunciação e, com isso, vinculam-nos entre si e os diferenciam dos restantes;

d) a *educação*: sempre uma forma política de manter ou modificar a adequação dos discursos, com os “saberes” e poderes que implicam.

É na circulação dos discursos, portanto, que indivíduos e palavras ganham uma espécie de “corporeidade”, uma concreticidade “sensível” e o sujeito definitivamente se amarra na rede discursiva...

*

Para os fins a que nos propomos com o presente trabalho, talvez já fosse suficiente o que até aqui se reuniu a respeito do pensamento de Foucault em *A Ordem do Discurso*. No entanto, há uma irresistível força de atração em mostrar como alguém, na função de autor, pode exercitá-la a tal ponto que, mesmo na denúncia de “mitos” de unidade, coerência e continuidade, da vontade de verdade, alcança com um brilho inegável, todas essas “qualidades” na construção de um texto, ou melhor, de uma aula inaugural.

Se bem que, como que numa antecipação deste paradoxo, assim inicie sua fala aos alunos:

“No discurso que hoje devo pronunciar, e em todos aqueles que, talvez durante anos, pronunciarei aqui, preferiria poder deslizar subrepticiamente. Mais que tomar a palavra teria preferido me ver envolto por ela e transportado para além de todo início possível. Gostaria de ter-me dado conta de que no momento de começar a falar, já me precedia uma voz sem nome, há muito tempo: bastaria, então, concatenar, prosseguir a frase, fazer uma introdução sem ser advertido em seus interstícios, como se ela tivera feito marcas em mim e ficado, por um momento, interrompida. Não teria havido, portanto, início; e, ao invés de ser aquele de quem provém o

discurso, seria uma pequena lacuna no acaso de seu desenvolvimento, o ponto de sua desapareição possível.

“Gostaria que tivesse atrás de mim (tendo tomado a palavra há tempo, repetindo de antemão tudo quanto vou dizer) uma voz que falasse assim: ‘Continue, porque não posso continuar; diga as palavras que tiver; até que me encontrem; até o momento em que me digam — estranho sofrimento, estranha falta, há que continuar, talvez já esteja pronto, talvez já m’o tenham dito, talvez me tenham levado ao umbral de minha história, à porta que se abre à minha história; estranharia muito se se abrisse.

“Penso que em muitas pessoas existe um desejo semelhante de não ter que começar, um desejo semelhante de encontrar-se, desde o começo do jogo, do outro lado do discurso, sem ter tido que considerar, de fora, o quanto poderia ter de singular, de temível, talvez, de maléfico. A este desejo tão comum, a instituição responde de uma maneira irônica, dados os seus começos solenes, que, rodeados de um círculo de atenção e de silêncio se impõem, como que querendo distinguir-se, há muito, enquanto formas ritualizadas.”¹²

Este é exatamente o extrato do texto que, ao abrir a aula, põe-se a metáfora que permite a Foucault falar, no atacado, das idéias-mestras de seu discurso sobre o discurso: destaca um sujeito falante, seus anseios e medos; situa-o tentando esgarçar a rede de controles; situa-o, ao mesmo tempo e com o mesmo peso, entregando-se ambigualmente à inevitabilidade da autoria (uma das malhas desse controle) e à positividade de um sujeito que se reconhece disperso, ou seja, não pessoa-autor que nessa e por essa dispersão produz. Termina o teatro-diálogo, com a voz da instituição a aplacar suas dúvidas e certezas, oferecendo mais uma vez sua altiva solução para todos os receios de tocar nas “temíveis” (como diz Foucault) ameaças de um discurso que se diz no acaso, na materialidade das palavras, na descontinuidade e na desordenação.

Afinal, *ele está na ordem desse discurso* e não há como ser diferente.

Pensando melhor. Faz uma enorme diferença estar na ordem e,

12. FOUCAULT, M. *El orden del discurso*, op. cit., p. 9 e 10.

de dentro dela, de suas prescrições, poder introduzir signos novos, como acontece aqui. Ainda que ao risco de constituir-se na fronteira ou além dela, fora do *campo da verdade*. Teratologia do saber. Aquilo em que “se crê”, conforme suas próprias palavras. E nem há de que se queixar, antecedido que está por “crenças” como as de Mendel.

E, por algumas páginas, nosso autor se dedica a configurar qual *o campo da verdade que autoriza formulações* (no âmbito da filosofia, com que certamente concorre):

a) o *sujeito fundador* que anima diretamente, com seus objetos, as formas vazias da linguagem; que atravessa a inércia das coisas e recupera, pela intuição, o sentido ali depositado; que funda horizontes de significação; que dispõe de signos, marcas, indícios e letras que pode manifestar, sem passar pela instância singular do discurso;

b) a *experiência originária* que faz supor um mundo em cumplicidade com nossa possibilidade de falar dele, designá-lo, nomeá-lo, julgá-lo e conhecê-lo em sua forma de verdade; que coloca o discurso como uma discreta leitura das coisas, da experiência, cuja “ratio” é recuperável pelo conhecimento;

c) a *mediação universal* que faz do discurso apenas a reverberação de uma verdade; que faz dele a instância que permite retirar das coisas ou dos acontecimentos o segredo de sua essência.

“Assim, numa filosofia do sujeito fundador, na da experiência originária ou na da mediação universal, o discurso nada mais é do que um jogo de escrita, no primeiro caso, de leitura no segundo, e de intercâmbio no terceiro.

“Que civilização, em aparência, foi mais respeitosa do discurso que a nossa? Onde ele foi mais liberado de suas coações e universalizações? Mas, parece que sob esta aparente veneração do discurso, esta logofilia, oculta-se uma espécie de temor. Como se proibições, barreiras, fronteiras, limites, se dispusessem de maneira que se domina, em parte pelo menos, a grande proliferação do discurso, de forma que sua riqueza se alije da parte mais perigosa e que afastem o mais incontrollável. Como se se tivesse querido apagar até as marcas de sua irrupção nos jogos de pensamento e da língua. Há, sem dúvida, em nossa sociedade (e talvez em outras, com perfis e encenações diferentes), uma profunda logofilia, uma espé-

cie de temor surdo contra esses acontecimentos, contra essa massa de coisas ditas, contra a aparição de todos esses enunciados, contra tudo o que pode haver aí de violento, de descontínuo, de batalhador e também, de desordem, de perigoso, contra esse grande murmúrio incessante e desordenado do discurso.

“E se se quer — não falo apagar o temor — mas analisá-lo em suas condições, seu jogo e seus efeitos, é necessário, creio, reduzir-se a três decisões às quais nosso pensamento, atualmente, resiste um pouco e que correspondem aos três grupos de funções, que acabo de evocar: pôr em dúvida nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; levantar, finalmente, a soberania do significante.”¹³

E é em textos, tecidos com essa beleza literária, que Foucault, “de dentro da ordem do discurso”, na função de autor, aponta para fora, abrindo outras possibilidades de pensar, fazendo tomar formas, a dimensão positiva, co-agente em todos esses procedimentos de coerção.

DOS PRINCÍPIOS DE ANÁLISE

Como podemos notar no último parágrafo em citação, ele faz decorrer, da compreensão formulada a respeito das condições de produção do discurso, um norte analítico.

As tarefas que propõe a quem o seguir, trazem consigo certas exigências de método. E como sempre, em Foucault, método não se confunde com procedimentos técnicos, sequer recai nas definições tradicionais de “meios para se atingir fins”. Aliás, mais parece que “essa coisa de pensar”, com ele, não tem fim, ou pelo menos, não tem fins determinados. É como se, por definição e “natureza, o pensamento fosse irregular, com perfil aleatório, desordenado.

Definem-se princípios, circunscrevem-se conceitos fundantes e, nisso desenha-se o método, como uma estratégia de pensamento, que também, a rigor, não anteciparia um quadro geral de resultados, nem transcenderia às análises que particularmente se façam de certas regiões do discurso, de certos temas, se se quiser.

13. FOUCAULT, M. *El orden del discurso*, op. cit., p. 42.

É assim que afirma que quatro noções devem servir de princípios norteadores da análise: a de *acontecimento* (por oposição à de criação); a de *série* (por oposição à de unidade); a de *regularidade* (por oposição à de originalidade); a de *condições de possibilidade* (por oposição à de significação).

O que quer isto dizer?

Que, no caminho da análise, o discurso retorna com uma nova cara: como conjuntos de acontecimentos (discursivos), segundo séries homogêneas mas descontínuas, que guardam regras e que recorrem sob certas circunstâncias (também discursivas); uma cara de que não se devem buscar “interiores”, significações, mas de que se devem configurar as condições de possibilidade da aparição, as condições e cercanias de sua formação.

Isto tudo é muito diferente de se procurar nos discursos: o ponto de sua criação, a unidade da obra (da época ou do tema), a marca da originalidade individual, “o tesouro indefinido das significações”.

Ao precisar o conceito de acontecimento (o que mais diretamente indica o acaso nas falas e escritas) e o de séries homogêneas e descontínuas (o que mais diretamente se relaciona com a idéia de regionalidade de saberes em oposição à exigência de sua unidade monolítica conforme critérios de classes sociais e/ou “universalidade” das épocas), atribui ao primeiro a condição de uma materialidade incorpórea e, ao segundo, a condição de diversidade e ruptura. Com isto, retira da noção de acontecimento a conotação de fato social, de substancialidade, de comportamento, de acidente ou de qualidade; acontecimento é efeito e, é no nível da materialidade que é efeito; como tal tem seu “sítio”, seu lugar; consiste na relação, na coexistência, na dispersão, na intersecção, na acumulação, na seleção de elementos materiais; produz-se como efeito de e em uma dispersão material. Uma materialidade do incorpóreo, portanto.¹⁴

Ao precisar as séries homogêneas e descontínuas, detem-se no tratamento da descontinuidade enquanto cortes que rompem o instante e dispersam o sujeito em uma pluralidade de possíveis posições e funções; que golpeiam e invalidam as menores unidades

14. FOUCAULT, M. *El orden del discurso*, op. cit., p.47.

tradicionalmente reconhecidas ou as que menos se põem em dúvida: o instante e o sujeito. Assim, o descontínuo nada tem a ver com sucessão de instantes no tempo, nem com a pluralidade de diversos sujeitos que pensam (sujeito coletivo).¹⁵

Exige-se, então, que se elabore, fora das filosofias do sujeito e do tempo, uma teoria das *sistematicidades descontínuas*, com o *acaso enquanto categoria na produção dos acontecimentos*. Acaso, série, regularidades e condições de possibilidade, portanto, como conceitos fundantes desta teoria do discurso.

Dando tiro mortal em nossas renitentes tentativas de apego a concepções silenciosamente sedimentadas, dispara num certo trecho: “Aí, experimenta-se também a ausência de uma teoria que permita pensar nas relações *entre* acaso e pensamento.”¹⁶ Trata-se de reconhecer no que propõe ele, o acaso, o descontínuo e a materialidade na raiz mesma do pensamento; é-lhe constitutivo. De tal modo que não há mais por que buscar representações que podem existir atrás dos discursos...

Sim! E, então, o que fazemos nós com toda maquinaria teórico-técnica de que, por quase um século, munimo-nos em nossos trabalhos analíticos? Proponho que se adie um pouco mais o momento de, nesse nosso texto, pensarmos sobre o assunto.

*

Seguindo os princípios, assim dispostos, a análise pode se dar de duas maneiras que não se excluem mutuamente; pelo contrário, supõem-se enquanto conjuntos ou modalidades de tratamento do discurso: o conjunto crítico e o genealógico.

O que significam esses dois termos? Não se diferenciam enquanto objeto ou domínio de evocação, mas como pontos de ataque, perspectiva e delimitação, segundo Foucault.

A crítica analisa os processos de “espaçamentos” e também os de reagrupamento e unificação dos discursos. A genealogia estuda sua formação dispersa, descontínua e regular de uma só vez.

15. FOUCAULT, M. *El orden del discurso*, op. cit., p.48.

16. *Idem, ibidem*, p. 49.

A crítica se utiliza do princípio de *desorganização*, configurando as formas de exclusão, delimitação e apropriação; como se formaram, respondendo a que necessidade; como se modificaram e deslocaram; que coação exerceram. A genealogia utiliza-se dos três outros princípios: as séries, as normas específicas de cada uma e, quais as suas condições de aparecimento, fortalecimento e variação.

Tarefas indissociáveis, portanto. E, ambas, detonando o aparato analítico da busca de significações mais ou menos encobertas, de sujeitos autônomos e fundadores de verdades sobre si ou sobre o mundo.

*

Considero que temos agora, à frente, as possibilidades de, num esforço de síntese, além de todas as que já fizemos, dizer que *a análise que Foucault propõe, efetivamente, produz-se toda nessa materialidade do discurso que dá conta de si, sem precisar procurar além ou aquém dele suas explicações. Nem na estrutura social nem no indivíduo e suas subjetividades. É no âmbito das próprias formações discursivas que a coisa se dá.* Como se constituíram seus regramentos ou regularidades, suas regiões específicas, seus cortes ou rupturas, as condições para seu aparecimento ou as necessidades a que respondem. E ponto!

Nada mais a esperar dessa análise do discurso. Nenhuma outra finalidade, ao gosto de sociólogos marxianos ou psicólogos psicanalistas. O que em nada também depõe contra a conveniência e o caráter convincente da proposta. Para comprová-lo, basta acompanhar o que o próprio Foucault, a título de “apresentação do programa” daquele curso que então se iniciava, ensaia analisar: o discurso da loucura, da sexualidade, da medicina, entre outros... É ler para poder crer!

POLIFONIA: A DIVISÃO NO DISCURSO

Se, no capítulo anterior, tomamos Foucault como engenho conceitual de uma AD, é bom que se chame a atenção para os pontos de encontro e de desencontro nessa relação de origem. Alguns deles são denunciados por Maingueneau, no trabalho que é suporte de nossas afirmações no momento (*Novas Tendências...*).

Como pontos de encontro, podemos destacar a definição de discurso enquanto formação discursiva, com tudo o que Foucault fala a respeito de suas condições de produção: exclusões, oposições, autoria, disciplina, sociedades de discurso, doutrina entre outros. Ainda, podemos apontar para a freqüente preocupação de Maingueneau em afirmar a relação de interioridade entre condições de produção e discurso. Por fim, o "sujeito da dispersão", a descontinuidade e a materialidade do discurso constituem o núcleo da discussão da AD francesa.

Como pontos de desencontro, identificamos sobretudo os princípios de análise. A análise foucaultiana, poder-se-ia dizer, configura a rarefação do discurso: não afeita a mistérios e sentidos das palavras, aproxima-se mais de uma descrição de regularidades e oposições, tomando os textos orais ou escritos como um acontecimento numa formação discursiva. Confronta-os, destaca o que se repete e o que diverge, constituindo um texto analítico que parece pobre aos olhos daqueles mais dados às interpretações e significa-

ções. A idéia de unidade das formações é recusada e assumem importância as condições de possibilidade das diferenças que marcam as regiões ou séries discursivas. Tudo parece transpirar heterogeneidade sob esta ótica, mesmo que isto sugira uma espécie de contradição com o princípio de regramento e raridade do discurso e sua análise: é com Foucault que pensamos em “regiões de saber”, “modalidades de exercício de poder” (o poder disciplinar e o poder do soberano, por exemplo), em diferenças nas formações discursivas numa mesma época e entre-épocas e assim por diante.

A escola francesa da AD, por sua vez, reafirma esses princípios e aposta numa heterogeneidade dos discursos. Veja-se quando Maingueneau, lidando com a interdiscursividade, afirma que o discurso comunista, historicamente, tem como referência, negada ou expressa, o discurso cristão; também, certas proposições filosóficas modernas teriam como referência aquelas da Igreja. Ao analista caberia delimitar um campo discursivo e, por hipótese, pelos objetivos de uma pesquisa em particular ou por características internas a esse campo, trabalhar com outros discursos, indicando as interações possíveis.

É o próprio Maingueneau, entretanto, quem aponta para as diferenças entre AD e Foucault, mesmo lhe dando todos os créditos de filiação professada. A primeira (AD) se restringe a campos discursivos determinados, não visa multiplicar as relações entre campos, nem se ocupa de invariantes universais; até têm como objeto o interdiscurso,¹ mas considerando que em um dado momento, uma formação é associável a certos trajetos interdiscursivos e não a outros. Os filósofos, sem temer a especulação, lidam com a rede discursiva ou com a circulação generalizada; e isto, no caso de Foucault, em *Arqueologia do Saber*,² se traduz num trabalho de busca do “efeito multiplicador”, de análise comparativa que não se destina a reduzir a diversidade dos discursos e a desenhar a unidade que deve totalizá-los, mas sim, repartir sua diversidade em figuras diferentes.

Além disso, ao tratar da polissemia da palavra, Maingueneau traz de volta a significação como operador analítico. É exatamente

1. Interação entre formações discursivas.

2. FOUCAULT, M. *La arqueología del saber*. Madrid, Siglo veintiuno, 1970.

isto que introduz os matizes da divergência mais importante com a fonte inspiradora (Foucault).

Como se verá adiante, porém, é isto que abre as portas para as fronteiras com a psicanálise.

*

Dois adendos há que se fazer agora.

Primeiro: as aproximações e os distanciamentos entre a AD francesa e a análise tal como a propõe Foucault, para que se esclareçam, irão exigir que o leitor recorra aos trabalhos aqui mencionados, sobretudo o exemplar tratamento do tema da loucura, no *A Ordem do Discurso*, e as ilustrações de análise no *Novas Tendências*.... Não haveria como, no interior da presente exposição, melhor detalhar, sem incorrer nos riscos de extensão indevida e achatamento da complexidade que atravessa a discussão levada pelos autores. Opto, portanto, pela indicação da controvérsia.

Segundo: as relações entre AD e psicanálise devem aguardar ainda mais um pouco para que sejam feitas. São necessários entendimentos mais apurados no terreno da AD. A isso nos dedicaremos neste capítulo.

*

A leitura de Maingueneau acena mais de perto para nossa compreensão e interesse, no momento em que ele se dedica a tratar do que chama de *heterogeneidade mostrada*. Parece que, então, finalmente começa a dizer algo que reconhecemos como terreno já tateado e, quiçá, conhecido. Fala de texto, de conversação diária, de múltiplos sentidos, de enunciado e enunciação, de ambigüidade, de polissemia. Discurso, formação discursiva e outros termos que soam tão genéricos e impalpáveis começam a ganhar corpo.

Mesmo assim, é bom que não nos apresseemos, para que não aconteçam traduções imediatas e por isso indevidas. Como se poderá notar no que a seguir exporemos, há um entendimento bastante específico, relativo à AD, quanto ao sujeito e à análise do discurso.

O que é a heterogeneidade mostrada?

“Dizer de um objeto que ele é heterogêneo é, via de regra, desvalorizá-lo. Entretanto, quando se fala de heterogeneidade do discurso, não se pretende lamentar uma carência, mas tomar conhecimento de um funcionamento que representa uma relação radical de seu ‘interior’ com seu ‘exterior’. As formações discursivas não possuem duas dimensões — por um lado, sua relação com elas mesmas, por outro, sua relação com o exterior — mas *é preciso pensar, desde o início, a identidade como uma maneira de organizar a relação com o que se imagina, indevidamente, exterior.*”³

O plano da heterogeneidade mostrada funda-se na suposição de várias “vozes”⁴ possíveis numa mesma fala, sinaliza as condições de suas ocorrências e, com isto, radicaliza essa relação dentro/fora do discurso. É nele mesmo que dois sentidos se anunciam. Basta afinar a escuta ou a leitura. O enunciado não é instância única de evidenciamento de tais vozes que divergem; e não se pode dizer que uma é exterior e a(s) outra(s) é (são) interior(es).

Como já se pode notar, entramos com a AD no terreno dos sentidos e significações que Foucault, digamos, despreza. Mesmo que esta teorização nos pareça menos um desvio e mais uma contribuição ao que ele diz, sem dúvida representa um corte em seus princípios analíticos.

Eximindo-se de fazer uma rigorosa classificação das formas de detecção dessa heterogeneidade, Maingueneau tenta agrupar, de maneira empírica, como diz ele, um conjunto de mecanismos que se mostra útil nas análises de discurso, quer se trate, empiricamente também, de um texto, uma comunicação oral, uma entrevista ou outra modalidade qualquer.

Vamos a eles.

*

A característica nuclear da heterogeneidade mostrada no discurso é a *polifonia*. Muito embora não seja o único a tratar do

3. MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências...*, op. cit., p. 75.

4. DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas, Pontes, 1987.

assunto, é Ducrot⁵ que mais sistematicamente o faz, sendo difícil não ser referido por todos os analistas do discurso quando afirmam que se torna necessário ir além do sujeito e do conteúdo do enunciado. Na obra já citada deste autor — *O dizer e o dito* — usa, ele, a imagem de “vozes” (tomada de empréstimo a Bakhtine) para configurar este argumento que implode a tendência de unidade e homogeneidade nas falas.

Uma verdadeira festa para nós que lidamos com conceitos como o inconsciente. Conquanto a impressão que se tenha de lingüistas e analistas do discurso seja a de que eles levantam as “pontas” de uma divisão no que é dito e parecem se contentar com isto, ficando todas “no ar”. Provavelmente, a coisa assim se dê, na medida em que não se dispõe, nessas áreas do conhecimento, de mais do que um sujeito universal e abstrato na lingüística e de um sujeito de “comunidades discursivas”, na AD (vide explicações à p. 30). Provavelmente, também, seja este o caminho aberto ao sujeito da psicanálise em geral, supostamente dividido entre a consciência e o inconsciente; de modo específico, como tentaremos desenvolver (na Parte III do presente livro), um sujeito psíquico, afetivo-institucional, que, numa cena enunciativa, dispersa-se sim, mas ao modo de um recorte teórico específico: este que lhe atribui o lugar de organizador em última instância de todos os agenciamentos e práticas discursivas; este que é fugidio, mas que evanescentemente insurge nelas e delas. Neste caso, apenas afirmo por ora que, apoiados na psicanálise, em princípio podemos, conceitualmente, vir em socorro destas “pontas” que a teoria da polifonia desenha; e jogar com o exercício de desamarrá-las. Repetindo-me: digo *em princípio*, uma vez que, ao fim e ao cabo, operaremos com a idéia de que as subjetividades não se produzem, senão nas relações concretas do discurso, nas instituições que fazemos. É ou não é isso o que produzimos com nossas análises e interpretações, reconhecidas por nós e por aqueles que nos creditam?

Tal ensaio de especulação não nos deveria afastar, por enquanto, dos rumos traçados pela AD. Voltemos, então, à heterogeneidade mostrada.

5. DUCROT, O. *O dizer... cit.*, cap. VIII.

Dizíamos que a pedra de toque da divisão do discurso é a teoria da polifonia. Como Ducrot a trabalha? Fazendo, em princípio, uma distinção entre dois tipos de personagens numa enunciação: os enunciadores e o locutores.⁶

Cabe ressaltar, no entanto, que a polifonia é aqui facultativa e não constitutiva de qualquer fala (como o seria na psicanálise). Citando Maingueneau: "(...) há polifonia *quando é possível distinguir (...) enunciadores e locutores.*"⁷

Contudo, a ruptura que esta afirmação provoca, atinge o miolo de uma certa AD, que admite um falante único, ou seja, cada enunciado tem um só autor e este se identifica com o locutor, que é aquele que diz o "eu", que é responsável pelo que enuncia.⁸

O locutor, como se definiu, é aquele que se põe responsável pelo que é dito. É o "eu" que aparece no enunciado. Mesmo que muitas vezes a autoria da frase não seja sua, como aparece nos textos jurídicos "Eu, abaixo-assinado....". Há, ainda, os casos de narração, em que o locutor não está presente. Isto, porém, não elimina a *função locutor* de um processo enunciativo.

O enunciador, à sua vez, "representa, de certa forma, frente ao 'locutor' o que o personagem representa para o autor de uma ficção. Os 'enunciadores' são seres cujas vozes estão presentes na enunciação sem que se lhes possa, entretanto, atribuir palavras precisas; efetivamente, eles não falam, mas a enunciação permite expressar seu ponto de vista. Ou seja, o 'locutor' pode pôr em cena, em seu próprio enunciado, posições diversas das suas."⁹

Como se nota nos termos da definição, o que está ressaltado é a diversificação de "posições". É considerável o número de vezes em que, lendo estas orientações em AD, mesmo aquelas que se dizem

6. DUCROT, O. *O dizer...*, cit., cap. VIII.

7. MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*, cit., p. 76 (grifo nosso).

8. *Idem*, *ibidem*.

9. *Id.* *ibidem*, p. 77.

lidando na esfera semântica, temos o movimento de usar os termos “sentido” ou “significação” no lugar deste “posição”. No entanto, não é assim que as coisas se passam e isto, certamente, não por acaso. É com muito menos liberdade e trânsito que, quando se trata das ciências da linguagem, tais palavras podem ser usadas.

De qualquer modo, admitir o personagem de um enunciador é admitir e lidar com ambigüidades de... sentidos. E que nos perdoem as ADs, se escorregamos por falta de rigor.

Aliás, a frase que acabo de escrever, dou-me conta agora, é carregada de ambigüidades. Além disso, parece ser uma situação exemplar daquela que é, sem dúvida, a modalidade privilegiada de polifonia: a *ironia*.

Ironia é um fenômeno de linguagem que introduz uma voz diferente da do locutor. É a voz do enunciador, num dito que seria insustentável, numa certa circunstância. Como eu, por exemplo, afirmando que não estava preocupada com coisa alguma que pensassem os analistas do discurso a respeito do que eu dissera. Não seria polido e sequer intelectualmente elegante. O “eu” locutor assume algumas palavras, mas não o “meu” ponto de vista. Sobra para o leitor ficar com o sentido do pedido de desculpas ou com a despreocupação absoluta de invadir territórios. Na função de autor, no caso, faço uma alocação legível em dois planos: de um lado, o do leitor-cúmplice que também se exaspera de não encontrar apoios mais declarados a seus pontos de vista na AD; de outro lado, o de possíveis leitores que venha eu ter, mais versados que nós nas artes da lingüística, os analistas de discurso, p. e., que poderiam ficar, se já não tivesse eu aberto o jogo, com os ditos reparadores do enunciado.

A ironia marca um distanciamento entre o locutor e as palavras. Distanciamento por índices lingüísticos, gestuais e situacionais. De tal forma que uma mera transcrição de fala oral oferece dificuldades de reconhecimento das oposições investidas na mesma palavra. O contexto todo da enunciação, ou então, exclamações e aspas podem recuperar uma entonação originalmente dada, ou recuperar elementos contraditórios.

A ironia “subverte a fronteira entre o que é assumido e o que não o é, pelo locutor. (...) possui a propriedade de poder rejeitar, sem

passar por um operador explícito. (...) é um gesto dirigido a um destinatário, não uma atividade lúdica, desinteressada. A maior parte dos analistas prefere vê-la como um gesto agressivo; outros, consideram-na como um gesto neutro e até mesmo uma atitude defensiva, destinada a desmontar certas sanções ligadas às normas da instituição da linguagem. (...) a atividade lingüística submete-se a vários tipos de normas (não falar sozinho, não injuriar, ser compreensível, etc.) e estas normas ficam, de alguma forma, suspensas se um dos interlocutores as infringe: o outro tem, então, o direito de fazer o mesmo. O interesse estratégico da ironia reside no fato de que ela permite ao locutor escapar às normas de coerência que toda argumentação impõe: o autor de uma enunciação irônica produz um enunciado que possui, a um só tempo, dois valores contraditórios, sem, no entanto, ser submetido às sanções que isto deveria acarretar. A ironia parece, então, uma armadilha que permite frustrar o assujeitamento dos enunciadores às regras da racionalidade e da convivência públicas. Na verdade, o caráter agressivo ou defensivo da ironia passa para segundo plano; o recurso sistemático a ela permite efetivamente resolver um problema estrutural: como dirigir-se simultaneamente, com os mesmos enunciados, a dois destinatários que um texto opõe.”¹⁰

O que se depreende desta extensa citação é que a ironia é divisão *no discurso*. É ele que, ambíguo, diz dois opostos, atinge dois destinatários com mensagens diferentes nas mesmas palavras, ou evita conseqüências desagradáveis de ordem moral ou social de uma formulação; finalmente, é ele que, pela ironia, infringe as normas da atividade e da instituição lingüística ou, “resolve um problema estrutural da língua”, permitindo que se diga dois enunciados num só!

E, ao que parece, estaremos sempre deslizando de uma compreensão que coloca as divisões no sujeito para aquelas que as colocam no discurso. Difícil não fazer esse deslize quando se habituou tanto a ver um sujeito que porta um discurso: tendemos a dar o pontapé inicial com as chuteiras e as pernas de que dispomos. No entanto, é bem lembrado e fixado: no caso da ironia, mesmo que

10. MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências...*, cit., p. 98-9-100.

a tomássemos pelo ângulo das intenções do falante, apenas estaríamos no nível da intencionalidade consciente. A importância desse fato discursivo é trazer, com contundência, as rachaduras que uma fala suporta. E isto é muito. É a própria língua se desdobrando em múltiplos e opostos sentidos de um de seus termos, num mesmo ato de fala. Tudo teorizado e abençoado pela lingüística...

Nessa trilha, outras marcas da heterogeneidade são reunidas por Maingueneau: *pressuposição, negação, discurso relatado, palavras entre aspas, metadiscurso do locutor, parafraseagem, discurso indireto livre, autoridade/provérbio/slogan, imitação.*

Dessas, retomaremos, para maior detalhamento, as que, como a ironia, melhor esclarecem o que antes se chamou de dispersão, descontinuidade, diversidade constituintes das formações discursivas.

O *discurso relatado* (direto ou indireto) é o recurso em que o locutor introduz no enunciado referência à fala de um outro locutor. Seria mais próprio dizer que há uma espécie de dramatização, no *discurso direto*, reproduzindo literalmente uma citação. O *indireto* faz também um relato de enunciação, mas sem que a citação seja literal. O que interessa à AD, neste caso, é o “distanciamento muito variável que o discurso, ao citar, introduz com relação ao discurso citado. (...) sublinhamos a *ambigüidade fundamental do fenômeno de citação*, caso seja considerado o grau de adesão do locutor ao que está dizendo.”¹¹ Ele pode estar indicando que não acredita ou não pode subscrever o segundo locutor; ou, pelo contrário, ocultar-se sob a fala atribuída a outrem.

No *discurso indireto livre*, preserva-se o caráter citatório. No entanto, os indícios lingüísticos ou tipográficos de entrada do segundo locutor, praticamente, não existem. Como no caso da ironia, com a voz “inaudível” do enunciador. “Isto está ligado à notável propriedade que possui de relatar alocações, fazendo ouvir *duas vozes* diferentes inextricavelmente misturadas (...) ou dois ‘enunciadores’. O discurso indireto livre se localiza precisamente nos deslocamentos, nas discordâncias entre a voz do enunciador que relata as alocações e a do indivíduo cujas alocações são relatadas.

11. MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências...*, cit., p. 86.

O enunciado *não pode ser atribuído nem a um nem a outro*, e não é possível separar no enunciado as partes que dependem univocamente de um ou de outro.”¹² A miscigenação é tão intensa que, retirado do contexto, é muito difícil apontar o acontecimento deste fenômeno, num determinado fragmento do texto. Mais que nunca, esta modalidade de polifonia vem para confundir. Quantas vezes já não ouvimos de pacientes ou outro interlocutor qualquer, uma frase como esta: “*Você diz que quer mas não quer*”. Sem nos prendermos a uma interpretação psicanalítica pura, destacamos o emprego do pronome *você* neste contexto como o portador do equívoco. Isto quando, na situação, a pessoa está se referindo a algo que *ela* pensa, mas o diz, pondo como sujeito da frase, aquele com quem fala. Costumamos nestes momentos, muitas vezes duvidar se quis dizer dela ou de nós. Pontuar a ambigüidade pode ser ocasião privilegiada de análise se o *setting* for este. Mesmo que não desfilemos frases interpretativas ao gosto de qualquer uma das linhas psicanalíticas em questão. Pode-se estabelecer um “corte que faz pensar”¹³, em outras bases, o que foi dito.

Por sua vez, a *imitação*, na forma *subversiva*, preserva muitas das características, tanto da ironia quanto do discurso indireto livre. Não se superpõem, porque há a forma de *captação* na primeira e porque as demais apresentam-se em modalidades que nem sempre são imitativas. E para que o presente texto não se torne excessivamente explicativo (uma vez que nos interessa apenas alimentar a compreensão da polifonia, esta sim em suas formas mais recorrentes em nossas análises), contentamo-nos em exemplificar a subversão imitativa. Trata-se, aqui, de alocações em que o falante ou autor (enquanto locutor) se põe, de início, “na pele de um discurso” que favorece, de imediato, a identificação do destinatário, do leitor especificamente visado e, de dentro da “lógica” desse modo de pensar, evidencia, com expressiva contundência, seus pontos fortes e suas mazelas. Neste ponto, podemos identificar sobretudo a miscigenação de enunciadores a que nos referimos (no discurso

12. MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências...* cit., p. 97.

13. GUIRADO, M.. *Psicologia Institucional*. São Paulo: EPU, 1987.

indireto livre) e, dependendo da presença de “traições hiperbólicas”, matizar a ironia. Mas, em seguida, como marco do recurso imitativo, temos o desmanche dessa arquitetura de argumentos, insurgindo do enunciado uma outra verdade; desta feita, a das reais intenções do autor. Inúmeros textos, sobretudo aqueles que se dispõem a convencimento do destinatário com relação ao que o autor se pretende inaugurando, utilizam-se deste procedimento. Em Freud, encontramos incontáveis situações exemplares (sobram imitações por subversão, ironias e discursos indiretos livres, diga-se de passagem). Ou então quem diga: “Nós psicólogos temos o psicodiagnóstico como prática dominante, desde a formação até o exercício profissional...”. E vai por aí afora, inserindo-se, como psicólogo, entre os aplicadores de teste, para ao final “puxar” a crítica deste tipo de configuração da psicologia, pondo-se, por certo e com evidência, para além de suas “restrições habituais”.

“Entre os fenômenos da heterogeneidade, a imitação ocupa um lugar importante, representando uma de suas manifestações mais visíveis; há muito tempo que a retórica a codificara em torno da noção de paródia. Mas este último termo é utilizado de modo depreciativo, enquanto a imitação de um gênero de discurso (ou de um texto particular) pode assumir dois valores opostos: a captação e a subversão. Realmente, quando um falante se apaga por trás do ‘locutor’ de um gênero determinado e mostra que o faz, poderá beneficiar-se da autoridade ligada a este tipo de enunciação ou arruiná-la. No primeiro caso, quando há ‘captação’, a imitação incide sobre a estrutura explorada e, no segundo, quando há ‘subversão’, a desqualificação desta estrutura ocorre no próprio movimento de sua imitação.”¹⁴

Tantas aspas usei, eu, até o momento, que cabem algumas palavras sobre mais esta evidência de heterogeneidade: *as palavras entre aspas*. Elas indicam uma suspensão do sentido corrente; posicionam o locutor frente ao que ele imagina ser a aceitação ou recusa do destinatário-leitor; gera conviências diversas, de acordo com o posicionamento, agora do leitor, em relação aos sentidos do

14. GUIRADO, M., *Psicologia... op. cit.*, p. 102.

autor; legitima uma distância instaurada pela utilização de um termo estranho-familiar à seqüência de um enunciado. Santo recurso polissêmico, portanto. E, sem aspas...

Não mais nem menos santo, porém, do que o *metadiscorso do locutor*. Este não se refere unicamente à diversificação de enunciadores e/ou locutores, mas à diversificação de níveis no próprio discurso. Há interditos representados por demarcação de uma imagem do locutor (“falando enquanto psicóloga...”); de uma inadequação de termos (“se é que se pode dizer...”); de autocorreção (“melhor dizendo...”); de correção antecipada de um possível erro de interpretação (“no sentido amplo da palavra...”); de confirmação (“é isso mesmo...”); de solicitação de permissão (“se me autoriza o leitor a rever...”). São paráfrases a cortar um certo modo de abordar um assunto, introduzindo-se portanto, com o distanciamento criado, um espaço para um debate com as palavras; um co-enunciador que preserva o autor do discurso, defende-o, digamos (e, com este “digamos”, fazemos nosso metadiscorso particular). Mas, encontra-se aí, um excelente instrumento de demonstração de domínio deste sujeito falante sobre o discurso.

“Assiste-se, assim, à dupla afirmação da unidade da formação discursiva; em primeiro lugar porque a glosa faz acreditar que é possível circunscrever a indeterminação do discurso, o erro, o deslizamento, etc.; em segundo lugar, porque o encaminhamento a um exterior explicitamente especificado ou por especificar *determina* automaticamente, por diferença, um *interior*, o do discurso que, ao significar seus pontos de divergência com seu exterior, marca seu território próprio em um campo onde a luta pela existência passa pelo domínio de um certo número de significantes. Através de seu poder metadiscursivo, o sujeito denega o lugar que lhe destina a formação discursiva em que se constitui: em lugar de receber sua identidade deste discurso, ele parece construí-la, ao tomar distância, instaurando ele mesmo as fronteiras pertinentes.

“O metadiscorso se apresenta como um jogo com o discurso; na realidade, ele constitui um jogo *no interior desse discurso*. Presume-se, uma vez mais, que se possua uma concepção apropriada da discursividade: não um bloco de palavras e de proposições que se impõem maciçamente aos enunciadores, mas um dispositivo que

abre seus caminhos, que negocia continuamente através de um espaço saturado de palavras, palavras outras.”¹⁵

*

Tudo o que até aqui se “mostrou” da heterogeneidade do discurso apóia-se, como dissemos, numa teoria da polifonia. Qualquer uma de suas marcas pode ter o valor de instaurar uma divisão nesse discurso porque se diferenciam enunciadores e locutores, à moda de cada caso, recurso ou dispositivo, distanciando-se ora enunciator/locutor, ora locutor/locutor, ora enunciator/enunciator, ora locutor/destinatário, ora níveis de discurso no interior de um mesmo texto, ora outra combinação qualquer entre esses elementos. Mas são, sempre, as imposições ligadas aos lugares discursivos, que estão fazendo seu jogo.

É exatamente este traço que coloca a AD, mesmo que expressamente introduzindo o âmbito da multiplicidade de sentidos numa fala, em consonância com a compreensão foucaultiana de formação discursiva e da ordem do discurso. São *posições* que se desdobram e a elas, somente a elas, podem-se remeter significações. Como afirmamos antes, a maioria dos autores consultados, de um jeito ou de outro, apresentam extensas superposições ao que diz Foucault. Também como afirmamos, nossa escolha recaiu sobre um detalhamento maior do texto de Maingueneau por suas qualidades teóricas e pelo fato de reunir as tendências principais de orientações de trabalho numa área multifacetada como esta. Por meio dele, creio, foi possível não apenas situar as polêmicas internas à AD, bem como as que se fazem anunciar entre AD e psicanálise.

Isto posto, está na hora de começarmos a pinçar de volta todos os aspectos que, no decorrer deste nosso texto, fomos anunciando como questões que se levantam numa tentativa de pensar o que análise de discurso tem a ver com psicanálise.

Não tenho dúvidas quanto à densidade é talvez, em alguns momentos, ao caráter enfadonho e monótono do rastreamento que se teve que fazer no terreno da AD. Mas, este trabalho se mostrou imprescindível para a continuidade do estudo proposto.

15. GUIRADO, M. *Psicologia...*, op. cit., p. 94-5.

PARTE II

4

RETOMANDO AS ORIGENS DA QUESTÃO

Exigindo ainda um pouco mais de paciência do leitor, inicio este breve capítulo com uma repescagem de possíveis “esgarçamentos” teóricos, para os quais viemos prometendo, senão uma solução — até porque o que ainda nos resta de razão sugere que isto seria insensatez — pelo menos, a viabilidade de prosseguir pensando. Evidenciarei dissonâncias e consonâncias naquilo que ora se apresenta absolutamente superposto e ora irremediavelmente distante, nesse percurso da análise de discurso à psicanálise.

*

Para lembrar o que antecedeu bem como o que se perdeu, em pequenas intercorrências, em meio a páginas e páginas nas quais só se falou de... discurso, voltemos à introdução. Lá:

a) numa espécie de memorial, partimos de práticas políticas, que renegavam qualquer proximidade com a psicanálise, para práticas profissionais num domínio micropolítico;

b) aos poucos, a tolerância para com o psicanalítico vai se constituindo e os estudos nessa área vão se sistematizando (Freud e Lacan, predominantemente);

c) paralelamente, as intervenções institucionais vão se alimentando de estudos, também sistemáticos, de análise das instituições,

numa orientação sobretudo foucaultiana, bem como incorporando uma compreensão de processos grupais de um ponto de vista que incluía elementos psicanalíticos;

d) as duas teses (mestrado e doutorado), enquanto produção acadêmica, foram uma escritura que marca o instante em que psicanálise e análise de instituições rastreiam, expressamente, suas articulações, por meio da análise de entrevistas de internos e funcionários de uma instituição de menoridade;

e) em muito, especialmente na tese de doutorado, a discussão teórica, que então se levanta, extrapola os limites regionais e espaciais das práticas de cuidado com a infância abandonada e infratora: pelo veio da atenção à subjetividade-efeito nessas relações assim instituídas, tratou-se do vínculo afetivo possível por e em meio ao jogo de imagens que se constituem no interior das práticas institucionais;

f) até então, o discurso se anuncia como este lugar em que se dá tanto o jogo de imagens quanto os contornos da subjetividade e da afetividade: analisá-lo era a possibilidade de discutir esses temas;

g) naquele momento, e para os fins a que se destinava aquele texto, alguns ensaios teóricos foram feitos, demonstrando os pontos de superposição das áreas do conhecimento referidas (psicanálise e análise de instituições) e o discurso como ocasião da análise possível;

h) tratava-se de explicar como foram feitas as análises das entrevistas e os motivos dessa “escolha” metodológica;

i) o discurso e sua análise impunham-se como a via de trânsito entre a escuta psicanalítica no *setting* clínico, aquela nas intervenções e supervisões junto a instituições concretas e as pesquisas acadêmicas tal como as vinha desenvolvendo ou orientando outros a desenvolver.

Foi e tem sido grande a vantagem de se ter o pensar constituído nas e pelas exigências concretas de produção. Até porque nunca se pára de exercê-lo; no entanto, novas exigências vão sendo geradas e, para que se lhes possa dar ouvidos, há que se “parar e ajustar os ponteiros”. O fato de se ter avançado até um certo ponto levanta perguntas, não propriamente fora das verdades em que se investe, mas, com certeza, especificando os níveis de sua compreensão.

É assim que, no presente texto, a questão fundamental, que reúne o que até aqui vimos dizendo, é aquela relativa ao sujeito do discurso que analisamos. Do grau de precisão que tivermos no sentido de respondê-la, dependerá a possibilidade de continuar discutindo ou simplesmente afirmando que entre o divã e o computador, passando pelos corredores do cotidiano de uma instituição, há muito mais consonâncias do que se poderia à primeira vista detectar. Ou, acreditar. Consonâncias que de modo algum podem desprezar as especificidades de cada uma dessas práticas. Pelo contrário. Devem ressaltá-las para que se possa acompanhar, como que num desenho, os relevos e os espaços de intercomunicação.

Tudo vai depender, como dissemos antes, dos “recortes” que se puder fazer e do rebaixamento de uma expectativa, sempre atuante em nossa “vontade de verdade”, de universalização, de nivelamento, de mesmice, de unidade. Estabelecidos os limites teóricos (recortes), o que sobra de um esquema de pensar que pode então reconhecer aqui e ali seus sinais? Essas são as regiões de contato, os espaços de intercomunicação.

É possível que não tenha ficado suficientemente claro que esse movimento do método não é ilimitado. Talvez, porque julgemos já ter esclarecido que os âmbitos discursivos de que tratamos encontram-se, por hipótese ao menos, fronteiraços (as práticas psicanalíticas, as de análise de instituições e as de pesquisa com uma certa análise de discurso).

5

COSTURANDO NOS LIMITES DO SUJEITO

Ainda que, como afirma Maingueneau, a AD não tenha contornos propriamente definidos enquanto disciplina do conhecimento, de tudo o que dela apresentamos, ressalta uma compreensão de sujeito configurada pela análise e pelo próprio discurso.

Também, como observamos na concepção de heterogeneidade mostrada e na teoria da polifonia, o que se divide é o discurso, ou melhor, a cena enunciativa entre locutores/enunciadores/níveis de locução.

Quanto à análise, sua consecução remete às condições de produção, ao modo como as formações discursivas se organizam, à interdiscursividade. Mesmo que, à diferença dos filósofos, haja na AD uma remissão, digamos, mais “restrita”, ou seja, a regiões do discurso que, por hipótese, considerem-se mais afinadas ao tema que se estiver estudando.

Fica igualmente evidenciado que este sujeito do discurso, nesse campo teórico, guarda alguma proximidade ao sujeito da lingüística, no entanto, dele também se distancia por todo circunstanciamento feito em termos das condições de produção do discurso. Perde-se o caráter de generalidade sintática, se assim podemos dizer de sua especificidade.

Um outro aspecto que deve ser ressaltado é que, quando a AD francesa faz sua crítica à pragmática, aponta o “desvio” de uma

“psicologização” do sujeito e da subjetividade em suas análises e situa, como exemplo, os trabalhos de Goffman. De imediato, pode parecer que será então a pragmática o veio de nossas relações com a lingüística e com a AD. Mas, como discutiremos mais tarde, há que se dedicar maior atenção a entender o que se está chamando de “psicologização”. Muito provavelmente seja algo que até se utilize de recursos psicanalíticos. Com certeza, porém, utiliza-se *de uma certa psicologia e uma certa psicanálise*, sem maiores explicações, servindo de pano de fundo para a análise. Além disso, quando de fora de nossa disciplina se fala em psicologia, a referência obrigatória é o comportamento dos indivíduos e não os sentidos em sua fala.

Finalmente, é necessário retomar o que dissemos algumas páginas atrás, ao tratar dos índices enunciativos da heterogeneidade. A impressão que se tem tanto ao ler os exemplos apresentados pelos analistas do discurso, como quando ao acompanhar uma análise desenvolvida sob tais pressupostos, é que sobram “pontas” desamarradas. É, como constantemente se ouve de críticos da AD, uma análise que se põe entre o descritivo e o teórico, apontando onde ocorrem as disjunções enunciador/locutor/níveis da alocação e nada mais. A sensação que se tem é a de: o que fazemos com isso? De que adianta caracterizar o quanto tal texto se marca pelo metadiscurso? Ou, pela subversão imitativa? Parece dispensável todo este esforço de reconstituir as “pegadas” do interdiscurso, ou de “remontar” o *como se produziram* certos textos ou falas cotidianas. O que se consegue com tanto?

Há, sem dúvida, nessas desconfianças, um apelo a algo que, de fato é mencionado, mas que parece bastante restritivamente acionado pela AD: o sentido. E, mais que isto, os sentidos que nessas redes discursivas o sujeito falante desloca, condensa, reconstrói, interdita e assim por diante.

Nessas desconfianças, ainda, reside uma exigência teórica: a de uma hipótese de sujeito ou de subjetividade como “lugar” da divisão e da organização de sentidos, que não seja aquele genérico — o discurso — como propõe a AD; que não seja também o “autor”, tal como é este termo “detonado” por Foucault.

De fato, alguns temas ou, diria melhor, algumas condições concretas parecem mais afeitas à AD que outras. Textos históricos

e políticos, como se disse antes. Mas, numa pesquisa junto a uma instituição concreta, feita com análise de entrevistas gravadas e transcritas, também. Estão aí mais facilmente dadas as possibilidades de reconstituição de um discurso em outro, por proposição analítico. Um sujeito, recortado enquanto comunidade discursiva, em sua dispersão portanto, pode mostrar sua cara, inclusive respeitando-se, dentro de certos limites como o faz a AD, os princípios de análise crítica e genealógica de Foucault¹. Os índices de heterogeneidade são recursos de visível auxílio na configuração das cenas analíticas. Isto porque as práticas instituídas que, em primeiro e outros planos se põem na qualidade de condições de produção, são também identificáveis e “naturalmente” afeitas a análises deste tipo. Tudo se passa como se “estivéssemos em casa”, para nos mover nos compartimentos da produção analítica do discurso.

Situação diferente, entretanto, é aquela em que se analise uma produção literária, por exemplo, pela AD. Neste caso é como se ocorresse uma opacificação; é como se acabássemos nos chocando com a estética; é como se fizesse se perder a “licença poética”; é como se tivesse amarrado o brilho e o espírito literário nas malhas de força de um discurso analítico menos eficiente, seco, pobre e descritivo, quando muito.

Penso até que a escritura analítica pode ser literária e em nada comprometer seus alvos e destinos. Freud, em seu campo, comprova-o. A beleza, o brilho e a poesia não estão proscritos da análise, qualquer que seja ela. Isto pode bem ser visto do ângulo do estilo de escrita e de fala na exposição dos resultados desse trabalho. Muito embora, é claro, não se trate apenas de uma questão de estilo. Mas por aí se pode começar a aparar arestas e deixar a nu o que é mais controvertido: a relação entre a natureza do texto, sua análise e o sujeito que, a partir dela, desenha-se.

E, pela irresistível e constante atração que as controvérsias exercem, é exatamente este o ponto posto à exploração por nosso pensamento: da configuração do discurso como sujeito, ao sujeito do discurso que mudanças teóricas há que se proceder?; há superposições ou articulações passíveis de serem feitas?

1. GUIRADO, M. *Instituição e Relações Afetivas*. São Paulo, Summus, 1986.

Tudo indica que devemos nos introduzir no âmbito em que o sujeito psíquico é rei: a psicanálise.

O SUJEITO PSÍQUICO DA PSICANÁLISE

Desde os seus inícios, com o Freud da *Interpretação dos Sonhos*,² a psicanálise vem confirmando, em linhas básicas, o sujeito do inconsciente, da sexualidade, do sentido e do desejo. Traduzido no discurso enquanto representações, ganha a mobilidade do deslocamento, da condensação e da figurabilidade, nos sonhos, sintomas, angústias e defesas.

O desejo, nos diferentes caminhos dos sentidos, das significações, das fantasias se deixaria surpreender pela análise, nas armadilhas da Associação Livre — até hoje (mesmo que se negue ou que se restrinja o uso), a regra de ouro do proceder psicanalítico, ao lado da interpretação.

O modo de operar esse inconsciente, nas sessões clínicas, dá o acabamento da figura-sujeito da prática psicanalítica: é *na história pessoal* (mais ou menos remota, mais ou menos atual e, sempre na suposição de transferências) que se buscam motivos e sentidos que se “esqueceram” (por efeito de repressão/recalque) e que se devem “desesquecer”.

Essa história pessoal, como sabemos, é entendida, mais das vezes, como a história dos sentidos construídos pelas pessoas nas relações que constituem vida adentro. Não importa, sabemos também, se se encontram apoiadas ou não em situações empíricas que as expliquem. Há um arranjo indefinível no e pelo sujeito, que lhe atribui o estatuto de concreticidade, verdade e certeza de que precisa para que a realidade possível seja esta, colada ao conjunto de imagens e significações que fazem a pessoa se reconhecer sendo aquilo que...é.

Da mesma maneira que em outros campos teóricos, porém, não se admite uma autonomia absoluta do discurso na psicanálise. Há tentativas, ora mais ora menos convincentes, de demonstração das

2. FREUD, S., *A Interpretação dos Sonhos* (1900/1901), In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro, Imago, 1969. v. 4 e 5.

“raízes desse universo de mentiras que nos faz sujeitos de verdade”. Ou, da verdade psicanalítica. Da teoria das pulsões às derivações teóricas dos históricos clínicos encontramos vários exemplos disso, em Freud.

Se não me detenho nos parágrafos anteriores a detalhar estas quase notas, é para não chover no molhado. A finalidade é, de fato, reunir elementos já de nosso conhecimento e apontar para o alvo: a pergunta sobre o sujeito psíquico. Esgueirando-me por entre equívocos, trato de tomar algumas linhas-mestras da produção teórica, apenas. O que elas têm de ramificações e de controvérsias, no interior do próprio pensamento freudiano, ficam efetivamente em suspenso, num esforço de deixar o texto o mais depurado possível. Creio não estar cometendo qualquer heresia com isto. Prossigamos, então.

Freud, nas duas tópicas do aparelho psíquico, modela o sujeito de seus estudos e intervenções. Ao modelo do criador assopra em direção à sua criatura-teórica, sem muito molejo à primeira vista, mais parecendo atrapalhar do que ajudar a entender o “nosso funcionamento”, sobretudo na segunda tópica. Mas, sem dúvida, são dois organizadores importantes de sua produção. Primeiro, uma tripartição tenta totalizar um indivíduo dividido entre as regiões inconsciente, pré-consciente e consciente. Depois, nova tripartição, atravessada pela primeira, institui as instâncias id, ego e superego, cuja dinâmica interna daria conta dos embates com o mundo externo e garantiria, na saúde ou na doença, a vida psíquica.

E, por mais que tudo o que Freud disse continue até hoje, *sub judice*, nos escritos e nas discussões consideradas científicas e/ou intelectuais, dentro e fora da psicanálise, o fato é que ainda move o pensar contemporâneo. Move também o fazer clínico. Com muito mais razão, é claro. Com muito mais força, poder-se-ia dizer: a força que produz o assujeitamento necessário à verdade desse campo, para que a própria instituição psicanalítica, nas suas diferentes práticas, ganhe mais... força.

*

É assim que, numa de suas vertentes mais reconhecidas, a

psicanálise, pelas idéias de M. Klein, é conduzida a dar destaque ao sujeito de angústias e defesas. De que fala ele (o sujeito)? De suas fantasias, mormente transferenciais, interpretáveis nas formas de (e palavras que nomeiam os) objetos internos, resultantes de posições vivenciadas enquanto relações objetais. As angústias aí despertadas e as defesas que se armam contra elas, constróem uma cena bélica em que o mau é projetado e contra-ataca, despedaçando ou ameaçando de despedaçamento interiores, que se garantem em organizações alucinatórias mínimas ou básicas. Ou, em outro diapasão, outra posição, uma cena ainda bélica, mas em seu momento de reconstrução, digo, de reparação, em que o bom e o mau abandonam as dicotomias e se articulam na fantasia de um objeto que, podendo reunir as duas qualidades, faz-se inteiro e põe o sujeito numa condição de maior tolerância interna a conflitos. Ainda que nenhuma dessas cenas sejam definitivas. Alternam-se com constância, ao desespero — ou melhor, à angústia — da pessoa.

A prática clínica, quando nesta orientação, identifica os movimentos de sentimentos e fantasias, alavancados pela transferência com o analista e, numa determinada concepção de interpretação, devolve ao portador de um discurso de si, o discurso de um outro "si": este sujeito que, também às raias da saúde ou da doença, defende-se de suas próprias angústias.

Como se pode notar, uma diferença de acento no corpo da psicanálise freudiana, assenta sujeitos do discurso, no mínimo em posições/perfis diversos. Os conceitos clássicos como inconsciente, transferência, representações enquanto fantasias e, os de id, ego e superego, estão lá a sustentar uma formulação de sujeito. No entanto, pequenas ou grandes diferenças são provocadas por uma questão de ac(ss)entos.

Faz diferença, sobretudo visível no âmbito da clínica, quando se enfatiza o *rastreamento de marcas históricas, deslocadas ou condensadas em figuras*, num discurso que "esqueceu" suas razões e motivos, ou quando se enfatiza, na escuta, as marcas de uma *alegoria transferencial de sentimentos, de amor e ódio, efeitos desse interminável jogo angústia/defesa*.

São distanciamentos estes que têm, é claro, respaldos no plano da teoria, na tradução mesma dos conceitos originais. Quando se

postula um superego rudimentar ao nascimento, pode-se atribuir então à culpa um lugar destacado. É diferente com certeza, considerar que este se institui às custas de fantasias sexuais e angústias de castração que vitalizam o universo das lidas psíquicas ao longo de alguns anos, em interação constante com os desafios propostos pela diferença anatômica entre os sexos, bem como aqueles propostos pelo modo como as figuras paternas “vestem” estas diferenças. Outros conceitos vão se valorizar, nesse caso, como o de repressão, p. e., ou o de fases na maturação de pulsões e assim por diante.

Derivações como estas poderiam ser multiplicadas. Basta, entretanto, por ora, apontar para o efeito na concepção de sujeito psíquico que se delineia quando se introduzem rearranjos no nível dos conceitos. Afinal, grosso modo, seria possível dizer de um sujeito do inconsciente matizado pela sexualidade, de um lado, e de um sujeito matizado pela culpa, de outro. Dentro de certos limites, não são diferenças tão desprezíveis assim...

*

Correndo o risco das dicotomias tradicionais, não há como deixar de dizer algumas palavras a respeito da “leitura lacaniana de Freud”. Em verdade, das teorias de Lacan.

Tratando conceitos sempre em relação, Lacan constitui uma quase inextricável trilha de idéias. Retira de Freud textos e trechos — que ele por certo escreveu — e os reorganiza da perspectiva de produzir uma psicanálise um tanto especial, onde os termos sujeito/linguagem/inconsciente, sem se superpor, exigem-se mutuamente em qualquer tentativa de teorização. Em igual medida, exigem, para sua compreensão, as noções dos registros imaginário/simbólico/real.

Nessa trama, a configuração de um sujeito simbólico, talvez seja o destaque que não fira os regramentos do campo de verdade lacaniano e que atenda, mais de perto, aos nossos interesses.

Sujeito, em Lacan, é posição e não um conjunto de conteúdos ou qualidades internas. É posição numa estrutura (um sistema de regras ou convenções, funcionando como um código) que o determina e o marca como dividido.

Nestes ditos reside um complexo jogo de formulações. A estrutura que determina e marca sujeitos-posição é a ocasião de um sujeito dividido entre consciência e inconsciente, não ao formato de trazer ordem e racionalidade associadas à consciência e irracionalidade, a inconsciente. Isto porque o código estruturante (em Lacan, sinônimo de função simbólica, linguagem, sistema de regras e convenções do registro simbólico) tem como efeito este sujeito que se pensa sujeito onde não o é exatamente; pensa-se sujeito onde é (imaginariamente) indivisível. Uma inapelável traição, pois a condição de pensar está, exatamente, na posição ou lugar ocupado no sistema de regras. E disto não se dá conta o... sujeito. "Penso o que sou, ali onde não me penso pensar". O fato de ser da ordem do inconsciente não faz esse pensamento ser menos estruturado do que aquele que se nos aparece como característico do sujeito agente do *cogito*. Ele é "um descentramento das funções do sujeito porque funciona às expensas de uma ordem que o sujeito não regula e que, portanto, o determina."³

É esta a divisão fundamental, que vai derivar na possibilidade de falar em sujeito da enunciação e do enunciado, como uma divergência inevitável, portanto. "Em todo processo de enunciação há um discurso que vai além, e em direção diferente, ao conteúdo do enunciado. Quando o paciente diz algo, pode-se dizer que o analista está dando atenção à posição do sujeito, determinada pela concatenação de significantes acionada em seu discurso. A posição em que o sujeito é colocado pelo seu discurso revela mais do que o conteúdo efetivo daquilo que o paciente diz sobre si mesmo."⁴

Se, em Freud, a consciência deriva-se do inconsciente e, se em Lacan, o inconsciente assume esta conceituação de supra-individual, porque instaurado na instância do código, do conjunto de regras, da linguagem, por suposto, a consciência antes de ter a função de conhecimento tem a de desconhecimento, de revestimento. É este o lugar do *ego* para Lacan. O *eu* é que se põe, enquanto sujeito da enunciação, a via das condições de conhecer.

Mesmo que não se superponha o lugar do ego na teoria freudiana

3. VALLEJO, A. & MACALHÃES, L. C. *Lacan: operadores da leitura*. S. Paulo, Perspectiva, 1979, p. 155.

4. *Idem, ibidem*, p. 156-7.

e na lacaniana, o fato é que as diferenciações estabelecidas por Lacan, de modo mais direto, põem-nos em contato com o que trata a AD. Isto, do interior da concepção de sujeito. O sujeito de um inconsciente supra-individual, a cuja fala não se atribui sentidos mediados apenas pela transferência na relação analítica, mas que quando fala o faz por e na mediação de lugares exercidos numa estrutura simbólica, o sujeito deste inconsciente, com mais justeza, permite aproximações àquele da dispersão ou das comunidades discursivas. Com certeza, não se identificam. Mas é como se pudéssemos falar em recortes teóricos que, por pontos, tocam-se.

As diferenças se fazem notar. Entre outras, a que diz respeito à clínica é de interesse notável. O que quero dizer com isso? Que a análise, nos termos lacanianos, é entendida como relação entre falantes. Relação aqui, nada tendo a ver com algo de natureza sensível, como na compreensão comum. Relação que só se dá mediatizada. Relação que supõe tudo o que se afirmou antes sobre o código primeiro determinante de lugares irredutíveis. E não vamos nos repetir.

Tais falantes, pela posição que ocupam nesse terreno, em sua desigualdade, configuram sentidos no “campo e função da palavra” dita, em ato. O que o paciente fala ao analista (famoso) suposto-saber, uma vez pontuado, cortado e/ou confrontado com o silêncio tem efeitos de reverberação que, numa situação de análise de discurso de textos ou entrevistas, não se recuperam e, portanto, descaracterizam-se como análise em ato (ou “ao vivo”, como se preferir). A análise, enquanto um processo desse sujeito do inconsciente “supra”, supondo as mediações em terceira e quarta dimensões, para além das duas pessoas que ocupam as posições de analista e analisando, não dispensa em momento algum a situação concreta em que estes dois lugares e sua ocupação acontecem. Não dispensa a especial “interlocução” assim processada, originando uma hermenêutica não menos especial. Aquela em que o sentido se constrói pelos movimentos do imaginário do sujeito na posição de analisando que, claro, assim se constitui apenas em relação ao que se pôs analista.

Outra diferença, até certo ponto decorrente da primeira, é que a reconstituição em discurso analítico não se dirige para os continen-

tes discursivos da AD. O inconsciente supradeterminado lacaniano tem efeitos de singularidade que acabam escapando às análises de discurso de outra espécie. É até esse limite que se chega. É este o continente último da clínica psicanalítica e seu sujeito.

“Não há uma intersubjetividade fundada em uma reciprocidade imediata, mas sim em uma relação triádica que passa pela convenção significante. Não há uma relação direta, não mediada por um sistema ou um código. Esse sistema é o que para Lacan representa a função simbólica e, por sua vez, a função simbólica é a que vai permitir caracterizar o funcionamento de um inconsciente que tem basicamente a característica de ser supra-individual, porque não é reservatório do que cada indivíduo leva em seu interior mas, ao contrário, está acima do indivíduo, é um lugar, uma convenção significante que está em relação de exterioridade com o sujeito, além do que o sujeito representa.”

Mas...

“O sistema supra-individual possibilita as construções que particularizam a singularidade do sujeito através das construções ‘fantasmiais’ como variações dentro da forma.”⁵

Este é o âmbito da análise.

É também, sem purismos, o contorno do sujeito psíquico, nessa psicanálise.

*

Se fiz questão de “afunilar” para a singularidade, com certeza apressadamente, é para que se possa apreciar o ponto em que se apóia a confluência destes sujeitos das práticas psicanalíticas (considerando aqui seus discursos teóricos). Inscrito com as letras do desejo, da sexualidade ou da culpa/reparação, nas ordens dos registros do simbólico/imaginário/real, das instâncias do id/ego/superego ou das posições esquizoparanóide/depressiva, há um sujeito singular, pela organização fantasmática que (o) constitui.

E mais, a interpretação desempenha, nesse processo de cons-

5. VALLEJO, A. & MAGALHÃES, L. C. *Lacan: operadores da leitura.*, op. cit., p. 158.

tituição, uma função operativa ímpar. Sim, porque é, em última instância, nos sentidos atribuídos e assumidos pelo sujeito do discurso que se desenha o perfil da singularidade e, portanto, sujeito possível por e nessas práticas. Tudo, é claro, com a estranha familiaridade característica dos processos inconscientes. Longe das comunicações e dos significados convencionais da língua/linguagem. O símbolo tratado não na ordem da semelhança mas, da diferença. E sua interpretação sendo já entendida como superposta ou contraposta àquela que o próprio sujeito opera nos intercâmbios com o mundo. Interpretação de interpretação inevitavelmente. Ao menos por suposição conceitual.⁶

Espero não ter atropelado conceitos e compreensões teóricas sagradas a cada uma das tendências ou orientações psicanalíticas retomadas, na busca de esquemas gerais ou de invariantes que nos permitam ainda afirmar alguma especificidade ao objeto desta área de conhecimento, aquilo em nome de que ela se faz.

Assim, podemos pensar que é na singularidade demarcada por regiões de sentidos construídos pelo (ou no) sujeito que se “amarram as pontas” deixadas, por método e disciplina, na AD. As aspás, aqui, cumprindo exatamente sua função polifônica: deixam em suspenso a afirmação de que na AD, ao modo de sua produção, não se amarrem. É que, por definição de seu objeto, orienta-se para formações discursivas. Este é seu alvo imediato. E, novamente, creio, é prudente não nos repetirmos.

Assim, também podemos pensar que, por recorte metodológico, podemos analisar discursos. Considerando todas as “passagens” procedidas até o momento, com tranquilidade podemos dizer isto em relação à clínica. Afinal, analisamos discursos de nossos pacientes. Claro que com o olhar e as intenções (porque, queiramos ou não, nós os temos também por método e disciplina) que nossa psicanálise nos confere. Mas, analisamos.

*

6. FOUCAULT, M. *Nietzsche, Freud e Marx*. Porto, Rés, 1975.

Com menor sossego, mas igualmente autorizados pela definição dos limites do âmbito de análise, podemos proceder ao estudo de corpos discursivos outros que não aqueles preservados pelo *setting* psicanalítico, com tudo o que este termo está significando (no sentido de um conjunto de práticas institucionais da clínica).

Sem dúvida, ao transpor as tentativas de resposta a determinadas questões, erguem-se outras. E, como não poderia deixar de ser, no movimento mesmo de dar conta das primeiras. Agora, vemo-nos de frente com problemas teóricos de monta como, a exemplo, a mudança de um campo de verdade para outro, de uma disciplina para outra ou, numa linguagem mais familiar, de uma instituição para outra. Traduzindo, em expressões que simplificam e portanto restringem a complexidade do que tratamos, como analisar sob princípios psicanalíticos uma obra literária? Ou ainda, como analisar entrevistas feitas com agentes e clientes de uma instituição diferente da clínica, berço e terreno definidos das psicoterapias e das psicanálises? Como acionar termos de uma produção teórica nascida e desenvolvida num "nicho" específico, para outros?

Pensar tais desafios exige que dediquemos especial atenção ao que, em algum momento, chamei de "migração de conceitos".⁷

Antes, porém, um pouco mais (!) de paciência do leitor. É necessário que se esclareça, ainda, o lugar que joga a concepção de sujeito com que se trabalha, sobretudo, *nessas regiões miscigenadas, nesses campos híbridos, em que os termos teóricos e metodológicos de um recorte analítico se propõem a produzir conhecimentos, compreensões e sentidos em âmbitos diversos daqueles em que eles próprios, historicamente, se produziram.*

O sujeito psíquico da psicanálise, no fio da navalha, tem força conceitual operativa no interior da própria relação analítica. Perde-a, no entanto, a qualquer movimento. A exemplo, quando decidimos tomar o discurso das práticas clínicas, ou de uma situação clínica em particular, como alvo de análise. Talvez precisássemos incorrer em novos riscos e tratar da questão de outro ângulo. É a proposta dos

7. GUIRADO, M., "Transferências e Transerências", Revista *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, Conselho Federal de Psicologia, n° 20, 1992.

capítulos que se seguem na Parte III. Tomando em consideração esta possibilidade de singularidade e preservando-a, discutiremos que sujeito psíquico/afetivo é este das relações que se instituem concretamente, a cada momento, no discurso. Incluindo as falas em sessões de análise e/ou psicoterapia.

DAS MATRIZES INSTITUCIONAIS DO SUJEITO PSÍQUICO

Em 1987 eu escrevia sobre a atuação de psicólogos junto a instituições outras que não o consultório¹. Com a então crescente demanda do exercício profissional nos espaços hospitalares, escolares, de promoção social e nas empresas, a psicologia parecia quadripartir-se sem definições, ainda que precárias, de seus limites e de suas possibilidades. A tendência parecia ser a de confundir-se com trabalho social, médico, educacional e/ou administrativo, ou seja, identificar-se com o perfil das práticas dominantes em cada situação. Um pólo de fuga das dúvidas que ocorriam e, por certo, uma forma de lidar com as demandas, que sempre se anunciavam por parte dos contratantes e da “equipe interdisciplinar” era reproduzir a tecnologia exaustivamente ensinada durante os anos de formação universitária: os testes. O que, por sinal, configuram-se como âmbito de ação desses profissionais sob a pena da lei.

É bom que se diga que o verbo no tempo passado, no parágrafo anterior, é pista enganosa. Seu emprego deve-se, exclusivamente, ao estilo de relato de uma escritura feita em outro momento. Porque, a rigor, não se poderia dizer que o presente nos brinde com uma realidade muito diferente. Talvez, acrescente-se agora o desencanto

1. GUIRADO, M.. *Psicologia Institucional. Op. cit.*

característico das frustrações que sobrecarregaram as iniciativas primeiras, com a persistência renitente da busca de saídas; talvez, conte-se, agora, com alguns estudos a mais e algumas tentativas a menos e, porque não, com alguns acertos.

Como se sabe, as horas de crise rendem muitas produções escritas, mesmo que de valor duvidoso, em todos os sentidos. Eu também escrevi. Com a melhor das intenções: a de poder contribuir para que se alargassem os horizontes de pensamento sobre o fazer psicológico, para que não se congelasse nos testes ou na desesperança. E, é a esse escrito que me reporto agora. A finalidade é a de resgatar nele um movimento do raciocínio que lá desenvolvo² e que se presta a dizer do sujeito do e no discurso.

A equação em que me punha a trabalhar era a de como dar conta de uma situação que tinha que ser pensada inevitavelmente em dois níveis: um, o da psicologia, o outro, o da sociologia. Os afetos, ou melhor, as relações em sua dimensão afetiva pareciam apreensíveis a quem por anos se dedicara aos estudos e trabalhos psicológicos. As instituições, na divisão do latifúndio, pareciam de propriedade de quem se dedicara aos estudos sociológicos. A situação concreta, entretanto, não grafa essas repartições. O cotidiano das pessoas que, enquanto funcionários, prestam serviços e daquelas que, enquanto clientela os recebem, mal se segura na burocratização do fazer; exala oposições de poderes e conflitos emocionais ou afetivos; em geral, tudo sob o título de problemas de relacionamento. Aliás, diga-se de passagem, a finalidade específica de cada instituição, o serviço prestado, muitas vezes encontra-se submerso nesse mar de... problemas.

No plano sensível, portanto, justifica-se todo e qualquer "desvio" ou "escorregão" que aconteça por parte daqueles (agentes técnicos) que se proponham a organizar a bagunça. Sobretudo, quando se propõem a isto. No plano dos escritos, e antes do pensamento, devem-se evitar acidentes. Mesmo com a certeza de cometê-los, de uma ou de outra forma. Mas, será sempre à nossa revelia.

Impunha-se, então, pensar como fazer psicologia nas institui-

2. Com a colaboração de Maria Luisa S. Schmidt.

ções forçando o seu ângulo de abertura à esquerda dos testes, dos psicodiagnósticos e das psicoterapias individuais (e mesmo grupais, dependendo do enfoque), torcendo radicalmente sua posição histórica. E isto, sem partir para atuações que se esgotam no plano imediato da política, o que em geral se afigura como "saída crítica".

A trilha para tratar disso, no referido texto, foi: (a) buscar uma aproximação entre psicologia e psicanálise e (b) ensaiar um perfil de sujeito que não se identificasse com o indivíduo, conceito recorrente nas produções em psicologia, nem com grupo, unidade de referência básica e também recorrente na sociologia. Aliás, a preocupação era, fundamentalmente, a de lidar com as diferenças conceituais como recortes passíveis de superposições pontuais, para não proliferar as dicotomias que "naturalizam" os pontos obscuros e paralisam qualquer processo de conceituação. Ainda que, como disse, trate-se apenas de um ensaio.

Buscando, então, palavras para dizer das possibilidades de intervenção do psicólogo que atendesse tanto a especificidade temática de seu conhecimento quanto a da situação institucional em que produzisse, assim configurei um objeto à psicologia: "as relações; mas não as que materialmente se dão e sim, tal como imaginadas, percebidas, representadas pelos que, concretamente, a fazem. O que caracteriza o especificamente humano e psicológico não são as habilidades e capacidades dos indivíduos, tomadas como coisas em si, mas sim, o universo de suas representações e afetos. A intervenção do psicólogo deverá se circunscrever a este universo."³ Um sujeito de representações e afetos, portanto. Mas um sujeito *constituído* nas e *constitutivo* das relações institucionais concretas. "Esta concepção privilegia a *posição* na estrutura institucional e não as características ou capacidades individuais e pessoais. Assim os conflitos, os distúrbios, os desvios, as inadequações são considerados, sobretudo, *como expressão da articulação de posições*, e não como sintoma de um indivíduo que *está* na instituição."⁴

Tal configuração de um sujeito/subjetividade, assim efeito, por

3. GUIRADO, M.. *Psicologia...*, cit. p. 71-2.

4. *Idem, ibidem*, p. 70.

hipótese, estende-se aos processos de educação ou práticas de criação infantil, aos vínculos familiares, instituição-matriz da sexualidade, do desejo e, porque não dizer, do sentido. Com direito de tributo a Freud, e tudo! Com ela podemos delinear sujeitos das práticas institucionais/discursivas “desde o berço até o divã”.

Quando um profissional desenvolve seu trabalho numa instituição de saúde, por exemplo, sua intervenção, não se pode esquecer, dá-se em meio a um fabuloso entrecruzamento e a uma sempre surpreendente reedição de lugares ocupados e delegados, considerando-se sua história pessoal e aquela da instituição. Com sede estabelecida no discurso. Nele, as representações revelam e escondem, reconhecem e desconhecem suas origens. Despistam, ato contínuo, seu engenho instituinte.

A intervenção, no âmbito da psicologia da maneira como a propomos, em tese, segue na contra-mão das alegorias, como se poderiam chamar as representações e a afetividade, efeitos desse jogo de delegação/ocupação de assentos institucionais.

*

Na tentativa de fazer pensar uma atuação concreta em psicologia, garantindo-lhe alguns limites de especificidade, chegamos a afirmar que “adentrar” o que é especificamente psicológico significa, inevitavelmente, tomá-lo em sua dimensão institucional.⁵ Marca-se, assim, *um sujeito-suporte do discurso que extrapola o âmbito das competências individuais* (o indivíduo da psicologia) *mas que também não se confunde com o sujeito-discurso* (da AD, conforme vimos discutindo).

E aqui está um importante operador das *análises de discurso*.

Observe bem o leitor que a expressão foi grafada com iniciais em minúsculas e por extenso. Não por acaso, mas para discriminar, pontualmente, da disciplina AD. Para retirar, agora, os termos de um terreno instituído do conhecimento e colocá-lo em movimento para outras possibilidades de trabalho: intelectual e profissional (intervenção concreta). Análises de discurso onde quer que se façam: no

5. GUIRADO, M. *Psicologia...*, cit. p. 84.

consultório, com textos de entrevistas ou documentos, nas pesquisas acadêmicas. Até porque é possível garantir que não se descaracterizem as diferenças entre corpos discursivos.

Vejamos algumas situações em que se pode demonstrar este raciocínio.

NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Em minha tese de doutorado, *Instituição e Relações Afetivas*⁶, faço análise do discurso em entrevistas gravadas e transcritas, de agentes institucionais (funcionários) e clientela (internos) da Febem-SP. A situação empírica de algumas Unidades de Triagem e Educacionais foi a ocasião para pensar a qualidade dos vínculos afetivos que se constituem nessas práticas de conservação da infância em condições de abandono e infração.

As exigências acadêmicas de produção, agora, são um ponto de partida diferente daquele das práticas profissionais a que me referi no trabalho de 1987. No entanto, atendê-las conduziu-me ao mesmo horizonte teórico das discussões sobre as relações imaginadas e/ou fantasiadas pelos que as fazem, bem como sobre os alcances e limites da análise de discurso, como operá-la e, em decorrência disto, que sujeito tal análise configuraria. Isto, considerando-se, de um lado, o tema dos vínculos afetivos imaginados como possíveis no conjunto daquelas relações e, de outro, as próprias práticas, particularmente determinantes de lugares, no exercício das quais me falavam os entrevistados.

Assim expresso, em 1985, as tramas desse trabalho:

“(...) contribuir para a compreensão do *como* as coisas se dão, como se constituem relações concretas específicas ou particulares que acabam por ser reconhecidas ou desconhecidas no movimento imaginário que nestas relações se configura. (...) contribuir para a compreensão de como se distribuem os lugares nas relações entre atendentes e atendidos e que sujeitos se reconhecem nestas relações.

“Acresce-se, contudo, ao esforço de pensar ‘do interior’ as relações das práticas concretas da Fundação, um outro: o de tratar

6. GUIRADO, M. *Psicologia...*, *op. cit.*

da afetividade, ou melhor, do universo da intersubjetividade, dos vínculos tal como imaginados por adultos e crianças ou adolescentes de algumas de suas Unidades Educacionais e de Triagem. Tornar este o centro de um discurso sobre a instituição, no entanto, é colocar-se diante (ou dentro) de um brigue-braque de contradições: sujeito/instituição, sujeito (?), instituição (?), representação/afeto, instituído/pulsional. Em meio a elas, compreender como, no nível dos discursos dos agentes e dos meninos e meninas entrevistados, essas contradições se processaram. Foi até onde se pôde chegar com este estudo.”⁷

Revedo agora estes propósitos, dou-me conta de quanto as análises concretas foram o carro-chefe para tratar das oposições que eu, então, enunciava. Delas pouco se formalizou lá. Hoje, retomo-as de uma perspectiva muito próxima e, com certeza, lanço-me a novos esforços explicativos que se esgotarão antes de concluir a tarefa, que parece, sempre, repropor-se. O que fazer? O destino é continuar pensando...

E, se as análises concretas foram o carro-chefe, vamos a elas, para identificar como resolvem aquilo de que tanto se fala em abstrato. Como foram feitas?

As entrevistas com internos, por exemplo, partiam de uma propositura bastante ampla: fale-me sobre sua vida. Uma vez transcritas eram analisadas uma a uma. O texto final, entretanto, não as traz desta forma, e sim, num reagrupamento por temas recorrentes, sendo que a apresentação de cada tema faz os destaques dos trechos em que, de forma exemplar, um ou outro entrevistado o formula. Traz, ainda, em alguns momentos, situações singulares que não se repetem em outros discursos. Vide capítulo final do livro em que se faz a análise de uma entrevista em particular. Mesmo que, neste caso, a escolha tenha recaído sobre a situação de um rapaz que com a especialidade do arranjo que faz de suas condições de existência, acaba sendo uma metáfora da ambigüidade, dos riscos de enlouquecimento, dos assujeitamentos, das angústias e sofrimentos que atravessaram de maneira mais ou menos velada as demais falas, tanto de internos quanto de funcionários.

7. GUITARDO, M., *Instituição e Relações Afetivas*, op. cit., p. 14.

Quem trabalha com entrevistas em instituições bem o sabe, as temáticas se repetem, na maioria das vezes, deixando a conotação de singularidade para a maneira de abordá-la, na maior ou menor intensidade com que aqueles que nos falam, tratam certos assuntos, na relação que mantêm conosco que lhes dirigimos a palavra (em todos os sentidos...). Aliás, em certa medida, é o que acontece também nos processos psicoterapêuticos, em consultório. Até porque peças diferentes em diferentes posições no jogo de xadrez, mas estamos ambos no mesmo tabuleiro. E, se a regularidade acusada vem, francamente, em nosso socorro no caso de estudos acadêmicos, nas operações clínicas não há por que negá-la e, sim, incluí-la nas observações tão férteis que, nessa ocasião, podem produzir as diferenças e as particularidades. No caminho de volta, em trabalhos intelectuais, o que recorre não deveria se converter em fim de linha. Inegavelmente, porém, tem a função de aplacar as angústias do pesquisador de se perder em “conjuntos ímpares”.

Adianto-me e desvelo o caráter normativo do parágrafo anterior. A intenção, entretanto, vai além disso. É que, com frequência, esbarro nas dificuldades que se apresentam nos meios acadêmicos da psicologia, sobretudo em teses e dissertações da Psicologia Clínica, quando se trata de estudos em que se discutem “casos” de atendimento em consultório. Há a tendência de alguns pesquisadores paralisarem sob a autocrítica da intransferibilidade das situações transferenciais dos processos individuais para qualquer outro destino que não aquele vivido a dois na relação analítico-terapêutica. Alguns até o fazem, mas não ousam dizer-se pesquisadores, ou afirmarem-se produzindo conhecimento transmissível com as características de uma produção intelectual. Há também quem se recuse a “violentar” qualquer tipo de fala de “sujeitos” ou instituições pesquisadas por meio de uma análise que não possa ser “reagida” pelo analisado. E assim por diante. Muitos dedos e poucos avanços além da retratação, ou para ser menos ambígua, da citação e descrição das situações estudadas. Ora, como se vê, nisso tudo, há uma fé encoberta na, não menos poderosa, “observação”. E o tiro sai pela culatra.

Se façam lembrar uma derivação do que ora tratamos enquanto procedimento de análise de discurso, não é por mera digressão. É

que arrolar procedimentos, como faço a seguir, é tocar em feridas antigas no modo de produção de nossa área do conhecimento. Sobretudo entre os que — “pós” — se dizem críticos da modernidade. Defendo-me por antecedência.

Assim procedi na análise das entrevistas com agentes e internos da Febem-SP:

“a) assinalavam-se as palavras que se repetiam e as que surgiam de maneira aparentemente deslocada com relação ao assunto de que se tratava, como exemplo, a expressão ‘Ai credo!’ que eventualmente cortava a fala de uma das meninas, ou a repetição da expressão ‘tá limpo’, por um dos meninos;

“b) relacionavam-se adjetivos a substantivos, ou melhor, atributos a nomes ou situações, como exemplo: as referências à ‘vida’ no discurso dos meninos abandonados eram sempre feitas por palavras que indicavam o espaço e o tempo da instituição; entre os infratores, a palavra ‘vida’ vinha freqüentemente associada a ‘marginalidade’; ou ainda, entre os assistentes sociais, administradores e psicólogos, a família era quase sempre adjetivada por termos que indicavam carência, ausência, desvio;

“c) destacavam-se, quanto à estrutura sintática, o lugar de determinadas palavras, como exemplo: a categoria gramatical das referências à criança pelos agentes institucionais ou, à Unidade pelos internos;

“d) pontuava-se o enredo ou a trama das ‘histórias’ contadas ou das ‘situações descritas’ bem como o papel que determinados ‘personagens’ nelas desempenhavam. Como exemplo, a maneira como as atendentes organizavam a resposta à questão: ‘fale-me sobre seu trabalho...’, ou ainda, a maneira como os meninos relatavam sua vida antes e depois de ‘cair na marginalidade’;

“e) atribuía-se sentido a alguns termos (como este ‘cair’ na marginalidade) ou a algumas frases (como ‘a senhora nunca vai entender a nossa gíria; a senhora só entende de gravar...’).”

“Esta primeira desmontagem do discurso era o ponto de apoio para se falar das significações. Significações estas que acabavam por surgir ao analista, progressivamente, pelo (re)arranjo dos termos (significantes) do discurso e pelo interjogo dos sentidos que, a partir deles ou da estrutura deles na fala, configurava-se.”

Supondo que cada um que me falava, à sua moda e na complexidade tramada nos 15 ou 16 anos de suas histórias, assim organizava um discurso sobre sua vida, seus vínculos, seus tempos, suas lembranças e seus sentimentos, fazia eu uma espécie de dossiê analítico de cada entrevista. Aliás, foi impossível, nesses momentos, não retornar à memória as feições e/ou aflições muito especiais deles e minhas. Impossível não desconfiar que a viabilidade da análise estava em admitir que as desconstruções e reconstruções feitas padeciam desta sorte de “contaminação” das “mãos na massa”. Há muito, no entanto, havia eu abandonado as ambições de completa assepsia. O rigor exigido para a produção, por sua vez, permanecia ativo e tal “dossiê” respeitava regras mínimas de reconstrução interpretativa. Por exemplo, em nenhuma ocasião, dele constou qualquer diagnóstico psicológico ou psiquiátrico de psicose, psicopatia ou neurose; também não constou qualquer retorcida conclusão a respeito de mecanismos de defesa contra angústia paranóide ou depressiva. Muito provavelmente porque, como se pode notar pelos sinais “procedurais” acima, não era com estas palavras que eu ouvia ou lia o que me falavam. A atenção esteve sempre voltada para o *como* estes que falavam se posicionavam nas cenas que descreviam: que lugares ocupavam, que expectativas desenvolviam, que inevitabilidade reconheciam para suas ações relatadas. Sequer me ocupei em pensar se aquilo que os infratores contavam sobre seus crimes e violências, efetivamente, aconteceu. O que importava era que assim “se viam” *sujeito* em seus atos: forte, opressor, esperto, imbatível. *Pelo avesso*, reconhecia-se o sujeito à margem, legitimamente punido, menos gente do que os decentes que habitam o planeta, uma alma regida pela lei do mais forte, um depositário da regra máxima entre os seus: “tem que transgredir”. Neste e em outros avessos, dizia-se, não se via. É a análise que assim o configura. Inclusive, como os vínculos afetivos possíveis nas relações vividas.

O sujeito que se desenha aqui é, então, aquele dividido enquanto fala, fundado nas posições que exerce e, no discurso, sempre.

Alguns extratos da análise feita podem facilitar a compreensão.

Depois de reproduzir o relato de uma cena de assalto e drible da polícia que o enganara, sugerindo ficar com o dinheiro, assim escrevo o texto analítico:

“A polícia é corrupta. A ordem é desordem. A lei é a transgressão. Esta é a vida...”

“Nessa vida, proximidade é sempre emparelhada à violência.

“Em Benê, o companheiro com quem dividia cobertor e fogão é quem o ameaça com um convite à relação homossexual; por isso o mata; a mãe é várias vezes descrita como quem estava mantendo uma relação boa com ele quando o pai chega e estraga; ele, na defesa da mãe, cega o pai; o pai quando está bem com a mãe, morre. E assim por diante.”

“A proximidade é sempre prenúncio de ameaça, agressão e morte. A sexualidade também.”⁸

Segue-se, então, extenso trecho de transcrição de fala de um dos meninos (interno como infrator) onde se pode identificar o que foi antecedido pela análise.

O mesmo acontece no que diz respeito às representações da relação com as mulheres. A alguns extratos de fala de meninos (infratores) segue-se como análise, já resultante de todos os procedimentos acima assinalados:

“Assim, a mulher ocupa também o lugar de cúmplice. Uma cumplicidade desigual porque ela parece chegar no fim do caminho e está submissa; parece alheia à criminalidade e o recebe. Recebe o que vem criminoso, malandro, marginal e lhe dá prazer. Uma relação paradisíaca. Como a possibilidade máxima de ter o poder, de seduzir, de ter, de se completar, de se estender. Marginalidade e mulher: condições de ausência de limites.”⁹

A afirmação de um menino:

“Se eu entrar num ambiente que tenha... só gente trabalhadora, honesta, direita, sei conversar também, sem ser na gíria, sem ser gingando... no meio da malandragem a gente tem que conversar na gíria, conversar de malandragem. Agora, num ambiente familiar, vou conversar diferente, como gente.”¹⁰

Segue-se o discurso analítico, frisando o emprego do termo

8. GUIRADO, M.. *Instituição e Relações Afetivas*, op. cit., p.167.

9. *Idem, ibidem*, p.176.

10. *Idem, ibidem*, p.158.

“gente” ao final, sem restrições adjetivas (como “honesta”, “trabalhadora”): poderia estar indicando o reconhecimento pelo avesso de que humanidade ou o “ser gente” está para ele associado a ser honesto e trabalhador, representações estas que surgem de início ligadas àqueles que ele, pelo domínio discursivo, submete. Além disso, o emprego da expressão “tem que” (falar de um certo modo, quando no meio da malandragem), sugere que estes meninos reconhecem uma lei. Ainda que seja a da transgressão. “Tem que transgredir”, esta é a ordem.

Por análises como esta, “psicologizamos” a noção de sujeito? Ou a “pulverizamos”? Nem lá, nem cá. Como uma dobradiça, dessas de portas, facilitamos o movimento das singularidades discursivas e, ao mesmo tempo, acusamos aquilo que parece ser o regime discursivo da marginalidade numa formação social que desta maneira a inclui entre suas formas de acontecer e se instituir.

A questão, inclusive, não está em analisar isoladamente as entrevistas e no conjunto delas reconhecer as regularidades. Até porque estas se podem reconhecer no interior de uma mesma fala. A questão está na perspectiva que se tem de análise, os recortes que ela permite e as “amarrações” ou as reconstruções a que se chega, que acabam falando ao mesmo tempo dos autores das cenas enunciativas e das condições de enunciação. Aí, a metáfora da “dobradiça”; ou melhor, de um “conceito dobradiça” de sujeito. Pode não ser elegante. Mas funciona.

No caso do estudo da Febem-SP, uma análise de uma instituição concreta, todo o tempo se faz o trânsito da iluminação dos discursos em análise para a iluminação do tipo de subjetividade que nestas práticas se constitui. Adiantando: a subjetividade de vínculos com o abandono e a infração. De tal forma que se poderia dizer a partir do discurso analítico que a proposta social expressa dessa instituição, na ambigüidade do dizer, define seu objeto: a *conservação* das crianças *em abandono e infração*.

No discurso de internos e funcionários, muitas vezes lá onde não se “viam”, diziam de suas identificações, pelo direito ou avesso, pela legitimação ou pela transgressão; reconheciam-se “alguém”, onde repetiam as expectativas e os projetos da instituição e da sociedade para o abandono e a infração. Inclusive, se consideramos

que a instituição é o conjunto das práticas que se repetem e se reconhecem como naturais e legítimas, é no discurso que esse movimento se dá. E, esse discurso enuncia medos, mandos, sujeições, identificações, recusas, ambigüidades, força, violência e fragilidades, nem sempre de forma distinta, ou seja, os agentes sendo força, violência e recusa e os internos sendo medo, identificação, sujeição. Estas qualidades do vínculo atravessam as falas de todos os grupos institucionais. E cada entrevistado, como dissemos, a seu modo, organiza-as. Pelo menos, é o que se organiza analiticamente em seu dizer. Aí, de novo, uma compreensão de sujeitos psíquicos “retomados” em sua dimensão institucional, no discurso sobre seu fazer ou sobre a vida que levam.

NA LITERATURA

No capítulo 3 chegamos a tratar das possibilidades de se trabalhar, pela AD, textos literários. Fizemos, então, apenas um breve comentário para revidar críticas que habitualmente se fazem: a AD “amarraria” a dimensão estético-poética. O revide limitou-se a afirmar que muitas dessas críticas parecem se referir ao estilo de apresentação do texto analítico e, nesse sentido, não fazem sentido. O caráter literário poderia atravessar também este último.

Já deixamos sugerido, naquele momento, que a questão central não seria esta. Agora podemos, instrumentando a noção de um sujeito que não se confunde quer com o indivíduo quer com a formação discursiva, voltar à discussão com mais elementos.

Para tanto, vamos pôr em foco as obras literárias de natureza autobiográfica. Por que estas? Por uma razão muito simples: elas, mais de perto, desafiam o analista. A tentação “psicologizante” fica muito presente e um estudo da história da Análise Literária prova isto: há uma tendência a se destacarem defeitos e qualidades pessoais do autor, chegando-se a rótulos característicos de uma psicanálise/psicologia selvagens.¹¹ Parece que, justificadamente pelo tipo

11. SAGAWA, Roberto Yutaka. *Lima Barreto, nas malhas do autobiográfico*. São Paulo, Instituto de Psicologia da USP, 1993. Tese de doutorado.

de peça discursiva, pode-se e deve-se enxergar de forma direta uma pessoa que fala de si; de interiores devassáveis pelas interpretações. Apontam-se fantasias delirantes, desintegrações de personalidade e defesas psíquicas do autor-personagem. Como que num “raio X psicológico”.

Para escapar disto, no entanto, há uma outra tentadora proposta: apostar na dispersão do sujeito e tomar a obra em questão como um acontecimento particular do discurso sobre a loucura e o tratamento que ela recebe na sociedade moderna.

Nem tanto ao mar e nem tanto à terra.

A forma de operar o pensamento que permita o que chamei antes de trânsito (ou “dobradiça”) parece encontrar aqui a especial condição de análise. Acompanhemos a possibilidade dessa análise, tomando como ocasião para demonstrá-la, o livro de Lima Barreto, *Diário do Hospício*.

Como mencionado acima, este foi o tema da tese de doutorado de Roberto Y. Sagawa. Tomaremos de empréstimo sua idéia de estudar os escritos de Lima, para que se esclareça o que significa rastrear a subjetividade-efeito de relações tais como surgem nas representações do discurso literário.

Já deve ser do conhecimento do leitor que o *Diário...* é o registro que o escritor faz dos períodos em que esteve internado em hospital psiquiátrico. Entre o paciente e o observador das práticas instituídas de atendimento sem, em qualquer momento, definir-se sobretudo como o primeiro (paciente), Lima constrói um contundente texto.

Pois bem. Como ele se refere aos doutores que o entrevistam? Suas ironias, que parecem anteceder a ironia percebida nas palavras diagnósticas que ouve, ou nas perguntas a que deve resposta; o jogo, por vezes doloroso e por vezes divertido, de esconde-esconde das verdades do que pensa um sobre o outro nos momentos de entrevista (doutor e paciente), as respostas-isca de diagnóstico que Lima desfere; as alterações de tom na escrita; tudo isto e mais pode dizer da posição que este então paciente se “vê” ocupando em relação a quem se põe a tratá-lo. Muitas vezes, com solidária violência discursiva responde à violência sentida nos tratamentos. Quem efetivamente sabe sobre quem? Esta questão atravessa grande parte

dos registros, numa encoberta disputa que acaba por inverter, na posição de paciente, o lugar de domínio com o de resistência aos desmandos das práticas hospitalares. De pano de fundo, salta *uma espécie de identificação com aquilo que ironiza*.

Pensar deste modo o registro francamente autobiográfico de Lima Barreto é: a) supor um discurso (sobre ou) da loucura que procede às suas exclusões, determinando um campo de verdade; b) supor em seu interior o exercício de poder; c) supor que aquela, como muito provavelmente outras práticas de internação, sediam no discurso de seus atores concretos, o reconhecimento de uma legitimidade e o desconhecimento de seu engenho em instâncias diferentes das vontades e veleidades de cada pessoa em questão, bem como de sua relatividade enquanto forma de lidar com as razões da loucura; d) supor que entre a camisa do paciente e o avental do médico e do enfermeiro existe a distância de lugares instituídos; e) supor que isto confere às suas falas poderes e saberes diferentes sobre si e sobre o outro em relação; f) supor que o paciente-Lima, por e com sua história submete-se (?) singularmente, reeditando seus moldes de relação, conferindo àquelas ocasiões o tônus de afetos e representações que constituiu antes mesmo da internação, sempre, no entanto, nos limites que a nova situação impõe.

Pensar deste modo Lima Barreto é, do interior dessas suposições, procurar configurar *que* sujeito (do discurso da loucura) se depreende das representações e identificações limabarretianas como saber sobre “as condições em que se encontrava” (uma expressão mais ao gosto do autor). Ainda, é procurar configurar *como* isto se faz em seu texto.

Partindo da asserção da polissemia do discurso, é possível operar pontuações e reconstruções analíticas com as feições singulares de Lima e visualizar, daí, um modo de inserção nas formações discursivas da (ou sobre a) loucura.

*

Espero estar conseguindo conduzir o leitor às justificativas da propositura que faço de uma análise do discurso que permita “amararrar as pontas” deixadas pela compreensão da AD francesa, sem

recair nas modalidades e conteúdos estritos da psicanálise. Aliás, mesmo em seu recanto originário, o consultório, pode-se prescindir de ortodoxias “conteudísticas”. Vejamos.

NA CLÍNICA

Em que pese toda a especialidade da instituição das psicoterapias e da psicanálise enquanto clínica, nada que nos afugente da estratégia de escuta e análise que vimos propondo.

Começamos a concretizá-la quando podemos admitir que: se o *continente subjetivo* que aí se constitui é marcado pelas reconstruções e movimentos analíticos *de um paciente* em torno de fantasias, de desejo imaginário ou simbólico, romances familiares e tragédias mais ou menos identificadas com a de Édipo, não há por que estranhar. Afinal, este é também o continente discursivo *da instituição psicanalítica*. Ou seja, se a psicanálise teoriza um “sujeito endógeno” e se os aparelhos psíquicos e os mecanismos inconscientes, em boa parte da psicanálise, *são* os sujeitos-paciente que se interpretam, é de se esperar que a escuta e a fala do analista conceba aquele que lhe fala como portador, em e por si, de desejos e fantasias. A atualidade de um processo ou uma sessão em particular tem espaço teórico pelo conceito de transferência: entra em cena o analista-outro. Mas como absoluto suporte da repetição da história do paciente.

Admitir os termos fundantes da psicanálise — inconsciente, linguagem, transferência e interpretação — não impede, no entanto, que se proceda à análise do discurso com perguntas muito semelhantes àquelas com que pensamos o texto de Lima Barreto. Também, não impede que os procedimentos apresentados para explicar como se fizeram as análises de entrevista dos meninos e meninas da Febem-SP sejam mobilizados numa sessão com um paciente, no consultório. Pelo contrário, admiti-los (os termos fundantes, as perguntas e os procedimentos), no âmago da instituição psicanálise, é ocasião privilegiada para que aconteça o discurso analítico, uma vez que o paciente, corpo e mente presente, reage, altera rumos, dita nortes, põe em movimento as hipóteses interpretativas do analista. E reduz, com isto, os perigos da interpretação solitária e abusiva do analista.

A atenção aos equívocos da palavra, ao emprego especial de algumas delas, ao seu lugar na ordem da fala, à recorrência de termos, a certas adjetivações, à seqüência das falas inclusive como descontinuidade do que disse o analista, à significação geral do arranjo discursivo, à entrada do discurso indireto livre, das ironias, tudo isto e mais podem ser bons disparadores do ato analítico. Sobretudo se estas atenções acontecerem antes — ou no lugar — de acontecerem as sentenças interpretativas que carreguem nas tintas daquele sujeito das culpas, das defesas e angústias, do *a*, do *A* ou do *a'*. Este, quando ponto de partida e chegada do discurso em análise, fecha o círculo da instituição sobre si mesma, reforça-a em seu caráter instituído e, com isto, a profecia se auto-realiza, digamos. Correndo-se o risco de trocar a imagem estereotipada que o paciente faz de si por aquela que dele faz o analista.

Abrir para a compreensão de que o que se fala em análise é já do domínio de uma determinada formação discursiva e professar a concepção de que somos, no *setting* clínico, organizadores singulares, pontos de estofa do tecido dessa instituição, é trazer a questão do sujeito para esse lugar de sujeitos psíquicos porque em relação imaginada e simbolizada de práticas institucionais do discurso. Rastrear o lugar que se vê ocupando aquele que nos fala (e o lugar que ocupamos), ainda que disto não fale, traça ao mesmo tempo o mapa desse discurso e das auto-representações. Na estrutura discursiva, portanto, o desenho dos afetos.

Para não ser acusada de fazer um jogo abusivo com as palavras, passo a destacar *como*, em uma situação concreta, o atendimento de um paciente se conduz por tais pautas. Na verdade, fragmentos de um discurso clínico.

*

Pedro é um rapaz de 29 anos, profissional da educação, atuando em órgãos públicos. Proveniente de família simples, do interior do Estado de Minas Gerais, mora em S. Paulo há três anos. É portador de uma doença visual degenerativa que lhe permite apenas visão periférica, não focal.

Tendo morado no campo até 10 anos, quando então a família mudou-se para a cidade, Pedro só “descobriu” seu problema quando, na 4ª série, a professora pediu exames de vista. Segundo ele, ali começou seu calvário. O diagnóstico se fez seguir de uma ausência às aulas por 2 anos e o retorno representou para ele um enorme esforço para se manter nos bancos escolares com uma parafernália de aparelhos semelhantes a lunetas e microscópios. Tornava-se absolutamente visível para poder ver um pouco. Acabou sendo dos melhores alunos da escola; por uma sorte de esperteza, podia assim estudar com colegas, trocando explicações por leituras, isto é, os outros liam para ele e ele explicava e ajudava a memorizar. Foi, deste modo, até a formação universitária.

São vários os motivos pelos quais faço estes e não outros destaques de sua história e dos primeiros contatos que tive com ele. Primeiro porque, como parece que não poderia deixar de ser, são elementos sempre recorrentes em sua fala. Depois, porque esta situação representa um corte absolutamente singular nas práticas clínicas. Também, um corte no discurso habitual deste mundo em que o percentual dos que não vêem é sensivelmente menor do que o dos que vêem; ou seja, estamos falando do interior de um acontecimento discursivo que poderia nos permitir pensar os efeitos das pressões por regularidade, das exclusões, separações e oposições. Mais ainda, como se constitui o sujeito organizador de tantas rachaduras na formação discursiva. E, diga-se de passagem, trata-se de uma ocasião ímpar em minha experiência clínica, o que mobilizou afetos, expectativas, estranhezas e reacomodações que, com certeza, marcam este processo de análise.

Procurou-me, em princípio, para supervisão de seu trabalho institucional, este rapaz de modos esquisitos de olhar e sorrir, sugerindo evasivas sem fim naquele primeiro contato. Só ao final dele falou de sua doença e aí pude entender melhor seus gestos que pareciam sempre alguns segundos atrasados em relação às palavras, também notoriamente pausadas. Repetidas e naturalizadas exigências de acomodação.

Na segunda e terceira entrevistas, confirma-se uma demanda de análise, numa alteração de rota que não convém neste espaço detalhar mais. Se o menciono é para que possa apontar para o espaço

destinado à visão, desde o princípio, em sua fala. Isto, sem que em momento algum tivesse eu desferido interpretações de conteúdo tais como: a procura encoberta de uma “super” supridora “visão”. Fiquei apenas atenta à presença do termo na fala.

Outro importante e combinado detalhe: pela primeira vez senti curioso desconforto em não ser vista. Por disposição teórico-técnica-física, o divã é ocasião de uma posição não visível do analista. Literalmente até. No entanto, é radical a diferença entre não ser vista por um viés do dispositivo de procedimentos e não ser vista porque as vistas do paciente, mesmo à sua frente, não lhe podem dar foco. Não sabe das ondulações de minha expressão facial ou corporal porque não pode ver, mesmo que olhando. É definitiva a ruptura dos esquemas de relação já tão eficientemente “calejados”, cimentados e sacramentados de nosso cotidiano na clínica. Bem aquilo que diz Foucault na Aula Inaugural sobre a Ordem do Discurso: a instituição tem respostas prontas à espera das dúvidas que, exatamente por isto, nem chegam a surgir... Exceto em situações privilegiadas como a que relato. Pedro e eu, no processo da instituição psicanalítica, na ordem de seu discurso: pontos de estofo (singulares) da subjetividade que nela se constitui. No meu estranhamento toda a força daquilo que é excluído, recusado, apartado dessa ou nessa ordem. *Meu estranhamento. Reorganizador imprescindível dos regramentos invisíveis do processo analítico: meu. Possível apenas como estranhamento, para além de minhas características pessoais, porque ocupava o lugar de analista com todas as suas características discursivas diante de um paciente que ocupava/negava o seu, para todas as expectativas em jogo.*

Esse clima atravessa, com mais ou menos evidências com o passar do tempo, o processo analítico em curso. Tanto que minha escuta acusa, logo às primeiras sessões, a frequência com que Pedro se utiliza de termos “visuais” ao se referir a sentimentos, fatos, histórias. “Vislumbrar”, “embaçar”, “traçado”, “nebuloso”, “ofuscante”. Isto não propriamente como metáforas (ou, a rigor, como a própria metáfora...). Mas, para descrever suas condutas e percepções. Munida do vício do ofício de ouvir o modo como se constrói a fala, apenas assinalei-lhe o que me chamara a atenção. Foi esta a ocasião para que, sempre em meio a pausas, afirmasse aos poucos

que pensava ter resolvido seu problema quando, na terapia que fizera, pôde se dar conta do quanto a deficiência visual funcionava como crivo de suas atuações e maneiras de se inserir nas relações, inclusive as mais íntimas. Dava-se conta, agora, de outra coisa, segundo ele: o crivo, insidiosamente permanecia ali, onde ele jamais pudesse imaginar.

Os efeitos deste movimento de suas auto-representações ainda se processam. Mas faço eu, agora, neste âmbito da escrita, uma observação que não lhe fiz de viva-voz, até porque não teria qualquer cabimento: num universo de e para quem enxerga, ainda que com recursos de lentes normais, o discurso só mostra suas tiranias e traições quando a visão falta aos que o dizem. Foucault tem razão, novamente, quando toma esta dimensão das falas. Se se recusa a admitir o sujeito, dramático, afetivo, inconsciente, sede das instituições e rachaduras do discurso que vai além dele, por certo, pode deixar que nós o admitimos. Pedro é singularidade exemplar nessa injunção.

Prossigo apontando para o mesmo alvo. Noto que, ao historiar sua vida, Pedro usa o verbo no tempo presente apenas quando se refere ao exato momento de sua mudança para a cidade. Antes e depois, o verbo constrói frases no passado. Destaco isso a ele. Disparo, assim, ora com intervenções dele, ora com outras minhas, as seguintes reorganizações ou ressignificações: havia, na vida na chácara, uma continuidade entre seu corpo e as circunstâncias espaciais que não abriu brechas para o anúncio da deficiência visual, mesmo na escola rural que freqüentava. Às raias de uma analogia com o corte que aparece na fala, pelo emprego do tempo do verbo, a mudança para a cidade significou um corte nessa sintonia mágica, de corpo inteiro, sem arestas e irregularidades. O urbano entra e atravessa sua vida, marcado pela cicatriz que pode nunca ter cicatrizado de fato. E, positivamente, acrescenta: a casa é menor, tem geladeira, televisão e móveis nos quais constantemente esbarra e que lhe exige ver, ou melhor, prever seus movimentos, "estudá-los"; a escola, por sua vez, encaminha para o nefasto diagnóstico. Difícil não fazer da parte (deficiência visual) o crivo de tudo, sinônimo de corpo, alma e presença. Do mesmo modo que o faz o discurso social a respeito das deficiências; de uma maneira geral, sectarizando.

O leitor já deve ter se dado conta da singularidade desse processo. Deve ter se dado conta também de como sua especialidade em nada o faz absolutamente original e desenraizado das condições institucionais de uma produção discursiva que rege a separação e a exclusão. Isto está na fala sobre si, organizada aos matizes de uma história que, com certeza, registra-se em complexas redes de sentidos e identificações que a consciência não atinge. Inclusive aquela com o lugar definido à margem da normalidade visual. Pedro é a intimidade das alianças de significações/identificações, assim tão visíveis, ao se dizer. Sujeito de afetos e representações que não se cansam de recorrer. Subjetividade que a análise, clínica (por que não?), decalca tão Pedro...

DAS ESPECIFICIDADES E DAS MIGRAÇÕES DE CONCEITOS

Até aqui tentei demonstrar uma modalidade de análise de discurso, sem operar estritamente como a AD francesa e apoiada numa concepção de sujeito que se pode dizer psíquico quando tomado no modo de sua inserção no universo discursivo de determinadas práticas instituídas. Tentei, ainda, demonstrar que é possível, na clínica psicanalítica, operar com a noção de descentramento do sujeito, tratando o inconsciente em sua materialidade não rigorosamente "endógena".

Na verdade, perguntar-se sobre o lugar que se atribui àquele que fala, ocupar-se de equívocos nas cenas enunciativas e da polissemia das palavras, não é exatamente algo que um psicanalista deva estranhar. Também, não deve provocar estranheza a analistas do discurso. Aliás, deve ser esta a interface da AD com a psicanálise. Se daí derivamos análises que nos conduzam à comunidade discursiva ou às fantasias transferenciais de um paciente radicadas em sua história ou seus romances familiares, é que faz a diferença. Mas uma diferença que não anula o que há de comum nos procedimentos analíticos. Não anula ainda o que há de comum na compreensão de o que pode ser o sujeito em análise.

Creio ter sido possível justificar isso nas situações de trabalhos acadêmicos que comentei. Entretanto, estou certa de que, pelo fato de ser um trabalho intelectual, as elisões sejam aparentemente mais

simples. Muito embora tenha também a certeza de que do lado de lá, ou seja, dos teóricos da lingüística, da filosofia e da política tais elisões não seriam admitidas com tanta tranqüilidade. O renitente contra-argumento seria o da irrecuperabilidade de qualquer sujeito "psi", em qualquer nível teórico conceitual, sobretudo a partir de Foucault. No mínimo, tentei.

E prossigo. Agora, buscando assinalar que o fato de falar em *articulações* supõe que se admitam *regiões de especificidade* quando se trata da análise feita no consultório com fins ora mais ora menos declaradamente terapêuticos, ou quando se trata da análise de entrevistas gravadas e transcritas, ou daquela que, em ato, procede-se nas intervenções institucionais de um modo geral.

As especificidades da situação acadêmica e da consultorial se podem entrever nos detalhes que resistem aos acordos de procedimento analítico, nos comentários do capítulo anterior. Deles falei apenas indiretamente, exigindo uma "meta-atenção" de quem me acompanhava naquele raciocínio. E assim continuamos a sintonia entre demonstração e compreensão. Isto é, passo a me dedicar, agora, às particularidades de uma nova situação: a do exercício da psicologia no interior de outras práticas institucionais. Aproveitome desta ocasião para dizer de cuidados que sempre se devem ter com as diferenças de "contexto".

Chamemos à mesa, então, a intervenção de um profissional, na qualidade de supervisor ou de técnico, em instituições ou organizações que não o consultório e sequer na modalidade de pesquisador ou intelectual.

Tomemos o caso do técnico contratado como psicólogo. Pensemos que seja ele alguém que professe os cânones da psicanálise. Pensemos ainda que, bem-intencionado, ele reconheça que não está em sua clínica. Com tudo isto, em princípio, declaremos nossa solidariedade a ele. É que vai, certamente, precisar dela. Com as mãos na massa e os pés na lama, (como disse, desencantado, certa vez, José Augusto Guilhon Albuquerque), como poderá ser ocasião de análise? Como desencadear, "ao vivo e a cores" um discurso sobre a instituição a partir de um lugar prenhe de expectativas demarcadas de onde não se ressalta esta da análise? Desprotegido das instituições originárias. Desprotegido dos códigos e regras de

pesquisa. Atrelado, sem muitas chances de movimentos, a um lugar em rede de relações alienígenas. Precisar-se-á mesmo de nossa solidariedade.

Começemos por pensar o âmbito da análise possível.

Com certeza, deverá escolher o grupo-alvo para sua atuação. Se num posto de saúde, talvez a melhor escolha recaia sobre a clientela atendida. Se numa escola, além disto, talvez se possa lidar também com o grupo de professores. Se na promoção social, o mesmo; considerando-se agora como atendentes imediatos pajens e crianças. Com os grupos de pares (técnicos de igual nível organogramático) restam as discussões interdisciplinares, quando, para isto, há “vontade coletiva”.

Reconhecidos estes como espaços de intervenção, é necessário que se definam as metas para o atendimento. Aí, outra vez, anuncia-se a viabilidade de nossa proposta: compreender o sujeito do discurso enquanto sujeito psíquico, constituído nas e constitutivo das relações institucionais. Se nosso “conceito-dobradiça” funcionar bem, em qualquer intervenção, como as entrevistas psicológicas, ir-se-à ouvir sob esse crivo e produzir com ele o discurso analítico possível, ainda que sob as constantes pressões de que fique “cada macaco no seu galho”. E, admita-se, o galho que tradicionalmente cabe ao psicólogo é o de aplicar alguns testes, avaliá-los conforme as regras de sua padronização e oferecer os resultados ao cliente “numa devolutiva” ou ao psiquiatra, num relatório, de preferência sucinto. Quando digo que “tradicionalmente cabe ao psicólogo”, não estou afirmando uma pressão absolutamente exógena, por parte de outros profissionais “maldosos e ferozes” na competição por seu quinhão entre as práticas sociais. Ou, pressões anônimas de um regulamento oficial daquela organização. Digo também das tendências a se repetir aquilo que “tradicionalmente” constitui o terreno preferencial das práticas psicológicas, com o qual, por força de formação e por efeitos de reconhecimento e desconhecimento, o psicólogo se identifica profissional e, nisto, legitima-se a profissão.

Se nossa “dobradiça” funcionar, análises múltiplas deverão ocorrer. Movimentos analíticos diversos que, num e mesmo ato (o de atender um paciente), permitam apontar para as regiões de uma transferência híbrida, que não se faz apenas diretamente do paciente

para com o profissional em atendimento, mas dele (profissional) com o conjunto do discurso e das expectativas institucionais, e do paciente com a instituição que, naquele momento, dispõe à sua frente, um profissional. Isto a título de exemplo. Trato do assunto com mais detalhes no texto *Transferências e Transferências*, que segue compondo a Parte IV deste livro.

Retorno, agora e assim, ao tema, não para afugentar os candidatos a esse exercício da psicologia, mas, para discutir suas possibilidades quando se está em registros ou em condições nem sempre depuradas para as análises. Ouso dizer, apoiada em experiência própria que, dessa complexidade e tensão toda, saltam positivities: desalojado, o psicólogo costuma ir à busca de saídas.

A título de outros esclarecimentos, ainda, remeto o leitor ao texto *A Dimensão Política na Atuação Profissional em Psicologia*¹ (também reproduzido na Parte IV), onde, com o relato de uma situação concreta de supervisão à Rede Pública de Saúde do Município de S. Paulo (1992), procuro demonstrar a viabilidade do que agora mais parece uma carta de intenções a ser assinada por bandeirantes ou aventureiros. Em parte, não deixa de ser isto mesmo...

De propósito, deixei para o final tais circunstâncias desafiadoras para a análise do discurso. Nelas, quando as especificidades são constantemente convidadas a se diluir e, quando mais parece difícil garantir o “tino”, é que se evidencia a urgência de um certo rigor teórico e analítico. Quero dizer, a urgência de nos dedicarmos a pensar sobre os conceitos com que operamos nossas “leituras” das situações concretas. Como no caso do conceito de transferência. Um quê de lucidez nos obriga a fazer-lhes os ajustes que mencionamos acima, sob o risco de fazermos aplicações cegas, migrações indevidas.

Esse cuidado com a utilização de um termo, nascido num contexto teórico cuja trama lhe atribui significação, em outro, onde possivelmente a significação seja diferente esteve sempre presente em tudo o que até aqui busquei formular.

1. Trata-se de um capítulo do livro *Psicologia e Política*, organizado pela professora Maria Amélia Azevedo, ainda no prelo.

O rigor de continuar pensando exige que se definam os recortes conceituais e discursivos com que se opera, de tal forma a não ampliar os equívocos. Basta a propriedade inerentemente equivocada da palavra. Por si, de um lado, é a garantia dos processos analíticos e, de outro é o desafio constante para que ainda assim eles se dêem. Afinal, é essa a corda bamba em que se equilibra qualquer análise...



ESQUECER E FAZER “DESESQUECER”

Rigores e exigências teóricas à parte, mesmo porque deles já falei à exaustão, quero terminar esse texto com um discurso de outra ordem. O das sensações entranhadas até o sangue. É. Aquele que corre nas veias.

Talvez o leitor que não mantenha um contato mais próximo com esta autora venha a se queixar da dureza e das redundâncias que, à revelia de minha vontade, tenha eu lhe imposto, caso tenha ele insistido em chegar até este fechamento. Os que melhor me conhecem, no entanto, com certeza serão mais condescendentes. Isto porque mais pacientes terão acompanhado a missão quase impossível a que me dispus: como que *aspirar o que corre nas veias do pensamento concreto*, exercido nas diferentes modalidades de trabalho que desenvolvo (docência, pesquisa, clínica psicanalítica, análise de instituições, supervisões institucionais e, até muito recentemente, participação nos Conselhos de Psicologia). Nisso tudo, percebo-me operando com organizadores que guardam coerência, independentemente do *setting*, e ajustando movimentos e inserções conforme a ocasião, digo, as condições específicas dessas situações.

No fazer cotidiano, as coisas se passam sem violência. Pelo contrário. Passam com a estranha naturalidade do que ganhou o estatuto de legítimo. Pôr-me a escrever significou essa sensação de aspiração para dissecação, cuidando sempre para que não se desca-

racterizasse o teor vital da matéria em questão. É ou não é uma missão quase impossível? Talvez por isso, agora relaxando um pouco mais, posso retomar o sonho de dizer, sem ter que tripartir em níveis, quadripartir em planos para depois reconstituir e ver se a coisa ainda se move. Ou seja, se presta para que outros possam também, a partir desse processo operar.

É assim que, quando atendo um paciente em meu consultório, funciono até certo ponto dissociando ou, para ficar com aspecto menos patológico, “esquecendo” grande parte dos raciocínios que aqui desenvolvi, sobretudo aquele da própria análise como empresa impossível, se for considerar que eu e meu cliente comungamos o mesmo regime discursivo da disciplina psicanalítica. “Esqueço” que estarei inevitavelmente traduzindo suas palavras no dizer das ciências que professo. E as professo até o fim. Como que encantada. Senão, não produzo. No entanto, nos momentos em que me distancio, ou para escrever sobre um fragmento de atendimento, ou para a supervisão de uma sessão, ou ainda, para a escritura de algo mais imediatamente teórico, reconheço certas “pegadas” de um estilo de escuta, de intervenção e de encaminhamentos. Pegadas que redesenham esse universo “esquecido”. De verdade, suspiro aliviada. Afinal, temos sempre nossas contradições. Claro que não me livro delas. Mas, o que quero firmar é que o fato de me dedicar a compreender este sujeito psíquico e o como ele se constitui no discurso do paciente acaba dirigindo o ato analítico com as tonalidades do que se precisou recusar para poder reter.

Quero dizer que há, sempre, uma marca deste pensar os discursos em análise como uma montagem legitimadamente instituída, onde lugares reconhecidos e desconhecidos produzem seus efeitos. Deles é que trato quando falamos, o paciente e eu, mais ou menos confortavelmente distribuídos, para quem quiser ver, entre o divã e a poltrona.

Faz parte do jogo, como seu inelutável equívoco, que aconteça uma suspensão, algo que eu “esqueça”, para que possam acontecer as condições de “desesquecimento” na fala de quem se põe meu paciente...

Parece infundável esta tarefa de ir derivando argumentos, mesmo que eu estivesse me propondo a falar de sensações nem sempre

apreensíveis pelas palavras. A impressão que tenho é a de que de algum lugar eu tirei isto, então posso reencontrar a palavra e me fazer mais clara e convincente. Mas, que ninguém se exaspere. Por arbitrariedade, como autora deste texto, em qualquer momento posso interrompê-lo. Como o faço agora.

PARTE IV

9

TRANSFERÊNCIAS E TRANSFERÊNCIAS¹

O discurso psicanalítico tem saído de seus castelos. Entre nós e ao que tenho de notícia, há quase duas décadas.

E a travessia do fosso se faz em meio a desafios de toda sorte. Ritos e mitos põem-se numa evidência incomum, perturbam-se e, com isso, abrem o campo de perguntas há muito adormecidas na repetição silenciosa de seus porta-vozes.

De que falamos? Para que se deixe claro, algumas digressões pedem passagem.

OS FATOS

Recentemente, (julho/agosto/91) uma situação nada discreta inquietou psicólogos (e não só) do Serviço Municipal de Saúde de São Paulo: a inserção de novos profissionais aprovados em concurso, na rede de atendimento, e o remanejamento dos que aí já se encontravam, provocou insatisfações e gritas. Ordens e contra-

1. Este texto foi publicado na Revista *Psicologia: Ciência e Profissão*. Brasília, Conselho Federal de Psicologia, Ano 12, nº 12/92. Como o leitor poderá notar, trata-se de uma peça que possui uma organização interna, necessária para os fins daquela publicação. Foi escrito há mais de dois anos e sua inserção enquanto capítulo do presente livro justifica-se como uma concretização do modo de pensar o sujeito proposta na Parte III, imediatamente anterior a esta.

ordens, como costuma acontecer nessas ocasiões, foram dadas; ou foram simplesmente veiculadas sem uma certeza de sua fonte e acabaram se tornando palavras-de-ordem desencontradas a colocar mais lenha na fogueira.

De imediato, essa movimentação toda foi alvo de notícia na grande imprensa. Expressava a queixa legítima de que mudanças de local de trabalho, bairro e distância em relação à moradia são um transtorno àquele que trabalha e, por consequência, pode prejudicar o serviço oferecido.

Fatos como esse não são de todo desconhecidos pelos que se dedicam ao serviço público. No entanto, nesta ocasião, começou a proliferar um certo argumento em defesa da não-transferência: o atendimento clínico, que os psicólogos fazem, supõe um vínculo transferencial (de outra transferência falamos agora, claro) com seu cliente, que não pode ficar assim à deriva da administração pública. Houve quem afirmasse, inclusive, as implicações antiéticas dessas alterações, conforme uma determinada leitura do código da profissão.

Ora, parecia estar aqui uma boa questão a ser pensada. E, a sê-lo, em meio à fervura da situação concreta.

Se, por um lado, em tais ocasiões aviva-se a possibilidade de pensar, por outro, todo cuidado é pouco no sentido de proceder a certas discriminações. Por exemplo: a título de ética no exercício da profissão, faz-se uso de um dos recursos tidos como mais sagrados na teoria da técnica psicanalítica (relação transferencial); e isto acontece sem que se apure a justeza do argumento em todas as suas dimensões.

Antes da afirmação caberia uma pergunta: a transferência de que se trata quando se faz a clínica psicanalítica no interior de uma outra instituição (no caso, o Serviço Público de Saúde, em geral, e um Posto em particular), é a mesma que se teoriza a partir da relação terapeuta-paciente no consultório? O emprego político da argumentação, no momento, não estaria privilegiando uma transferência, a de lugar, em detrimento de outra, aquela da relação clínica num serviço de saúde? Onde foi parar a ética?

Parece estar havendo, aqui, um equívoco. Qual?

Neste texto, trataremos de configurá-lo.

Os fatos até agora apresentados, a despeito de sua importância real e social, funcionarão como disparadores e circunstanciadores de uma cuidadosa retomada teórica de o que acontece quando a própria psicanálise se transfere (outra transferência...) do terreno no qual historicamente se desenvolveu enquanto teoria e prática, para outros como as instituições públicas ou privadas de qualquer ordem, os atendimentos comunitários, e assim por diante. Consideraremos as possibilidades de equívocos na migração de um conceito de uma instituição do saber para outra, com objeto e configuração diversa.

A oportunidade específica dessas considerações é a de fazer pensar o que pode estar significando, em termos de "desencastelamento" da psicanálise, que um grupo de profissionais mistifique assim um elo do processo: a transferência.

A TEORIA E SUA INSTITUIÇÃO

O berço da prática psicanalítica é o consultório. Isto a marca como instituição do saber e do fazer. Embora como toda instituição estenda sua produção conceitual para além dos limites de seu território e tem nisso a dimensão de sua força, o manejo desses conceitos se deu e se dá, predominantemente, no âmbito clínica/consultório. Há, aqui, uma série de ajustes que não se pode desprezar; vão se prestando a isolar o campo-rei de sua legitimação. Assim, a construção de um conceito como o de inconsciente, ligada em princípio ao interesse de Freud por suas históricas², vai delineando contornos nas situações particulares e cotidianas em que alguém se expõe a ser atendido por este ou por aquele analista. Repete-se, a cada sessão clínica, o cenário e, com ele, repete-se o imaginário³ que sustenta o saber/fazer psicanalítico, enquanto nele se sustenta. Sim. Porque, a cada situação de atendimento, renova-se o reconhecimento de que aquilo que o paciente diz pode ser entendido da maneira como o analista entende; e o paciente, de alguma forma, convence-

2. FREUD, S. Estudos sobre a histeria (1893/1895) In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro, Imago, 1969, v. 2.

3. O termo imaginário, aqui, está sendo usado com o sentido de conjunto de representações/imagens que, articuladas ao fazer, não lhes são meras cópias, mas composições e recomposições configuradas ao arpejo da consciência e do próprio fazer.

se (ou resiste a se convencer o que, pela teoria, confirma o convencimento) que porta determinados “males” ou compreensões equivocadas de si, que a fala do analista desfaz. É nesse nível de reconhecimento que o imaginário a que nos referimos se fortalece. É no nível da repetição de “um esquema de agir” que o cenário institucional se repõe concretamente. Aqui, ritos e mitos vão se confirmando...

No caso do conceito de inconsciente, por estas vias, aguça-se, num único e mesmo golpe, a compreensão do termo (inconsciente) e o sentimento de pertença ao grupo que detém essa compreensão como seu objeto privilegiado; aguça-se também a concentração de todo esse processo em torno do instante e das condições de sua criação: um médico (Freud, no caso) e seu (ou melhor, sua) paciente. Há uma repetição das formas originárias, o que chamei de condições de criação. Há, também, como formadores do conjunto de representações que passa a sustentar a prática psicanalítica enquanto clínica consultorial, esse sentimento de pertença aos grupos que “entendem o inconsciente” e que fazem girar em torno dele suas falas e seus “fazeres”.

É o exercício da psicanálise que, no movimento mesmo de se legitimar, tece uma quase inevitável e invisível rede de sustentação e isolamento.

Por que isolamento? Porque, cada vez com mais força, define-se um âmbito próprio, algo como uma propriedade abstratamente privada dos que “entendem”, reconhecedores assim que são de sua prática como naturalmente reveladora *do* inconsciente. Sobre ele (o inconsciente) a relação analítica vai exercendo monopólio de poder.⁴

Por que invisível? É evidente que tais movimentos e delimitações se fazem concretos, não apenas porque dentro do espaço criado por paredes de cimento armado de uma sala, mas também porque se fazem imagens que, por definição, “naturalizam” aquilo que é socialmente produzido.

Exatamente por seu caráter sobretudo invisível, essa rede inspira cuidados, quando se trata de sua transposição ou ultrapassagem:

4. Ver GUILHON ALBUQUERQUE, J. A., *Instituição e Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1981. & GURADO, M., *Instituição...*, *op. cit.*

o que se cultiva aqui nem sempre faz sentido ou sobrevive ali. Disso muito já se falou nas incontáveis recomendações de que não se produzam interpretações de fatos sociais à luz de teorias relativas ao sujeito psicológico. Um saudável rigor de pensamento é, então, exigido daquele que se dispõe a pensar. No entanto, de maneiras mais sutis e nem sempre tão pensadas, atravessam-se fronteiras entre âmbitos da ação e do conhecimento, por meio de uma extensão abusiva do discurso. Voltaremos a esse ponto mais à frente, neste texto, com o intuito de esclarecê-lo.

Por ora, e para acalmar ansiedades claustrofóbicas que se tenham, porventura, até aqui despertado, cabe lembrar que toda instituição produz e reproduz uma imagem de sua eficácia não só entre seus "praticantes" (os que diretamente a fazem), como também para o "público" (os que virtualmente constituem sua clientela). Umas, mais que outras ainda, são reconhecidas pelo (e visíveis para o) conjunto da sociedade em determinados momentos históricos. Veja-se, a exemplo, o amplo reconhecimento que tem a educação via escola (na realidade, uma das invenções da época moderna); mesmo nas condições precárias em que a vemos hoje no país, só por disciplina de pensamento e por exercício da teoria, consegue-se relativizar essa modalidade de educar, conforme um tempo e um elenco de interesses institucionais que a extrapolam; tendemos em geral a "naturalizá-la", torná-la absoluta como forma de dar conta de uma necessidade social. Sem dúvida, um efeito de absolutização imaginária daquilo que é socialmente produzido e, portanto, relativo.

Claro está que não se identificam tanta força e consistência no caso da psicanálise; mas, sua institucionalização, por mecanismos que não cabe no momento exaustivamente explorar é, em especial, vigorosa. Sinal disso encontramos na difusão extra-muros de seu discurso. Explicações psicológicas e psicanalíticas da conduta são cada vez mais freqüentes e de domínio público, ou quase público, porque ditas a partir de vários segmentos da população.

Entre as decorrências de tal fato está a geração de expectativas em torno do que se pode fazer, se munidos estivermos dos recursos da psicanálise. Algumas delas nos interessam mais de perto, agora.

DAS ALIANÇAS OCULTAS

Nos anos 70 e 80, no Brasil, tanto no nível da formação universitária quanto no nível das áreas ou campos de trabalho, anunciou-se e se consolidou um movimento do pensamento que deu destaque à atuação do profissional em psicologia junto a instituições e/ou organizações. Nas universidades, lêem-se autores que, de diferentes cantos do saber, tratam do tema. No mercado de trabalho firmam-se intervenções em escolas, creches, casas de custódia, hospitais. O serviço público abre vagas e concursos para psicólogos nesses setores.

Os profissionais que para aí se dirigem, em boa parte dos casos, vão munidos de algumas leituras críticas sobre o que *não* devem fazer e de muitas perguntas sobre *como* fazer. O certo é que saindo do terreno relativamente protegido (por estágios curriculares) das psicoterapias e dos psicodiagnósticos, tudo acaba (ou começa) em incógnita. Isto sem contar aqueles que sequer criticam ou se perguntam sobre o que aprendem.

À psicanálise é reservado um lugar ambivalente em tais ocasiões, sobretudo nas práticas relativas à saúde mental. Em princípio identificada como uma "produção fechada" e estritamente consultorial, é rechaçada. Depois, pela mão e pela pena de autores institucionalistas que a resgatam como uma possibilidade de leitura e compreensão das relações e, portanto, das relações institucionais, ressurgem ela como uma forma possível e até desejável de intervenção⁵. Sem conseguir, de todo, livrar-se de um lugar assim complexo enquanto atuação direta e enquanto supervisão (porque, muitas vezes, é à supervisão de outros profissionais que se dedicam os psicanalistas), a prática psicanalítica vai se alojando em outras instituições que não a originária. O resultado acaba sendo, muitas vezes, algo como "fora dos muros do consultório, com o consultório intramuros".

Antes de prosseguir no sentido da instrumentalização da psi-

5. Ver BLEGER, J. *Psico-higiene e Psicologia Institucional*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1984; PICHÓN-RIVIÈRE, E. *O Processo Grupal*. São Paulo, Martins Fontes, 1980; LOURAU, R. *A Análise Institucional*. Petrópolis, Vozes, 1975. & MENDEL, G. *Sociopsicoanálisis*. Buenos Aires, Amorrortu, 1974.

canálise no trabalho institucional, parece importante lembrar das tentativas de psicanalistas, no interior de suas associações específicas, fazerem propostas e encaminharem projetos de atuação junto a comunidades e instituições. Há, ainda, os que, por iniciativa pessoal e a convite de grupos, dedicam-se à orientação de intervenções junto a entidades públicas ou privadas. Para esses casos, ao que tudo indica, as questões que se colocam são muito semelhantes.

E, quer no movimento de psicólogos e da psicologia aproximem-se da psicanálise, quer no de a psicanálise e os psicanalistas dirigirem-se a territórios pouco dantes visitados, acontecem alianças estratégicas e de sentido que, certamente, escapam à consciência dos que, nestas práticas, estão envolvidos.

Tanto numa como noutra situação, a psicanálise atravessa os fossos de seu encastelamento, amplia seu âmbito e passa a sofrer as intempéries de tal feito. Intempéries ou equívocos, não estou bem certa.

O QUE SE RECONHECE/DESCONHECE

Uma primeira tomada da questão nos leva a perceber que, de imediato, os profissionais dessa cruzada estão às voltas com discussões sobre modificações ou ajustes na *técnica* psicanalítica. Não raro ouve-se dizer da necessidade de se repensar o número de sessões, o uso do divã, a duração do atendimento. Supondo-se seja esta a dimensão técnica do que se faz em psicanálise, talvez já se tenha adquirido, neste aspecto, um grau de autonomia maior em relação às dúvidas. Parece ponto de acordo que o fato de um atendimento se dar no conjunto dos serviços públicos de atenção primária à saúde, por exemplo, marca uma diferença no que diz respeito às condições e estilo de vida da clientela atendida, o que por sua vez justificaria alterações de um proceder habitual. Nesse sentido, a referida autonomia tem permitido rever questões que são consideradas pontos de honra em alguns círculos, para atribuir-lhes um lugar relativo; muito provavelmente, o lugar que merecem.

A mesma clareza, entretanto, não se tem apresentado no terreno dos conceitos ou da *teoria*. Também parece não se esclarecer

suficientemente, ainda, a articulação e a interferência recíproca entre esse terreno e o campo concreto de uma outra instituição como uma escola, um posto de saúde, um hospital.

Não é tão evidente que o saber que se produz numa determinada prática seja, até certo ponto, indissociável das condições também concretas de sua produção, conforme dissemos antes a respeito do conceito de inconsciente. É assim que, muitas vezes, opera-se com noções de um imaginário fixado (o psicanalítico, no caso) sobre outro imaginário (o da instituição em questão). E o desconhecimento do imediatismo dessas migrações pode estar sendo o artífice primeiro do equívoco que tem caracterizado algumas das tentativas, em princípio e à consciência, louváveis.⁶

DA MIGRAÇÃO DE UM CONCEITO

Uma situação exemplar do que acabo de dizer é o manejo do conceito de transferência.

O título *Transferências e Transferências* “brinca” com a idéia de que se pode usar o mesmo nome para dizer de inúmeras situações. Ora, brincadeiras desse tipo são sugestivas de que a linguagem também brinca com a gente. Ela permite que vários sentidos se encaixem na mesma palavra e que, com eles, possamos fazer humor em situações sérias sem tirar-lhes a importância e/ou a gravidade; pode permitir, simplesmente, que uma leitura como esta seja mais agradável... No entanto, na rasteira da ambigüidade das palavras podem-se apresentar algumas emboscadas e seu uso tornar-se abusado para a ocasião.

Assim como não foi propriamente bem-humorado o mal-estar criado com as remoções de psicólogos na Prefeitura de São Paulo, parece não disporem do grau de consciência que acompanha o humor, alguns dos argumentos a favor do não remanejamento que se utilizavam da noção de vínculo transferencial. Aqui, não se lidou com a multiplicidade de sentidos; pelo contrário, fixou-se um deles e atravessou-se o cordão invisível de delimitação da prática e do

6. GUIRADO, M.. *Psicologia Institucional*, op cit.

pensamento psicanalítico e, às cegas, tomou-se como único o que é diverso. Considerou-se único o processo transferencial, quer se desse ele na relação terapeuta/cliente no consultório ou no Posto de Saúde, por exemplo.

Por ser esse conceito, o de transferência, tão central e limite entre as dimensões técnica e teórica da prática psicanalítica, é tomado como ocasião privilegiada da análise que ora pretendo fazer de migrações impróprias de conceitos.

Todos sabemos da importância do instante em que Freud, no tratamento da histeria (benditas históricas!), partindo da observação da conduta e do discurso (benditas também as observações!) na relação com as pacientes, reconhece que certas falas suas, com certeza não o teriam como interlocutor imediato. As cartas a Fliess⁷ registram essa descoberta. A produção teórica que dará conta da constatação será, pontualmente, o conceito de transferência: a reedição, numa relação atual de protótipos de relações infantis. Tempo e desejo entrelaçam-se e o resultado é a negação, *lato sensu*, de ambos.

Para os fins que agora se apresentam, não é necessário acompanhar as elaborações que recebeu o conceito, ainda em Freud bem como em seus seguidores. Até porque, elementos fundantes da idéia não se alteraram no interior da psicanálise *stricto sensu*.

Cabe, sim, ressaltar o que afirmamos antes: foi e tem sido o consultório e a relação terapeuta-paciente, a prática concreta em que se faz tal elaboração. A transferência, articulada a outros termos como inconsciente, desejo, sexualidade, interpretação, vai constituindo a rede conceitual a sustentar o imaginário dessa instituição — a psicanálise — a partir de tais processos concretos.

Sabemos que é pelo lugar do imaginário na produção e reprodução de relações sociais, sobretudo, que essas relações se reconhecem, desconhecem, naturalizam-se e se legitimam. No interior deste texto, julgamos ter demonstrado isto. E, talvez, esteja aqui a chave para compreender por que está na ordem dos conceitos aquilo que menos se repensa quando se transpõem os limites do atendimento terapêutico psicanalítico. As garantias de certeza e de segurança

7. FREUD, S. Extratos de documentos dirigidos a Fliess (1950 [1892/1899]) In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro, Imago, 1969, vol. 1.

subjetiva que se tecem na relação com a teoria, se de um lado aprisionam o pensamento e se constituem em “pontos cegos” em nosso trabalho, de outro lado, não são nada desprezíveis enquanto fatores de institucionalização. Certamente há, aqui, um jogo de implicação mútua. Agindo por regiões de desconhecimento, estes pontos cegos fortalecem a reprodução, ou a repetição, como preferirem, daquilo que, sem sentido identificado, põe-se como auto-evidente. Quando se pensa “transferência é isto”, quando se julga identificar na fala de um paciente aquilo que teoricamente se definiu como tal, ou como resistência, ou como fantasia inconsciente, ou como..., fortalecem-se cegas certezas e naturaliza-se o que é, no fundo, uma invenção; privilegiada, é claro, mas uma invenção; uma tentativa bem-sucedida para explicar “mistérios do humano”; uma interpretação. Nisso, a psicanálise e os psicanalistas, por uma estratégia sem um mandante necessariamente definido e visível, vão se tornando donos dessa abstrata propriedade que é o inconsciente. E, sendo de fora — por parte do público, clientela real ou virtual — reconhecidos para tanto. Eis, aqui, o paradigma de força dessa instituição.

*

É de regiões diversas do saber que acabam surgindo contribuições importantes para que se rompa o círculo; mais especialmente, da sociologia, em seus ramos como a análise institucional, a psicossociologia e até algumas incursões por uma área pouquíssimo conhecida entre nós, a sociopsicanálise. Também, as experiências concretas da antipsiquiatria, da psicologia e da psicopedagogia institucionais puseram em cheque tantas certezas.⁸

No tocante à transferência, passou-se a falar, por exemplo, em transferência institucional. De franceses a argentinos, com conceitos como o de transversalidade (Guattari)⁹ ou o de múltipla transferência (Pichón/Bleger)¹⁰, é possível dar-se conta de que a reedição

8. LOURAU, R. *A Análise...*, *op. cit.*; MENDEL, G., *op. cit.*; LOBBROT, P. M., *La Pédagogie Institutionnelle*. Paris, Gauthiers-Villars, 1966 & COOPER, D., *Que es la antipsiquiatria?* In *La Gramática del vivir*. Buenos Aires, Paidós, 1975.

9. GUATTARI, F. *Revolução Molecular*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

10. BLEGER, J. *Psico-higiene...*, *op. cit.* PICHÓN-RIVIÈRE, E. *O Processo...*, *op. cit.*

de modelos de relação (aquela do desejo, negada nas dimensões de espaço e tempo) no conjunto de uma prática institucional que não a da clínica psicanalítica em sentido estrito, só pode ser considerada se considerados forem o objeto, a estrutura de lugares e o imaginário da instituição agora privilegiada.

Relativizações deste tipo permitem reestruturar e enriquecer teorias que, porventura e por inconsciência, ainda creditam-se imutáveis. É assim que, supõe-se, deva proceder o pensamento: “relativizando”.

Se considero não mais a clínica psicanalítica em si, mas o exercício da psicanálise no interior de uma outra instituição, os “sujeitos em transferência”, os do campo transferencial, são sobredeterminados pelo conjunto desta outra prática institucional. Não há como pensá-los sempre da mesma forma, numa ou noutra rede de relações. Aliás, os “atores” da relação analítica, quando fora dos consultórios, acabam constituindo uma parceria diferente. Acabam constituindo “um lugar sobre outro lugar”, agora, na instituição dominante em questão, que não é mais a psicanálise. A exemplo: no caso de terapia em um Centro de Saúde, superpõe-se ao lugar de terapeuta, o de funcionário daquele Centro e o de trabalhador na Saúde Pública. Ainda, e no caso de outra prática institucional: o psicólogo na escola é, para além de ator/agente da instituição psicologia (com tudo o que isso significa em termos de uma tecnologia e um imaginário em particular), um técnico que ocupa um determinado lugar no interior das práticas educativas e, burocraticamente, um técnico a ocupar um lugar definido no organograma da escola.

Essas superposições são a condição de possibilidade de se dizer das transferências nos sujeitos e discursos em análise. Vão configurar todo esse jogo, onde o conjunto das relações difere, altera-se, não é único, sequer imóvel.

Se isto não for pensado, o grande risco que se corre é o de transposições imediatas e lineares de conceitos e noções que depõem contra nossas boas intenções de um trabalho correto, crítico e/ou criativo. O mais próximo possível do sonho, é claro. Quando não for possível ser ele mesmo!

Em situações muito simples, no mais puro perfil do cotidiano,

o equívoco se estabelece. E, por vocação, encobre o que revela.

Esclarecendo: é comum ouvir-se de recém-formados que levam seus pacientes da clínica-escola para os consultórios recém-montados, que esses pacientes logo desistem da psicoterapia ou, insistem nela, de certo modo, com exigências diferentes. Algo ocorre com o vínculo que pareceria, então, facilmente atacável.

Os sinais estão aí: (seu) paciente da clínica-escola, vínculo, algo ocorre... No entanto, o sentido que parece estar alhures... também está aí!

Algo de diferente ocorre com o vínculo, no caso de um paciente da clínica-escola.

De fato. Mas, por quê?

O discurso desses psicoterapeutas faz circular, distraidamente, no desconhecimento (como costuma acontecer com nossos discursos sinceramente preocupados) que, quando uma pessoa procura atendimento junto a uma instituição, o campo transferencial que se configura supõe, inevitavelmente, este personagem, a instituição. Seu "fantasma" estará, por certo, rondando o discurso em análise. Muitas vezes, no entanto, permanece intacto como alvo da demanda. Outras, permanece como muda condição de segurança, contenção e suficiência. Outras, ainda, como representação de pobreza, carência e ameaça. E isto, não somente para o paciente como também para o terapeuta. Qualquer interpretação ou sentença interpretativa que passe ao largo dessa configuração levará, no limite, sua condição de artifício. Em outras palavras, perpetuará o equívoco quando diz ou sugere dissolvê-lo. Engodo do engodo.

Digamos que, "trabalhar a transferência" na forma e na concepção tradicional do termo, trabalhá-la como se entre paciente e terapeuta se constituísse uma relação entre dois corpos animados por inconscientes, exclusivamente nessa via em confronto é, no mínimo, uma restrição. Que pode ser desastrosa.

A considerarem-se todas essas práticas cruzadas como instituições, a subjetividade com que se trabalha, no nível analítico ou terapêutico, no interior de instituições que não o consultório, é esta subjetividade a supor reedições de relações sobre um terreno já marcado por uma estrutura de lugares, um imaginário e um objeto

que lhe são característicos. Tanto que, se levarmos esse raciocínio até o fim, poderíamos dizer que as clínicas-escola, nos Cursos de Psicologia, formam para um trabalho institucional; ou melhor, poderiam estar formando, caso se levassem em conta, desde as supervisões dos alunos, tais condições, inerentes aos atendimentos feitos nas faculdades.

*

Nenhuma migração se faz sem que aconteçam reviravoltas de interiores. No caso, não apenas da técnica, mas também e sobretudo desses recantos que insistem em permanecer no escuro.

A remoção dos psicólogos da Prefeitura pode ser uma ocasião para revolver o “posto de origem”, o de terapeuta. O “seu” paciente é alguém que procura o Posto de Saúde; é, portanto, em princípio, paciente do Posto. O sujeito operador da cura, imaginariamente, será uma composição, por certo variável em suas conotações conforme o caso, entre as representações relativas ao serviço público e aquelas relativas ao profissional em questão. No caso de sua transferência (remanejamento) o que se deve “trabalhar” é a transferência mesmo (o campo transferencial) que desde sempre se fez no conjunto dessas relações saúde pública-posto-terapeuta-cliente.

*

Tocar o sagrado posto (teórico) da transferência não é, no caso, profano. É, rigorosamente, um gesto de coerência com aquilo que se diz fazer: lançar luzes sobre o que, no desconhecimento, repete-se e, com isso, aliena.

PARA CONCLUIR, UM RETORNO

Um retorno literal não é bem uma repetição. É, neste caso, um destaque de efeito para que se continue pensando e, assim, um bom jeito de terminar...

O discurso psicanalítico tem saído de seus castelos.(...)

E a travessia do fosso se faz em meio a desafios de toda sorte. Ritos e mitos põem-se numa evidência incomum, perturbam-se e, com isso, abrem o campo de perguntas há muito adormecidas na repetição silenciosa de seus porta-vozes.

A DIMENSÃO POLÍTICA NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA¹

Os nomes são coisa muito séria.

Nomeia-se para cercar os terrenos da singularidade. Entretanto, os sentidos vazam e se estendem numa descuidada indiferenciação do que foi feito para demarcar.

É assim que o termo Psicologia Institucional fez sua trajetória no campo intersticial de uma sociologia política e de uma psicanálise.²

*

Introduzida no Brasil por mãos argentinas, no final da década de 1960, a Psicologia Institucional chegou em boa hora, acenando com a possibilidade de retirar o pensamento e a prática psicológica da conotação cientificista e “aburguesada” que vinham assumindo

1. Este é o texto de uma apresentação feita no II Congresso Interno do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, em novembro de 1993. Do mesmo modo que o capítulo 9, trata-se de uma inserção, no presente livro, de algo escrito antes dele e para outras finalidades. Tem, assim, uma organização interna que, nesta nova posição, chega a repetir algumas discussões já feitas nas partes anteriores. A transcrição sem alterações, porém, fez-se necessária para garantir sua inteligibilidade. Presta-se o texto, neste ponto do livro, para identificar os movimentos do recorte teórico metodológico (Parte III) que configura o sujeito dos vínculos afetivos nas representações do discurso, possíveis nas e pelas práticas institucionais.

2. GUIRADO, M. *Instituição e Relações Afetivas*. Op. cit.

ao olhar das esquerdas nacionais. Mais que isto, propondo, de fato, uma alternativa de atuação que não fossem os testes, as terapias individuais e as análises experimentais do comportamento. Ou seja, ampliando os modelos de compreensão teórica e âmbito de ação de nossa instituição do conhecimento.

Mesmo que estivesse apoiada numa espécie de discurso moral que convocava os psicólogos a encarar sua "função social", sua responsabilidade de se conscientizar e conscientizar outros de sua inserção numa sociedade de classes e num modo de produção capitalista, a Psicologia Institucional, capitaneada pelos escritos e pela militância político-intelectual de Bleger, efetivamente provoca uma extensão do campo e do objeto da psicologia. *Mesmo que com e por tudo isso.*

Passadas mais de duas décadas, no entanto, aquilo que parecia tão definido começa a esgarçar fronteiras e passa a nomear modelos teóricos e práticos diferentes.

O sentido original do termo Psicologia Institucional, com Bleger³, era o de uma atuação no nível "da instituição como um todo", com um enquadre derivado do método clínico psicanalítico e com um entendimento de fundo kleiniano dos processos e da intervenção grupais (como, com certos arranjos, propõe Pichón-Rivière). Nesse intervalo, com o advento da orientação francesa em diversas áreas do pensamento, em nossos meios, surge o movimento da Análise Institucional, de caráter imediatamente político, calcado no método autogestionário e liderado sobretudo por G. Lapassade⁴.

A produção nacional, nestes momentos, entusiasma-se também com os efeitos da ruptura que representa o trabalho intelectual de M. Foucault, incorpora (ao que tudo indica, indelevelmente) ao seu discurso os termos dessas idéias (tais como micropolítica, relações poder/saber, dispositivos, estratégia disciplinar, entre outros).

E está assim lançada a pedra fundamental para o que hoje se faz e/ou se pensa fazer com psicologia junto a instituições. Ganha-se em hibridismo discursivo, perde-se em precisão conceitual. De tal maneira que, se alguém nos diz que trabalha com Análise ou com

3. BLEGER, J.. *Psico-higiene e Psicologia Institucional*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1984.

4. LAPASSADE, G.. *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

Psicologia Institucional, é difícil saber do que é que se está falando. E, como resultado, até certo ponto esperado, tendo em vista a valoração modal de certas fontes teóricas, cai em descrédito, na linguagem corrente, dizer que se faz... Psicologia Institucional.

Dediquemos algumas linhas mais a essa mágica do discurso.

PSICOLOGIA INSTITUCIONAL: A POLÍTICA DA CRISE

Os anos de 1980 conheceram a proliferação de escritos e práticas sob a insígnia de "trabalhos institucionais". Auxiliados por discussões, seminários e até disciplinas nos Cursos de Psicologia, recém-egressos deles encontraram um mercado de trabalho circunstancialmente ampliado, sobretudo no Estado de São Paulo. A Rede Pública de Saúde, Educação e Promoção Social abria concursos e vagas e, com isso, esperanças de uma atuação de vanguarda. Os desafios eram intensos e o reconhecimento da insuficiência dos tempos de estudos formais não tardou a se mostrar na pele dos que se lançaram, muitas vezes por declarada opção política, a esse tipo de atividade.

Tendo como ferramentas algumas certezas, como a superioridade das intervenções grupais sobre as individuais e/ou das intervenções "no nível da instituição como um todo" sobre aquelas de psicodiagnóstico e psicoterapia com a clientela, tais profissionais debatiam-se em dúvidas e dificuldades a respeito de como vencer as "resistências institucionais" à sua atuação. Supervisões de outros, reconhecidos como mais experientes no lidar com entraves dessa natureza, eram demandadas, apesar dos baixos salários e da falta de apoio oficial à iniciativa. Conferências isoladas e congressos contavam com sensível afluência de interessados.

Pode-se dizer, desse momento que, numa espécie de bandeirantismo, conquistam-se novos territórios para as práticas psicológicas. São esses "grupos de ponta" que, na esteira de um legítimo querer/fazer política com a profissão, constituem um novo desenho do exercício da psicologia. Mas, como não poderia deixar de ser, a ambigüidade característica de qualquer movimento assim (também ele) institucional não tarda a mostrar seus sinais. Um certo modo de interpretar o que acontece com nosso trabalho quando este

se dá fora do âmbito historicamente reconhecido como seu, os consultórios, acaba se transformando em "teorias" com forte poder de persuasão sobre os adeptos da nova orientação. Isto é, as instituições passam a ser explicadas como uma espécie de sujeito psicológico que resiste, defende-se ou ataca o novo (representado pelo trabalho do psicólogo); um sujeito que se recusa a ser analisado, a pensar suas relações e assim por diante. E, com isso, imaginariamente, o poder desta entidade abstrata chamada instituição recai sobre a cabeça do psicólogo, esmagando-lhe a possibilidade de ser o artífice de uma boa consciência de processos desequilibrados no modo de ser institucional.

Na verdade, o que se nota é que uma relação de exterioridade vai se construindo entre o psicólogo e seu trabalho. Um quê de onipotência se anuncia nesta delimitação do território da intervenção que pensa o todo e põe o todo a se rever. E aí se refugia. É irônico considerar que são exatamente os que assim tratam a questão que mais incorporaram o discurso da necessidade de romper com o discurso da competência técnica como forma de domínio e de poder. É irônico porque, pelo avesso, a onipotência retorna.

Enquanto isso, nas hostes intelectuais e/ou de renomada experiência, inicia-se uma crítica à febre institucionalista. Condena-se que Psicologia Institucional tenha virado moda e que dela todos falem. Os oráculos tingem seus discursos de novas cores. É quando se passa a afirmar a importância da Análise Institucional. Termo provavelmente considerado mais nobre, de filiação mais reconhecida, passa a compor os discursos de supervisores e profissionais da ação direta.

Tudo sugere, porém, que a dança das palavras não se faz acompanhar de reformulações efetivas nas produções teóricas e práticas. Os limites do objeto desse pensar e fazer psicológico não parecem ganhar visibilidade e consideração.

E, com o tempo, acontece uma espécie de êxodo dos profissionais que, declaradamente, haviam optado pelos trabalhos institucionais, como uma forma de ser psicólogo sem repetir a cantilena das atuações no nível individual, bipessoal, consultorial. De forma velada começam, agora, a se dedicar a supervisões de trabalhos dos que iniciam a *via crucis*.

A sensação que se tem, portanto, até agora, é a de que muita coisa ainda não está esclarecida a respeito dos domínios de nosso trabalho junto a instituições, seu caráter político, suas interfaces com outras disciplinas do conhecimento e do exercício profissional, sua especificidade possível, as ocasiões de sua viabilidade; e as questões que aqui se apontam são, sem dúvida, apenas algumas das que atravessam esse campo, neste momento muito embora já se prestem a aquecer a conversa...

*

Podem estar parecendo estranho que, para tratar da dimensão política na atuação profissional em psicologia, tenha eu entrado imediatamente, no tema Psicologia Institucional. Acontece que esta é, com certeza, uma das modalidades de psicologia mais reconhecidas como “de natureza política”. Em que pesem as diferenças, psicologia, instituição e política não são termos que se excluam. O título do capítulo é providencial, portanto. E, como se constatará, é impossível falar do assunto sem trazer para ele o tema das instituições.

A HORA DO RESGATE

No livro *Psicologia Institucional*⁵ discuti a questão da especificidade de atuação do psicólogo nas diferentes instituições. A idéia era sondar as possibilidades de, cuidadosamente, migrar um termo e um objeto de estudo característicos da Sociologia e Política (as instituições sociais) enquanto áreas do conhecimento, para uma outra (a Psicologia), não tão afeita a eles.

Foram necessárias algumas operações teórico-metodológicas bem como alguns “recortes conceituais” para que se pudesse delimitar *uma* especificidade possível do trabalho psicológico junto a instituições. Nesse caminho, o que se acaba por delinear é, também, *uma* compreensão da própria psicologia enquanto instituição.

Façamos resgates de aspectos do referido texto, importantes para o que ora exponho.

5. GUIRADO, M.. *Psicologia ...*, *op. cit.*

1

Para começar, foi preciso apresentar o que se estava considerando como objeto da psicologia. Na multiplicidade de linhas e orientações teóricas que, sabemos bem, compõem o espectro de nossa ciência e profissão, escolhemos aproximá-la da psicanálise e, com isso, dizer que o psicólogo trabalha com as relações tal como representadas, imaginadas por aqueles que a fazem⁶.

2

Se assim defino o objeto e o âmbito de ação da psicologia, recoloca-se a questão da definição de sujeito psicológico:

“(...) sujeitos *constituídos* nas e *constitutivos* das relações institucionais. Esta concepção privilegia a *posição* do sujeito na estrutura institucional e não as características ou capacidades individuais e pessoais. Assim, os conflitos, os distúrbios, os desvios, as inadequações são considerados, sobretudo, *como expressão desta articulação de posições*, e não como sintoma de um indivíduo que *está* na instituição.”⁷

Como se vê, estamos diante de contornos diferentes: trata-se agora de um sujeito-efeito de relações sociais; de tal forma que a única maneira de se falar num sujeito psíquico é considerá-lo enquanto sujeito institucional.

3

Assim entendendo a psicologia e o sujeito psicológico, delinea-se o caráter analítico do trabalho do psicólogo nas instituições. Não muito diferente, por princípio, de qualquer outra intervenção sob o mesmo qualificativo-analítica. Uma escuta que é ocasião de desconstrução e reconstrução do discurso em análise. Uma escuta que instaura “uma forma de intervenção que, descendo à especificidade do psicológico, o retomasse em sua dimensão institucional.”⁸

6. GUIRADO, M. *Psicologia ... cit.*, p.71.

7. *Idem, ibidem*, p.70.

8. *Idem, ibidem*, p.84.

No curso dos argumentos anteriores, vamos tecendo as teias que suportam algumas articulações possíveis entre psicologia, instituição e política. Muito embora o leitor, a uma primeira vista, possa não reconhecer o que de político tem nisso tudo, não tardará a concordar que qualquer movimento nessa rede de relações imaginadas e simbolizadas é, em algum nível, um movimento das relações de força e, portanto, de poder. Se entendo dessa forma as coisas, posso dizer que este é um trabalho, imediatamente, psicológico e, imediatamente, político.

O que até aqui se apresentou com a comprometedora clareza linear das exposições de motivos, no entanto, não deveria nos conduzir a uma espécie de certeza onipotente de que se descobriu a pedra de toque da psicologia política, da psicologia social, da psicologia...

De certo modo, é verdade que pensar no interior de limites, oferecidos por recortes teóricos e metodológicos que nos impomos, é pensar com mais facilidade.

Não sei onde li ou ouvi (e logo creditei) que os limites são condição de liberdade. É de fato confortável ter um princípio claro e circunstanciado de nossas leituras, de nossos modos de conhecer e entender. Em outras palavras, é confortável saber e poder afirmar o "lugar de onde falamos", como se costuma dizer "à francesa" nos circuitos de vanguarda.

E, por falar em lugar, é importante lembrar o quanto que a psicanálise deve aos consultórios. Aqui referidos, obviamente, como conjunto de práticas instituídas e não como espaço físico.

Tais práticas, com efeito, são o berço das psicoterapias e, portanto, uma das formas de constituição da psicologia. Seu campo-

rei, se pensarmos em termos de intervenção. Aí está um assentado exercício em que teorias, técnicas e relações concretas parecem se articular, legando ao profissional um fazer razoavelmente definido, justificado e ratificado. Muito embora o jogo de forças e tensões se reeditem a cada momento de um processo terapêutico bem como a diversidade de vertentes, linhas ou tendências se anunciem a cada discussão de especialistas, este é, sem dúvida, um terreno que se apresenta mais livre dos conflitos relativos à definição de "identidade profissional". Um sinalizador disso: é menos freqüente ouvir psicólogos dizerem que não sabem qual é seu "papel" enquanto psicoterapeutas. Compare-se ao que acontece quando o trabalho se desenvolve em instituições de outra ordem. E, por tudo que já se escreveu até aqui, não é difícil imaginar as razões para tanto.

De qualquer forma, a história de nossa disciplina, isto é, a história da construção de seu objeto formal e institucional nos leva, indubitavelmente, à necessidade de ressituar o que e como pode ser nosso trabalho, caso este aconteça fora dos muros do consultório ou dos laboratórios de pesquisa. Muitos cuidados são exigidos quando se transpõem conceitos e recursos da técnica no exercício da psicologia e da psicanálise em instituições outras, como as de promoção social e educação, para citar dois exemplos significativos.

Falo, nesse momento, tanto das atuações em equipes multidisciplinares quanto daquelas imediatamente terapêuticas em instituições. Disso tratei, por extenso, no capítulo anterior, *Transferências e Transferências*.

*

É muito provável que no traçado da extensão do âmbito de ação da psicologia, revele-se um desenho duplo: de um lado, a replicação cega de seus cânones e de outro, a recusa generalizada (portanto, arriscadamente também cega) dos mesmos, conforme apontamos antes. Neste último caso, o temor procedente de fazer "psicologismo" pode ter lançado ao desuso determinados recursos técnico-teóricos, sem tentar reapropriá-los por outros usos e sentidos. Nisso, esquece-se que o fazer bem pode supor, por exemplo, a utilização

de entrevistas tão características de nosso *modus operandi*, numa estratégia tal que não se busquem revelar aspectos intrapsíquicos, ou fantasias de destruição ou voracidade do entrevistado, mas sim, configurar o complexo imaginário que reinventa, ao seu modo, lugares e assentos nas relações de poder/saber que, no discurso em curso, recria-se. Estamos, assim, às voltas com a questão do fazer competente.

COMPETÊNCIA TÉCNICA É SEMPRE ABUSO DE PODER /SABER?

Num importante livro sobre produção científica,⁹ Marilena Chauí discute a maneira como o domínio de um determinado discurso teórico e técnico é ocasião de exercício de poder pelo saber.

Como fogo na palha, uma espécie de crítica condenatória, ou melhor, de julgamento moral alastrou-se, a partir de sua leitura, entre nós. Novamente, a *avant-garde* psicológica nacional parece encontrar argumentos para negar os usos e estudos de certos temas de nossa já desfalcada e certamente restrita psicologia. Em sua posição mais radical, as advertências recaíam, outra vez, na quase anulação da possibilidade de a psicologia ser pensada em uma dimensão política, no mínimo, decente. Falar em inconsciente, interpretar, fazer psicodiagnóstico, dinâmica de grupo ou análise experimental de comportamento, corrompidos que estavam por suas origens, não conseguiriam ser senão um indiscriminado exercício de poder autocrático.

Apesar da autoridade e da competência de Chauí para tratar do tema na complexidade com que o fez, os rumos assumidos por sua análise, por certo, fogem aos controles de sua escritura e vemo-nos no limite de impedir nossas próprias análises. Ou seja, acabamos por nos impedir de pensar o paradoxo que repetimos: qualquer discurso se produz no jogo de tensões e equilíbrios de poder, incluindo o da crítica; ou não terá (os) efeitos (a que se propõe). Isto posto, impedimo-nos ainda de pensar em que circunstâncias a competência técnica e conceitual é condição da democratização do discurso.

9. CHAUI, M.. *Cultura e democracia*. São Paulo, Moderna, 1981.

É a esclarecer este ponto que nos dedicaremos a partir de agora, no presente texto.

CLÓVIS, A TÍTULO DE EXEMPLO

Passo a relatar uma situação de supervisão institucional no Serviço Público Municipal de Saúde. Com isso, pretendo elucidar isto que chamo de dimensão política da psicologia. Ou melhor, explicitar com a ajuda de uma intervenção concreta, a maneira como, ao se fazer psicologia, pode-se mover relações de poder, pode-se mover o imaginário de nossa profissão. Isto, tratando de lidar com competência, com os recursos nascidos dela. Em outras palavras, trata-se de fazer política quando se recolocam as possibilidades de fazer psicologia. De dentro pra fora, portanto, e não o contrário, como muitas vezes acontece com o julgamento de nossas práticas como sem recuperação, politicamente incorretas.

DEMARCANDO LUGARES

Num convênio da USP com a prefeitura de São Paulo, gestão Luiza Erundina, alguns professores do Instituto de Psicologia foram contratados para dar supervisões como parte de um Projeto de Saúde Mental, em 1992. Nessa qualidade assumi os trabalhos numa das Regionais de periferia da cidade. Estava, então, em condições das mais privilegiadas de atuação em Psicologia Institucional, uma vez que não fazia parte do organograma de qualquer um dos equipamentos em questão. Apesar das limitações que o projeto como um todo pudesse ter, a elas não se somava a de minha implicação como "funcionária da casa".

O grupo que participou das supervisões era multidisciplinar. Psicólogos, médicos psiquiatras, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais, todos atuando em Unidades Básicas de Saúde, Hospital-Dia, Centro de Convivência ou Pronto Socorro de Hospital Geral. Equipe de Saúde Mental, portanto.

Como se poderá notar no que se segue, com base numa situação concreta de atendimento de um rapaz deu-se atenção a alguns

aspectos significativos do serviço prestado pela Rede Pública de Saúde. Dentre eles:

a) consideramos a maneira como cada um dos profissionais a quem esse rapaz procurava repetia, sem se dar conta, as marcas e sentidos até então organizados pelas estratégias de sua profissão (aplicar teste, receitar medicação, fazer entrevistas), agora já devidamente articuladas às estratégias características dos atendimentos dispensados pelo Estado; ou seja, pusemos em questão os métodos e técnicas de todas as instituições aí em jogo;

b) discutimos as formas possíveis de inserção dos profissionais envolvidos, contribuindo para a compreensão e tratamento do “caso”, a partir das especificidades de seus conhecimentos e práticas;

c) demos foco ao cliente e sua demanda para que se elucidassem as alianças entre as instituições profissionais, a organização em particular (a Unidade Básica de Saúde, no caso) e a instituição Serviço Público.

A CONFIGURAÇÃO DA DEMANDA

Numa das manhãs de sexta-feira, dia de supervisão, naquele clima habitual do “de que falamos hoje”, uma psicóloga do grupo sugere que se discuta “o que fazer com um psicótico numa UBS” (Unidade Básica de Saúde). Por sugestão, agora minha, circunstanciou melhor sua proposta. Estava pensando num “rapaz que o Posto inteiro atende”; “um rapaz que, já na porta, tinha um jeitinho de psicótico”. Ele ia todos os dias à Unidade, pegava guias de atendimentos diversos, interpelava no corredor os técnicos por quem já havia “passado”, solicitando consultas imediatas. Enfim, alguém que parecia sentir-se em casa, enquanto desalojava os profissionais de seu fazer cotidiano. Não tardou para que outros participantes do grupo o identificassem: tratava-se de Clóvis, que já havia passado pelo PS do Hospital Geral, tendo estabelecido um vínculo igualmente classificado como pegajoso pela psicóloga de lá, e assim por diante.

Poliqueixoso, Clóvis apresenta-se, ao que se tem notícia, pela primeira vez, no serviço de saúde da região (PS do Hospital), como precisando de atendimento dentário. Como parecia ansioso demais

aos olhos de quem o recebeu, foi encaminhado para o médico clínico de plantão e para a psicóloga, que por sua vez, depois de ouvi-lo “horas”, encaminhou-o para a UBS. Agradecido, dirigiu-se ao destino com uma cartinha onde constava o diagnóstico de “pânico”. Com este recurso, acrescido da frase de viva-voz “Hoje eu não tô bom do nervoso”, agendou lá uma série de consultas. Isto, não sem, paralelamente, continuar visitando a “moça loira” (psicóloga) do PS.

Parecia, a todos, que ir até o hospital ou ao ambulatório passou a fazer parte da rotina desse rapaz de 23 anos.

Daí até o título de psicótico que recebera com a aquiescência dos que o atendiam, a passagem não ficou esclarecida, nessa supervisão. Apontei ao grupo, de um lado, a discrepância entre o rótulo e os comportamentos que, com certo mal-estar me descreviam, uma vez que, visivelmente, sentiam-se encurralados por Clóvis, tendo que encontrar horários para atendê-lo; de outro, apontei que dele se “sabia” apenas que “era psicótico”. E isto era muito pouco.

Com boa vontade, os quatro técnicos que ali se encontravam (todos já tinham falado com Clóvis) tentaram dar mais informações sobre o “caso”.

Ao chegar ao Posto, há mais de mês, foi avaliado por um psiquiatra que não aquele que participava da supervisão. Mas, dessa avaliação nada se sabia, a não ser que lhe fora indicada medicação.

A psicóloga, tendo-o atendido, fez-lhe a recomendação de que só voltasse a marcar com ela depois de ter tomado os remédios. Observe-se que seu relato não diz de Clóvis, e sim, dos procedimentos institucionais e de suas conseqüências para o já então “paciente do Posto”, mesmo desconhecendo o que se passara na consulta psiquiátrica. Ilustrando com clareza o funcionamento do serviço, o próprio cliente é o porta-voz de diagnósticos e encaminhamentos. Até aí, nada mau, não fossem os sentidos de desarticulação, fragmentação, desinteresse e descaso visivelmente veiculados por tais práticas.

A reação de Clóvis mostra-se, por certo, tão complementar que, a cada sinal de descaso, não por acaso, apega-se. Entre um ponto e outro dos encaminhamentos feitos pelos profissionais, literalmente, perambula pelos corredores cercando uns e outros e solicitando ser

atendido ali mesmo pela psicóloga, pelo psiquiatra de plantão, pela assistente social, ainda que não discrimine a especialidade técnica em questão. Afinal, por aquilo que seguem os supervisionandos relatando, continuava indo diariamente ao Posto e, ora mais ora menos intensa e expressamente, dizia não conseguir esperar o efeito dos remédios para depois ser atendido pela psicóloga. Como por questão de espaço físico, não se lhes escapavam seus “salvadores”, ora trocavam algumas palavras com ele, ora repetiam-lhe a máxima “não posso atendê-lo no momento; volte quando acabarem os remédios”. Mas como ninguém é de ferro, quando se dizia “mal dos nervos” era-lhe aplicada uma injeção.

Eu, enquanto supervisora, faço nova intervenção, apontando para o fato de eles só falarem de Clóvis por meio desse quase jogo de “cerca Lourenço” do pessoal de plantão. O que demandaria ele com isso? Na verdade, a minha preocupação com esse “toque” era a de provocar um certo desvio do olhar desses atendentes para aquilo que atendiam enquanto pareciam querer livrar-se. Ainda, julgava eu, no momento, que este homem e sua demanda permaneciam apenas espiados em seus movimentos/comportamentos para ser evitado. A resposta: quer aposentadoria, quer CIC, quer perder o medo de dentista (sempre se altera ao tocar no assunto), quer deixar de ser peso morto dentro da família, quer se sentir livre, quer passe de ônibus; “quer tudo ao mesmo tempo”, enfim.

Relatam também, em meio a toda essa indiscriminação, que o mandaram para o neurologista, tendo até então como retorno, pelo próprio rapaz, que sua consulta havia sido marcada para mês e tanto depois. Enquanto isso, segundo eles, não se poderia ter um “diagnóstico fechado”, uma vez que havia suspeita de “quadro orgânico”.

Note o leitor que um diagnóstico já havia sido feito pelo “olhar clínico”, desde a recepção: psicótico. E, muito provavelmente, esse era um fortíssimo diagnóstico. Ou seja, tinha ele uma eficácia imaginária tal que a medicação era o termo de contenção das investidas de Clóvis na rotina da casa (“volte depois de ter tomado o remédio”), bem como o “fechá-lo” parecia sinônimo de confirmá-lo para que assim, com justezas institucionais (cumprindo quesitos técnico-profissionais e burocráticos), acabasse sendo possível encaminhá-lo para fora do Posto, pressionando o Hospital-Dia da

região a aceitá-lo (na supervisão e, talvez, pelos caminhos regimentais da Rede de Serviço Público da Prefeitura).¹⁰

Disso falei, na ocasião, acrescentando outros aspectos à discussão que se podia fazer naquele âmbito. Apontei-lhes que a relação entre eles e Clóvis reproduzia um serviço que “atende sem atender”, em que o cliente que insiste assinala as renegadas marcas da instituição saúde de um modo geral e, sobretudo, da saúde pública. Em realidade, todo esse processo se nucleava em torno da seguinte imagem: “Clóvis, esse ilustre desconhecido”. Ilustre sim, importante sim. Porque, afinal, todos sabiam de quem falávamos. Ganhou uma visibilidade, no entanto, que lhe impedia ser visto, para além de suas queixas, em sua demanda. Uma demanda, é claro, que só se configuraria a um olhar técnico e institucional, inelutavelmente. Mas que esse olhar pudesse se mover em outras direções, partilhando outros ângulos, organizando-os e, em especial, utilizando, numa perspectiva institucional, os recursos técnicos de que dispunham. Agora, instrumentando “pontos-cegos” e, no mínimo (ou máximo), colocando em movimento o que parecia, até então em suas falas, estancado.

É aqui que, penso, a competência técnica, mesmo que se dando sempre no diapasão de relações de poder, acaba sendo ocasião de saber a serviço de quem a demanda. Coloca-se dentro de limites de conhecimento e tenta se articular a outros conhecimentos, inclusive os que de si informa o cliente. Quanto mais abusivo não é travestir de diagnóstico “o olhar clínico institucionalmente assentado”...

Assim considerando a importância de olhar para Clóvis por novas lentes, indicamos, no final desse dia de supervisão, que a

10. Julgo ser importante esclarecer — sem, no entanto, entrar em detalhes no âmbito deste texto — que atravessou todo o processo de supervisão a discussão a respeito dos Hospitais-Dia. Um importante serviço de saúde pública incentivado pelo projeto na área, na gestão de Luiza Erundina, mas que por mecanismos institucionais característicos desse tipo de equipamento, por sua novidade, e pelo jogo de reconhecimento/desconhecimento de seu lugar na rede de atendimento, acabou se desenvolvendo, a meu ver, de forma menos satisfatória do que deveria, no que diz respeito à sua capacidade de atenção primária à saúde da população, até dezembro de 1992. De lá para cá, ao que tenho notícia, deixando de ser um atendimento destacado, pela absoluta falta de projetos e coerências para o setor, na gestão Paulo Maluf (transcorrido já meio ano de seu início), o HD tende a se colocar em posição ainda mais delicada. O que é, sem dúvida, um prejuízo para a qualidade de um serviço que já começa a dar sinais visíveis de colapso. Parece, entretanto, que se exasperam, com isso, apenas os que de fato se interessam pelas políticas públicas... Deixo aqui registrada minha indignação com o que tem sido feito por quem de dever nessa Administração.

“equipe” que o atendia procurasse reunir o que se havia registrado nos diferentes pareceres já formulados a respeito dele; que conversassem com o “psiquiatra da tarde” (o que lhe havia indicado a medicação, cuja ingestão se tornara exigência básica para que os demais profissionais não tivessem que recebê-lo); que discutissem outras formas de saber de Clóvis, além da definida certeza de psicose.

Foi então que pudemos discutir as contribuições de entrevistas com ele e com a família que, inclusive, haviam sido agendadas para o final daquele mês. Quando perguntei o que pretendiam com elas, disse-me a psicóloga que iniciaria a conversa com a família com a seguinte assertiva:

“Vocês sabem que têm uma pessoa doente em casa”.

Sua intenção, conforme explicou, era a de poder desmistificar “essa coisa do louco”, dando informações sobre o que é a loucura, de tal maneira a ter aliados, entre os familiares em qualquer situação de encaminhamento que fosse decidida para o caso desse rapaz. Sem dúvida, uma intenção nobre e justificada. No entanto, mais uma ocasião que ratifica o diagnóstico que colocávamos em questão... Como se vê, há algo de renitentemente resistente nas nossas compreensões, neste caso, técnico-institucionais. Mas, de que valeriam as instituições de supervisão, senão para, a cada investida desse tipo, ser ocasião de “cortes que façam pensar?”¹¹

Voltamos então à carga: apontamos a recidiva e discutimos que outros sentidos poderiam ser atribuídos às entrevistas psicológicas bem como de que outras maneiras poderiam ser estruturadas. Conclusão: optou-se por conduzi-la na direção de poder configurar os lugares imaginários que as pessoas se viam ocupando e os que atribuíam aos demais enquanto falavam. Isto, sem dispensar os lugares assumidos e atribuídos ao e pelo psicólogo. Um exercício de atenção que exigiria deste último um incessante deslocar-se de suas habituais formas de trabalho. Dificuldade que, se não fosse negada, poderia abrir terrenos diferentes ao entendimento diagnóstico; poderia também reconhecer o crivo institucional desse atendimento, tanto no que diz respeito aos vínculos familiares como no que diz

11. GUIRADO, M. *Psicologia Institucional. Op. cit.*

respeito aos vínculos, inevitavelmente estabelecidos por todos (clientes e profissionais) com o serviço público.

ANTIGAS MÁQUINAS E NOVAS LENTES

A supervisão seguinte foi surpreendente. Haviam se passado quinze dias e a expressão das pessoas era significativamente diferente. Com certo prazer, afirmaram ter decidido o encaminhamento a ser feito no caso de Clóvis: Centro de Convivência¹². De sobreaviso que sempre fico em situações de mudanças aparentemente mágicas, solicitei-lhes que relatassem como tinham chegado a essa conclusão.

O sentido primeiro desse início de reunião era o de que estava afastado o diagnóstico de psicose. Centro de Convivência não abarca tais casos. Como teria se dado a alteração no entendimento de psiquiatras, psicóloga e assistente social?

Haviam sido feitas duas entrevistas: uma com Clóvis apenas, e outra, com ele e sua mãe. Foram elas contadas, extensamente, pelos profissionais envolvidos, como que a deixar bem claro que levaram a sério as recomendações e que haviam se comportado com a curiosidade característica dos instantes de criação. O "rapaz com jeitinho de psicótico" parecia ter se tornado um aliado na descoberta de quem era ele e o que demandava.

Era notório que algo se modificara na relação atendente/attendedo. Algo da espécie de uma convicção de que nem o primeiro nem o segundo deveriam titubear diante das ocasiões e das previsões de contato. Algo que não está numa palavra de ordem, mas que a todos parece evidente que se deve cumprir. A exemplo, no dia marcado para a entrevista com a família, ele se apresenta sozinho, logo às 7 horas da manhã, três horas antes, portanto. A assistente social lhe

12. Um dos equipamentos desenvolvidos naquela gestão da prefeitura que atendia, basicamente, pessoas com dificuldades "na esfera de comportamento social", segundo o Projeto de Saúde Mental em implantação. Ou seja, aqueles que não se encaixando nos rótulos de psicose ou neurose (o que lhes valeria uma indicação para psicoterapia, Hospital-Dia ou internação em serviços de psiquiatria de Hospital Geral), podem usufruir de atividades de grupo, oficinas de trabalho, recreação e cuidado de si e do ambiente, pela programação cotidiana desses parques de convivência.

diz: “Seria tão importante sua mãe vir...”. *Ato continenti*, voltou para pegá-la!

A imediatez de resposta a uma afirmação expectante como essa sinaliza um rearranjo de sentidos que prossegue deixando suas marcas: a mãe, que não cedera a “convocações” anteriores, lá chegou, como se levada a laço, com pressa, mas ao que tudo indicou, disposta a contribuir, uma vez diante da “moça do Posto”.

E assim parece ter se reorganizado a relação cliente/profissional: uma rede de expectativas, rede imaginária que é, passou a tecer sentidos para as “informações obtidas” naquela conversa. Quero dizer: desde perguntas sobre idade dela (a mãe), número de filhos, procedência, como eram as “coisas” em sua casa, foi possível traçar, no nível da análise que fizeram da entrevista (os técnicos), o que esperavam (os familiares) como conduta de um membro daquela família. Foi possível, também, desenhar o perfil dos que se poderiam dizer pertencendo a ela, bem como aquilo em que Clóvis representava um desvio e o tipo de vínculo que lhe permitia, ainda, ser considerado parte dela.

Explicando melhor. Toda fala de dona Naci (a mãe) indicava duas vertentes organizadoras da ordem familiar: a relação com a doença e a relação com o trabalho.

“O irmão dele é dono de carvoaria.”

“É só ter boa vontade e trabalhar que tudo vai ficar bom.”

“O Clóvis não trabalha.”

“Tive 7 filhos do segundo casamento; o primeiro morreu; seis vingaram; o Clóvis é o quarto. A menina de 33 anos é babá e tem um menino de 14 anos.”

“A casa está no meu nome e do meu filho que é deficiente físico, cobrador de ônibus.”

“O problema do Clóvis é o nervoso. Ele é dengoso demais.”

“A irmã de 33 controlou o nervoso; trabalhava e melhorou.”

Como se pode notar, as referências às pessoas estão sempre seguidas de algum termo no eixo saúde/doença, ou no eixo atividade profissional. Esta parece ser uma família de trabalhadores em que Clóvis se destaca, como diz um irmão, pela preguiça. Uma desordem que o deixa em risco de exclusão. Mas, como diz D. Naci:

“Enquanto eu viver ninguém põe a mão no Clóvis.”

Por certo, a proteção materna e uma espécie de atividade de *office-boy* da família garantem sua inclusão. Desta última, queixa-se por sentir-se explorado: faz favores aos irmãos, mas não é reconhecido.

Aliás, sente-se sobrecarregado com as cobranças que lhe fazem. Não poderiam mandá-lo a três lugares diferentes ao mesmo tempo.

Por aí afora, muitas outras falas foram destacadas pela escuta da psicóloga e da assistente social nas entrevistas que conduziram, cada uma a seu tempo. Creio, no entanto, que para os fins a que nos propomos no momento, estes extratos são suficientes e nos remetem à análise que estamos procedendo da dimensão política no exercício da psicologia.

Uma espécie de passeio pelo jogo de imagens cruzadas entre os personagens dessa constelação familiar produziu, na equipe que o atendia, uma sensação de descoberta de Clóvis para além das paredes de corredores e salas daquela UBS. E, talvez por isso, tenha se implodido o rótulo *psicótico*. Diga-se de passagem, não foi sequer mencionado por ocasião desta segunda supervisão. É como se tivesse ido para o espaço. Abriam-se então novas possibilidades de olhar para aquele insistente rapaz. Viam-se também novas possibilidades de reagir à sua insistência. Só para exemplificar, parecia ter-se pulverizado o mito de que o remédio era sua salvação. É bom que se diga que Clóvis ajudou para que isso acontecesse: relatou numa das entrevistas que recentemente sentira muita tristeza e, enquanto chorava, tomou trinta gotas da medicação que lhe fora indicada (Neoleptil); passara muito mal, foi levado ao Posto e lhe deram uma injeção (Diazepan); como conseqüência, ficou com muito medo dos remédios e não queria ficar drogado.

A discussão feita no âmbito da supervisão foi resgatando, aqui e ali, os pontos que configuravam uma mudança na consideração que os profissionais faziam tanto desse cliente quanto da própria técnica de entrevista de que se utilizavam para conhecê-lo. Parecia que o atendimento institucional se movia...

O encaminhamento para o Centro de Convivência, com as funções que ele tem na Rede de Serviço Público à saúde mental, sela o novo diagnóstico: desviante das condições básicas de pertença ao imaginário dessa família, com 23 anos, sem profissão definida,

vivendo em condições materiais pouco favoráveis, Clóvis é um forte candidato a estar fora do mercado de trabalho e a preencher todos os desencontros de sua vida com dores de dente, tremores nos braços, nas pernas e com medo de vender sorvete na porta das escolas. A possibilidade de estabelecer algum convívio com outras pessoas, e nele constituir algum grau de segurança em seus relacionamentos, talvez fosse uma saída. Para tanto o atendimento público pôde contribuir.

Não se trata aqui, como poderíamos ansiar, de qualquer final feliz mas é, sem dúvida, uma limpeza de terreno, na medida em que se conseguiu sustar um processo de notória estigmatização na doença mental. Mais concretamente, susta-se um processo de cronificação da relação demanda/atendimento/equipamentos hospitalares.

Cabe dizer que, sem o saber, este rapaz estava se expondo a uma secção dos procedimentos institucionais: a triagem. É claro que por tudo aquilo até aqui descrito, tanto ele já se sentia em tratamento quanto era, em tantas esquivas e aproximações, efetivamente tratado por aqueles que (não) o recebiam.

Com as discussões feitas nas supervisões, mesmo no aguardo da consulta com o neurologista, pôde-se fazer um relatório que fechava um diagnóstico. Caso, de fato, Clóvis demandasse cuidados específicos nesse aspecto poderia ser também especificamente tratado. Isto sem que a névoa da loucura empanasse o quadro.

É isso. Diagnóstico é, acima de tudo, discriminação e diferenciação. Ao bem de quem demanda.

Até onde se foi neste trabalho de triagem, as máquinas podem ser as mesmas: uma instituição pública e seus rituais, a psicologia, a psiquiatria e o serviço social e suas entrevistas. O diferencial está na lente. Uma lente que, ao menos supomos nós, remontou uma imagem de contornos mais definidos.

Nessa remontagem, o jogo de forças da produção de conhecimento: instituição, psicologia e política...

O discurso, sua autoria e análise têm sido alvo e objeto de diferentes áreas do conhecimento humano. Neste livro, a Análise de Discurso, como um ramo da Lingüística, e a Psicanálise, em suas vertentes fundamentais, são consideradas tendo em vista os lugares que essas disciplinas reservam ao analista e ao sujeito da fala. Guardadas as especificidades e as diversidades, a autora defende a tese de que um certo sistema de escuta e de leitura dos discursos pode transitar das análises acadêmicas às análises da clínica e vice-versa.

Aqui são apresentadas situações concretas que esclarecem estas idéias. A questão que se coloca como um desafio é demonstrar que se pode falar em sujeito psíquico, singular e afetivo quando se considera que as práticas e as instituições sociais são decisivas na determinação da subjetividade. Aliás é este o conceito básico utilizado pela autora nos atendimentos clínicos psicanalíticos e na produção da pesquisa.

ISBN 85-323-0481-8



9 788532 304810